

Cadernos **MARISTAS**

DANS CE LOCAL
LE 2 JANVIER 1817
L'ABBÉ
CHAMPAGNAT
FONDA L'INSTITUT
DES
FRÈRES MARIST



ÍNDICE **DAS MATÉRIAS**

3 **EDITORIAL**

Ir. André Lanfrey

■ **ARTIGOS**

Montagne: o mito e a história

5 Montagne: Un Arquétipo da Missão Marista

Ir. Michael Green

brmichaelgreen@yahoo.com



27 Encontro com um “menino enfermo ao pé do Pilat”

Ir. André Lanfrey

andrelanfrey@orange.fr



■ **ESTUDOS**

55 A educação católica secundária na “Província” Chilena

Julio Gajardo Vásquez

jagajard@gmail.com



75 Pesquisa sobre a Gênese dos grandes lemas maristas

Ir. André Lanfrey

andrelanfrey@orange.fr



■ **DOCUMENTOS**

91 O selo do Padre Courveille

Ir. André Lanfrey

97 Benoît-Joseph Champagnat, falecido aos 13 anos, em 1803

Ir. André Lanfrey

- 105 A “Promessa” dos Irmãos, de 1826
Ir. André Lanfrey
- 117 Grandeza e declínio da Província de Aubenas
Ir. Alain Delorme
- 133 As dívidas de Bathélemy Champagnat
Ir. Lucien Brosse - Ir. André Lanfrey

■ **NOTAS BREVES**

- 137 O padrinho de Marcelino Champagnat
Ir. Lucien Brosse - Ir. André Lanfrey
- 139 A informatização de nossos arquivos
Ir. Paul Sester
- 143 “As rodas do coração de Deus”
Ir. André Lanfrey
- 145 Hermitage Marista - Curso de Formação
Ir. Ivo Strobino

Fotos na capa: placas comemorativas da fundação e do bicentenário do Instituto em La Valla.

FMS Cadernos Maristas

No 35 Ano XXVII Maio de 2017

Responsável de redação:

Comissão de Patrimônio

Diretor de comunicação:

Luiz Da Rosa

Colaboradores

nesse número:

Ir. Alain Delorme
Ir. André Lanfrey
Ir. Ivo Strobino
Julio Gajardo Vásquez
Ir. Lucien Brosse
Ir. Michael Green
Ir. Paul Sester

Tradutores:

Ir. Antonio Aragón, Ir. Francis Filiatrault,
Mary, Ir. Moisés Puente, Roberto Clark,
Julio Gajardo Vásquez, Ir. Salvador
Durante e Ir. Santiago Fernandes



Ir. André Lanfrey

EDITORIAL

Este número 35 dos Cadernos Maristas, para o ano de nosso bicentenário, poderia ter sido concebido como um número especial, apresentando um apanhado sintético de nosso já longo percurso. A *História do Instituto*, publicada nesta ocasião, os documentos preparatórios a este bicentenário e as revistas maristas nos pareceram suportes suficientes.

Como o escopo dos Cadernos Maristas é mais de reflexão crítica, o eixo essencial deste número apresenta dois traços principais complementares: reinterpretação e enriquecimento de certos episódios de nossas origens.

A reinterpretação é o caráter fundamental dos dois artigos do dossiê Montagne (Ir. Michael Green e Ir. André Lanfrey) que propõem, cada um a seu modo, uma releitura crítica de um acontecimento revestido de grande importância simbólica nos últimos decênios do Instituto.

Muitos outros artigos visam mais o enriquecimento, porque procuram

destacar, ou apresentar um novo rosto, documentos antigos já conhecidos, mas pouco ou nada comentados. Sua importância é inegável. A meu ver, o mais fundamental é aquele que evoca a promessa primitiva dos Irmãos, ao passo que outros, sobre as divisas maristas, o selo do Padre Courveille, sobre o irmãozinho de Marcelino, podem parecer mais como curiosidades. Mas o conjunto desses esboços constituem, parece-me, elementos não insignificantes para um conhecimento mais detalhado de nossas origens. Dois documentos novos completam este dossiê um tanto eclético: um sobre as dívidas de Barthélemy Champagnat; outro sobre o padrinho de M. Champagnat.

Se é verdade que este número 35 dá uma grande prioridade às nossas origens, uma história mais ampla do Instituto encontra aí um lugar significativo com um artigo sobre a educação marista no Chile (Julio Gajardo Vásquez), uma visão bastante minuciosa da história da Província de Au-

benas (Ir. A. Delorme) e uma perspectiva geral sobre o trabalho de informatização de nossas fontes (Ir. Paul Sester).

O MITO MONTAGNE

Un Arquétipo da Missão Marista



Ir. Michael Green

Neste artigo, o Irmão Michael Green analisa como as primeiras narrativas do encontro de São Marcelino com um jovem à beira da morte influenciaram a história de Montagne de hoje, e como e por que isso se tornou um mito com o passar do tempo. Se a história pode continuar a ajudar o Marista de hoje a definir sua identidade e discernir suas prioridades na missão, o Irmão Michael sugere ser importante adotar uma abordagem crítica de como Marcelino e seus primeiros seguidores interpretaram o sentido da história e de como essas intuições podem ter um sentido permanentemente relevante para os Maristas.

1. MERGULHANDO NA ‘PROFUNDA HISTÓRIA’ MARISTA

O comunicado da Assembleia Internacional da Missão Marista de 2014¹ menciona um imperativo que se tornou uma expressão bastante familiar nas últimas décadas: os delegados pediram que os seus companheiros Maristas de todo o mundo procurassem os “*Montagne de hoje*”. Nada menos do que quatro vezes esta frase é encontrada no texto. Nas observações introdutórias lemos a descrição dos delegados de sua experiência em Nairóbi como um “novo Pentecostes”:

“... o Espírito incendeia nossos corações e nos leva a sonhar com novos horizontes de maior vitalidade

¹ A II Assembleia Internacional da Missão Marista (II AIMM) foi realizada em Nairóbi, Quênia, em setembro de 2014. Foi uma reunião representativa de Maristas - leigos, religiosos e sacerdotes - organizada sob os auspícios do Instituto dos Irmãos Maristas, convocada para refletir sobre a vida e a missão Marista e destacar as prioridades e estratégias para avançar. O texto completo pode ser encontrado no *website* do Instituto [www.champagnat.org].

para o carisma marista, levando-nos a dançar ao ritmo de tambores e a dirigir os nossos passos no sentido dos Montagne dos nossos dias”.

Foi então proposto que os Maristas seriam reconhecidos como profetas de um jeito distintivamente Marista apenas se e quando procurassem “intencionalmente os *Montagne* de nossos dias”, para ser uma presença significativa entre e com eles. Entre os principais desafios e questionamentos apresentados aos Maristas a respeito disso estão os seguintes:

“Como podemos ir depressa para as periferias da pobreza e da exclusão para estar com os jovens Montagne de hoje? Como podemos ajudar as pessoas a compreender que conhecer Jesus Cristo e seu Evangelho é um direito das crianças e dos jovens? Como podem as nossas obras educativas se constituir em espaços que garantam os direitos das crianças e dos jovens? Que planos e projetos devem ser nossa prioridade para nos comprometer com a transformação social? Como podemos defender os direitos das crianças em fóruns sociais e políticos?”

Foi afirmado que uma das principais oportunidades para a geração de “maior vitalidade” para a espiritualidade e missão Marista é o papel das “agências e redes de solidariedade e voluntariado no mundo Marista que estão respondendo aos Montagne de hoje, razão de ser da nossa missão.”

É uma expressão particularmente forte esta última – de que os “Montagne de hoje” são a razão de ser dos Maristas, o motivo pelo qual o projeto Marista existe. Por isso, é impor-

tante nos questionar sobre que Montagne poderíamos ser. Quem são esses jovens cujas necessidades e direitos os Maristas estão sendo chamados a responder de forma profética?

A resposta parece ser importante para os Maristas contemporâneos. Muitos podem pensar que conhecem intuitivamente a resposta; em verdade, o texto do comunicado da Assembleia da Missão sugere isso simplesmente porque ninguém ainda definiu o termo “Montagne”. Há pelo menos vários traços fortemente implícitos: que Montagne será encontrado nas periferias da sociedade; que vive em condições de pobreza; que tem seus direitos humanos básicos negados. São estas as características definidoras do que é ser um Montagne? Existem outras? O que podemos aprender considerando a situação de Jean-Baptiste Montagne, o jovem que Marcelino conheceu ao visitá-lo em 1816?

É útil resgatar a história original, e não simplesmente entrar em contato com os fatos e o contexto – embora estes possam ser esclarecedores por si mesmos – e olhar para a história que consolidou o seu lugar tão proeminente no discurso inicial de seguidores de Marcelino. Certamente, desde a época da geração Marista fundadora, o encontro de Marcelino com uma “criança à beira da morte” tem sido um evento muito repetido, posicionado como um evento de galvanização para a fundação dos Irmãos de Marcelino. Para aqueles com inclinação junguiana, a história

assumiu o lugar e a função de “mito” – na medida em que carrega algo das mais profundas verdades, anseios e sonhos do grupo.² Sem dúvida, tornou-se um destaque que alguns escritores poderiam descrever como a “história profunda” dos Maristas.³

2. O CONTEXTO ORIGINAL

Os Maristas de hoje acreditam, com frequência, que conhecem muito bem a história de Montagne. O que podem não perceber é que esse foi um evento construído ao longo do tempo após a morte desse jovem, usando uma história inspiradora, con-

tada desde o início e conectada com outros dados e fatos que vieram à tona no último século e foram sendo integrados ao evento inicial. Pode surpreender muitos Maristas ao saberem que não há, de fato, nenhuma ligação entre a história original e a morte de Jean-Baptiste Montagne, ou mesmo alguma evidência comprovada de que Marcelino tenha visitado a casa de Montagne na noite em questão. O jovem Montagne de fato existiu - temos os registros de nascimento, morte e sepultamento - , mas se ele é a “criança que agonizava”, a história parece ser bastante questionável. Em verdade, não há qualquer registro da tentativa de identificar a criança como JB Montagne até os anos 1930⁴ e nenhuma promoção ativa do nome até depois

² Roberto Clark, em um estudo dos documentos relacionados com a história de Montagne e o significado da história dos Maristas, também menciona haver um mito nesse sentido. Cf. Clark, R. [não publicado] *An Icon of the Marist Mission: The Montagne Teenager*. Seu artigo, no entanto, aceita a autenticidade histórica como inquestionável, assim como outros, como o Irmão Manuel Mesonero, “Um ícone da missão Marista: o adolescente Montagne”, em *Cadernos Maristas*, nº 33, maio de 2015.

³ A expressão é de Lee, B. (2004), *The Beating of Great Wings: A Worldly Spirituality for Active, Apostolic Communities*. Mystic, CT: Twenty Third Publications. Para uma consideração de como isso pode ser aplicável ao contexto Marista, cf. Hall, D. (2010), *Forming Australian Marist School Leaders in Uncertain Times: Friends of a Compelling God*. Tese de doutorado não publicada, Catholic Theological Union, Chicago.

⁴ O Irmão André Lanfrey realizou algumas pesquisas sobre o nome do garoto à beira da morte (*Le problème Montagne*. Texto não publicado, agosto de 2015). Irmão André não encontrou quaisquer narrativas no século dezanove ou no início do século vinte que identifique a criança (incluindo *Chronologie de l'Institut*, publicado em 1917). O primeiro registro que se encontra a respeito foi um boletim paroquial publicado em 1935 da paróquia de Le Bessat sobre as origens dos Irmãos Maristas. A criança é identificada como um garoto da aldeia de Les Palais perto de Le Bessat, que faleceu no dia 28 de outubro de 1816. Isso é surpreendente porque no tempo que a causa de Marcelino foi introduzida no final dos anos de 1880, não havia registro ou referência na paróquia de Le Bessat sugerindo que não havia tradição oral ali. Possivelmente, com base nos comentários do padre da paróquia, o Irmão que era o vice-postulador na época e encarregado da causa da canonização de Marcelino (e também membro da província de L'Hermitage), Irmão Joseph Philippe, repetiu o comentário em uma nota curta no *Bulletin de l'Institut* no ano seguinte (n.103, janeiro de 1936) e completou essa informação com um artigo em *La Revue Champagnat* (n.19, p.226), naquele mesmo ano. Ele estava errado, contudo, em relação ao nome da criança, chamando-o de ‘François’ em vez de ‘Jean-Baptiste’ (François era o nome do pai), confundindo

de 1966, quando o estudioso Marista, Irmão Gabriel Michel, vinculou os registros da morte e do sepultamento desse menino à antiga história que nos acompanha desde o tempo de Marcelino⁵. A ligação é teoricamente possível, mas há dificuldades em sustentar um argumento quanto a isso. No momento, no entanto, vamos rever a história como está sendo contada atualmente pelos Maristas:

Durante a tarde de 28 de outubro de 1816, dez semanas após a sua chegada como pároco em La Valla, o Padre Champagnat responde sem delongas a um chamado para atender um doente de uma família que vivia em uma aldeia de Les Palais, perto de Le Bessat, localizada na parte superior das escarpas da paróquia, no planalto do Pilat. Um menino, Jean-Baptiste Montagne, nascido no dia 10 de maio de 1800, e, portanto, com dezesseis anos de idade, estava agonizando. Foi uma exaustiva escalada de duas horas de La Valla até Le Bessat, e Marcelino chegou e encontrou Jean-Baptiste extrema-

mente debilitado. Não podendo ouvir a confissão do menino em razão da aparente ignorância até mesmo dos elementos mais rudimentares da fé cristã⁶, Marcelino ficou duas horas com ele, confortando-o, oferecendo alguns conhecimentos básicos de catequese e ensinando Jean-Baptiste algumas simples orações, a fazer o ato de contrição e ser ungido.

Jean-Baptiste faleceu logo após Marcelino ter saído para visitar outra pessoa doente na casa vizinha, o que deixou o Fundador muito triste quando retornou à casa dos Montagne mais tarde. Às seis horas da manhã seguinte, o angustiado pai de Jean-Baptiste de 57 anos de idade, François, e seu tio, também chamado Jean-Baptiste, levaram o corpo de seu filho e sobrinho ao prefeito de La Valla, Jean-Baptiste de Berna, para que a morte pudesse ser devidamente inscrita no registro civil e o corpo levado ao local de sepultamento. Isto aconteceu dois dias depois, em Tarentaise, onde o recentemente nomeado cura da paróquia, M. Préher, formalizou o evento.

também a data da morte com a data do funeral. Nada disso sugere uma forte tradição local sobre o evento. Após os anos 1930, a tradição cresceu na paróquia, mais do que no Instituto. Em 1957, a paróquia dedicou um altar lateral ao acontecimento (ainda na Igreja de Le Bessat) na presença do Superior Geral, Irmão Leonida e do Conselho Geral. No entanto, o nome permaneceu desconhecido para o mundo Marista.

⁵ Michel, G. (1966) *Bulletin de l'Institut*, n. 204. O que é mais significativo sobre o Irmão Gabriel é que ele, durante o longo tempo, foi membro da Comunidade de L'Hermitage. Entre 1967 e 1989 mais de três mil Irmãos passaram por L'Hermitage (Cf. *FMS Message*, n.4, janeiro de 1989), e a maioria deles teria sido orientada pelo Irmão Gabriel. O nome de Montagne ficou assim gravado na mitologia Marista.

⁶ As orientações diocesanas para a prática da pastoral em Lyon impediam que sacerdotes dessem a absolvição a pessoas que não apresentassem alguns critérios. Um deles era "o conhecimento sobre os principais mistérios da fé".



Registro do funeral de J.B. Montagne em Tarentaise no dia 30 de outubro de 1816, assinado, entre outros, por seu pai e seu tio.

Marcelino não perdeu tempo em seu retorno a caminho do povoado de La Rive, onde vivia um iletrado ex-soldado de 21 anos de idade, Jean-Marie Granjon, que trabalhava como empregado. Marcelino o conhecia em razão de sua preocupação prática com os necessitados da paróquia e tinha trazido ao recém-nomeado coadjutor outra pessoa doente da aldeia de La Rive no início do mês.

Marcelino convidou Jean-Marie a considerar a possibilidade de ser um dos primeiros membros de um novo grupo de catequistas-professores que ele pretendia iniciar sem demora. Em quatro dias, Marcelino teve a mesma conversa com Jean-Baptiste Audras, do povoado de Le Pioré⁷, um rapaz ainda jovem com seus 15 anos de idade, mas que Marcelino sem dúvida conhecia bem como seu

confessor e sabia da sua maturidade espiritual a despeito de sua pouca idade. Em algumas semanas ele se mobilizou para alugar uma casa de M. Bonner na parte alta da cidade, não muito distante do presbitério. Além de suas muitas outras ocupações próprias do inverno, Marcelino deixou a casa pronta e acolheu Jean-Marie e Jean-Baptiste como seus primeiros ocupantes em meados do inverno, no dia 2 de janeiro de 1817, data tradicionalmente celebrada como o Dia da Fundação do Instituto.

A sinopse acima pode ser relacionada com algumas fontes primárias e secundárias. Alguns desses documentos, no entanto, também causam algum grau de confusão à história. Há problemas com a localização, o ano, a idade da criança, a improbabilidade de desligamento da

⁷ Atualmente se soletra "Péorey".

família de Montagne em relação à fé e à sua paróquia, bem como a pouca probabilidade de que um padre, para ungir um rapaz agonizante, teria sido procurado em La Valla em vez de Tarentaise, que ficava muito mais próxima.

Em primeiro lugar, todas as primeiras narrativas (entre elas *Vida*, do Ir. Jean Baptiste Furet; *Mémoire*, do Ir. Silvestre; e *Notes du Père Bourdin*, que registrou as palavras do Padre Champagnat⁸) falam do acontecido com uma criança no sopé do Monte Pilat considerando que, é claro, Les Palais fica na parte alta do planalto. Nenhum deles dá nome à criança. As notas de Bourdin são ainda mais interessantes por causa da sequência em que ordena os acontecimentos. A seguir, o registro de suas observações parece bastante simples:

“O que tornou o trabalho urgente: uma criança doente no sopé do Pilat, precisando dos sacramentos... Corre até o vizinho por um instante, retorna, criança morta, reflexão: Quantas crianças longe da salvação... se instruídas, aprendem a se arrepender, aprendem...”⁹

Mas Bourdin – citando o que ouviu diretamente dos lábios do Padre Champagnat – menciona esse encontro após o recrutamento de Jean-Marie e dois outros Irmãos, a compra da casa, o início do trabalho dos Irmãos com os jovens e o “professor bêbado” deixando a cidade. Tudo isso aconteceu em 1818, dezoito meses após a morte de J.B. Montagne. Talvez Bourdin não pretendesse sugerir uma cronologia em suas notas, mas a ordem é curiosa, especialmente quando consideradas outras inconsistências. O Irmão Laurent, cujo relato é o mais antigo após o de Bourdin, deixa claro que o evento ocorreu em 1818.¹⁰

Uma terceira razão para questionar se o jovem Montagne é a criança agonizante é observar a idade nos diferentes documentos. Enquanto o Ir. Francisco, em suas anotações, descreve a idade do jovem como sendo dezessete, todas as outras menções – incluindo a versão oficial da *Vida*, do Ir. Jean-Baptiste – mencionam a criança com onze ou doze anos. Sabemos que JB Montagne tinha dezesseis quando morreu. E

⁸ Padre Bourdin substituiu Padre Séon em l’Hermitage nas férias de verão de 1828. Ele já se considerava como uma espécie de historiador da Sociedade de Maria e assim foi entrevistar o Padre Champagnat sobre os primeiros anos e tomar notas dessas conversas. Essas notas e muitas outras ele guardou e foram descobertas muitos anos depois sem que sua tão prometida história da Sociedade viesse a ser escrita. Suas notas não estiveram, portanto, disponíveis para o Ir. Jean-Baptiste quando escreveu *Vida*.

⁹ *Mémoire Bourdin*, n. 6.

¹⁰ *Mémoire de Frère Laurent*, n.1. Irmão Laurent foi o terceiro homem a entrar para a comunidade de La Valla no final de 1817. Logo após a morte de Marcelino, e em resposta ao convite geral do Irmão Francisco, Laurent escreveu – em linguagem extremamente laconica e pobrememente expressa – sua breve memória do Fundador em algumas poucas páginas.

embora sua idade cronológica fosse considerada menos importante do que o nível de maturidade, constitui outra inconsistência.

Considerando tudo isso, e a precisão pedante de alguns escritores franceses, não é fácil explicar e conciliar essa aparente diversidade de narrativas. Gabriel Marcel observa que o menino podia ser malnutrido e, por isso, aparentava ser mais jovem do que era de fato. Talvez fosse esse o caso, mas isso é apenas conjectura, forçando a credulidade ao afirmar que um jovem dessa idade, naquele lugar, naquela época, ainda não teria feito sua primeira comunhão.

Social, cultural e religiosamente isso era norma para todas as crianças antes dos doze anos, especialmente em uma região socialmente conservadora como era Le Bessat. A evidência documental também sugere que a família Montagne tinha bom relacionamento com a Igreja e antagonizava a ordem secular imposta pela Revolução: o pai e o tio de Jean-Baptiste assinaram seus nomes no certificado de sepultamento emitido pela Igreja (reproduzido acima), mas colocaram apenas sua marca no registro civil de óbito dois dias antes. Isso era comum nessa época para pessoas que demonstravam má vontade em relação à nova ordem.¹¹ É, portanto, improvável que Jean-Baptiste Montagne aos dezesseis anos

não tivesse feito a primeira comunhão ou não estivesse preparado para ela.

A importância da idade da criança é que a primeira comunhão, tipicamente realizada entre dez e doze anos de idade, representava um importante rito de passagem da infância. Uma criança precisava ser adequadamente catequizada antes desse evento, dominando o conhecimento religioso e aprendendo o que lhe serviria na vida adulta. Isso nos ajuda a entender a maneira como o Irmão Laurent inicia o *Mémoire*:

“Em 1818, o Pe. Champagnat, um sacerdote, então pároco em La Valla, ficou chocado ao constatar a ignorância que reinava em sua paróquia, especialmente entre os jovens. Descobriu algumas crianças entre 10 e 12 anos de idade que não sabiam por que viviam na terra nem mesmo que havia um Deus. Então resolveu fundar uma sociedade de jovens que ele mesmo instruiu e formou em todas as virtudes, de modo que pudessem educar os jovens, isto é, as crianças pobres do campo.”¹²

Outro detalhe para o qual Laurent chama nossa atenção é que a situação da “criança agonizante” não era um acontecimento isolado, e que Marcelino foi ampliando sua visão sobre a extensão desse problema durante pelo menos dois anos depois de se estabelecer em La Valla. Os registros civis indicam que sete pessoas relativamente jovens, habitantes

¹¹ Irmão André Lanfrey, comunicação pessoal do autor.

¹² Irmão Laurent, *idem*.

de seis diferentes aldeias¹³, morreram no primeiro ano de residência de Marcelino em La Valla.

Houve outros jovens nos anos subsequentes, incluindo 1819, que tinham a mesma idade e foram submetidos às mesmas circunstâncias de JB Montagne.¹⁴ No entanto, pode ter sido a conflagração de uma série de eventos que tocaram o sentimento de Marcelino, como fica evidenciado pelo que nos conta Bourdin em 1828/1829.

Isso não surpreende, talvez em razão da intensidade de seus sentimentos sobre as coisas nessa época. Seu biógrafo, Irmão Jean-Baptiste, utiliza palavras fortes para descrever a resposta emocional de Marcelino à condição desses jovens. Ele registra que se sentia profundamente aflito com isso, e a ideia de formar uma comunidade de irmãos catequistas-professores era algo que “o afligia”. Laurent usou as mesmas palavras empregadas por Jean-Baptiste, “*affligé*”, para descrever o estado emocional do Padre Champagnat.¹⁵

¹³ Para uma discussão mais detalhada, cf. Lanfrey, A. “A região de Saint-Chamond no fim do Antigo Regime e sob a Revolução”, *Cadernos Maristas*, nº 31, maio 2013. Interessante observar que um desses jovens mortos (Jean-Claude Tardy, com onze anos) também era de Les Palais, morrendo em janeiro de 1817, apenas três meses após a morte do jovem Montagne.

¹⁴ A morte desse menino (também com 16 anos) aconteceu alguns anos depois, em 29 de dezembro de 1819. Embora, novamente, não saibamos se Marcelino estaria disponível, sabemos que Jean-Marie estava. De fato, era um jovem sobrinho de Jean-Marie – Antoine Granjon, filho de Paul-Gabriel e Jeanne-Marie Granjon –, que viveu no local onde Jean-Marie nasceu em 22 de dezembro de 1794: Doizieu, na aldeia de La Terrasse. O Irmão Gabriel Michel elaborou uma narrativa desse evento a partir de informações do registro civil de La Valla. Cf. Michel, G. *op.cit.*

¹⁵ Se, no entanto, for importante escolher uma criança, então o Ir. André Lanfrey (*Le problème Montagne*) identificou cinco possíveis nomes:

Data do funeral	Nome	Aldeia	Idade	Padre
1 31/05/1817	François Matricon	Laval	6-7	Rebod
2 04/02/1818	Jean-Baptiste Françon	Les Fons	10-11	Rebod
3 12/04/1818	Jean-Claude Farat	Au Bourg	12-13	Rebod
4 08/05/1819	Jean-Marie Ginot	Rossillol	9½-10	Champagnat
5 09/ 06/1819	Jean-Claude Farat	La Farat or La Fourchina	8	Champagnat

Ele prefere o número 5, da aldeia de La Farat ou La Fourchina (hoje “La Faré”), dando destaque ao local que é consistente com as primeiras narrativas. Sua morte ocorreu em 1818, o que coloca o evento depois do que os Irmãos estabeleceram e consistente com a memória de Bourdin. O menino, contudo, é um pouco mais jovem do que consta nas narrativas. O Irmão André acha que é mais provável, todavia, que seja o número 3 (um menino com o mesmo nome cuja aldeia está entre Gier e os vales de Ban – mas sua idade é mais consistente com as primeiras narrativas, morrendo em 1818 – mais próximas da reunião da primeira comunidade dos Irmãos.

Finalmente, há o problema do motivo para chamar o Padre Champagnat para atender JB Montagne, quando havia dois padres em Tarentaise há apenas vinte minutos de distância da residência da família Montagne. Para enviar uma mensagem a La Valla, teria levado duas horas até aquela cidade, sem garantia de que ele estivesse disponível, para depois empreender uma caminhada de volta de outras duas horas. Embora Les Palais estivesse tecnicamente na paróquia de La Valla em razão das condições pré-revolucionárias, teria sido mais conveniente para o pessoal de Les Palais se associar a Tarentaise – como atestam os registros de enterro e batismo. É também significativo observar que o recém-indicado vigário de Tarentaise era de fato Jean-Baptiste Seyve, não apenas um dos doze aspirantes a Marista com quem Marcelino tinha feito a promessa em Fourvière apenas três meses antes, como alguém da região do Fundador (nascido em St Genest-Malifaux) e quase da mesma idade. Eram amigos muito próximos. Não havia, pois, razão óbvia para que esse jovem bom sacerdote que vivia nas redondezas não atendesse a ocorrência.

Assim, analisando as probabilidades, parece problemático afirmar que Jean-Baptiste Montagne era de fato o garoto agonizante. É muito mais provável ter sido outra criança da paróquia. Isso não significa, contudo, que deveríamos esquecer a história de Montagne. De fato, é mais instrutivo observar *por que* essa história e o garoto estimularam

a imaginação Marista desde quando o Irmão Gabriel Michel começou a mencionar o nome e o lugar aos peregrinos no final dos anos 1960. Mas vamos encará-la como mitologia alternativa em vez de história duvidosa. Como todos os bons mitos de fundação, a história nos diz mais a respeito do “*por quê*” do que sobre “*o quê*”.

Portanto, retomemos este evento para recontá-lo a partir do pequeno povoado de Les Palais e da resposta que Marcelino lhe deu, considerando-os como fundamentos de uma história mais profunda que pode continuar a nos sensibilizar hoje, na medida em que determinamos a forma e a prioridade para a vida e missão Maristas. Quem era Jean-Baptiste Montagne? Quais eram as circunstâncias de seu tempo, de sua família, de seu espaço e de sua família? Se o vemos como emblemático de necessidades mais abrangentes, o que podemos aprender a partir de um conhecimento mais amplo de sua situação particular?

Inicialmente, consideremos o povoado de Les Palais. Não era mais do que um pequeno aglomerado de casas, apenas quatro famílias, a um quilômetro ou mais de Le Bessat, no planalto do Pilat. A vinte e sete “*feux*” de Le Bessat (uma casa tamanho médio para quatro ou cinco pessoas) que se tornou o segundo maior centro populacional em La Valla. Vale destacar que noventa por cento do povo de La Valla vivia em sessenta e seis aldeias e apenas dez por cento na própria cidade.

Embora Le Bessat fizesse parte da comuna de La Valla e do cantão de Saint-Chamond (devido ao fato de estar sob o controle do Marquês de Saint-Chamond antes da Revolução), a tendência era considerar Saint-Etienne como a maior cidade. Apesar de sua reputação de ser um lugar distante e localizado a uma altitude de 1200 m, Le Bessat era, de certo modo, menos isolada do que a própria La Valla, por estar perto da principal estrada entre Saint-Etienne e o vale do Rhône, situada na parte plana da região. A esse respeito, pelo menos, era muito parecida com Marlhès, a aldeia natal de Marcelino, do que o vilarejo de La Valla. A partir de um detalhado recenseamento de 1815 e um registro dos valores com que cada família tinha de contribuir para as requisições exigidas pelas tropas de ocupação da Áustria, podemos ter uma ideia do padrão de vida dos habitantes da cidade, constatando que não ficavam nem abaixo do padrão de vida da comuna, mas era comparativamente homogêneo, sem extremos de riqueza ou pobreza. Um grande número dos homens era denominado *diaristas*, que apresentava os ganhos menores, em vez de ser *agricultores*, mas havia entre eles quatro ou cinco que apresentavam razoável poder aquisitivo – os *fazendeiros* – que tinham recursos consideráveis a ponto de possuir sua própria criação de gado,

ou até mesmo um cavalo, além de canga e arado.

La Valla apresentava uma diversidade de riqueza em suas aldeias, desde as mais próximas de Saint-Chamond (incluindo a Maisonnette de François) apresentando as pobres mais no fundo dos vales, até aquelas com melhor condição de vida. Le Bessat se enquadrava nesta última categoria. Em verdade, tinha condições de manter duas feiras por ano¹⁶, algo que não acontecia com La Valla.

Seu povo cultivava grãos e criava animais, e produzia artefatos típicos das indústrias da região especialmente durante o inverno, mas um dos principais produtos era a madeira. No entanto, esta era uma questão controversa. Ganhando força nos anos da Revolução e nas décadas seguintes, a madeira da grande floresta comunal foi desordenadamente explorada pelo povo de Le Bessat.

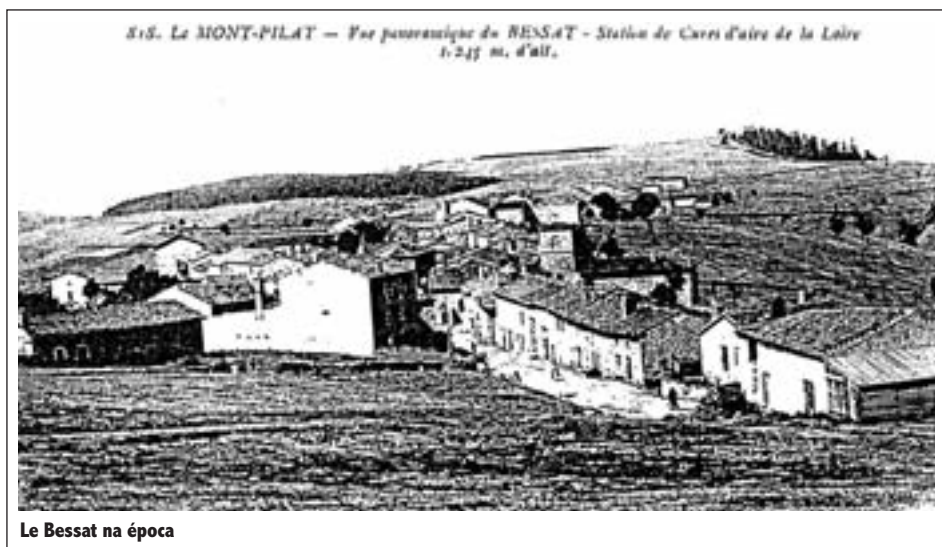
Era um povo difícil. Tal ilegalidade não se traduziu, porém, em infidelidade. Embora não constituísse uma paróquia autônoma, existia ali uma capela na cidade desde o século dezesseis (vendida durante a Revolução, mas recomprada pelo povo local em 1807).

Foi então apresentada uma solicitação para se criar uma paróquia,

¹⁶ Eram no início e no final do verão. A primeira era na festa do santo patrono da cidade, São Claude (8 de junho) e a segunda na festa da Transfiguração, então celebrada no dia 6 de agosto.

com uma igreja e um padre, o que foi obtido em 1827. O sucesso do Irmão Laurent como catequista das crianças e dos adultos nos anos 1818-1819 foi muito importante para a religião, embora as nevascas e péssimas estradas impedissem o acesso das pessoas aos Sacramentos durante boa parte do ano. Sabemos que foi durante os anos da Revolução, quando a Arquidiocese de Lyon efetivamente suspendeu suas estruturas paroquiais e organizou seus sacerdotes em equipes disfarçadas de missionários – as chamadas missões *Linsolas* –, que a região Le Pilat não foi negligenciada. Era uma área “branca”, uma região da resistência, e padres fugitivos eram acolhidos e abrigados ali.

François Montagne era um carpinteiro e, portanto, se beneficiava com a derrubada das florestas que então ocorria. Ele era alfabetizado, como se pode constatar a partir de sua assinatura no registro do sepultamento de seu filho¹⁷. Ele foi, provavelmente, conservador em sua política, desconfiado da nova ordem – como é sugerido pelo fato de não assinar seu nome (mas apenas firmando a sua marca) no atestado de óbito de seu filho no registro civil de La Valla, aparentemente sentindo-se livre para apor sua assinatura no registro da Igreja em Tarentaise apenas dois dias mais tarde. Sua casa parece ter sido uma estrutura relativamente sólida como as fotos mostram, indicando uma família com recursos



¹⁷ A escrita era, na época, considerada uma importante habilidade. Muitas pessoas sabiam ler, mas não escrever. Não há informação se Clemence Porta, mãe de Jean-Baptiste, era também alfabetizada.

suficientes. Não é um casebre, e a família apresentava um bom padrão social. As fotografias são tiradas em diferentes momentos durante o último século antes da demolição da casa a cerca de trinta anos.

O encontro com a criança que agonizava é, em algumas versões da história, direta e causal, relacionada com a decisão de Marcelino de fundar os Irmãos. Isto é bastante importante. Neste sentido, Jean-Marie Granjon é pelo menos figura tão importante na história como Jean-Baptiste Montagne. De Bourdin, aprendemos que Marcelino havia “mantido por muito tempo” a convicção de que havia uma necessidade de professores-catequistas e que ele sentiu-se chamado para estabelecer tal grupo, assim como outros padres estavam fazendo. Ele tinha confiado em seu companheiro seminarista Duplay já em 1810, quando ainda estavam no seminário menor de Verrières. Do Irmão Laurent e outros sabemos que Marcelino manteve-se firme em sua resolução de realizar isso depois de sua chegada a La Valla, onde encontrou tantas crianças na idade de primeira comunhão mal preparadas para fazê-la. Era algo a que ele deu atenção imediata. Os testemunhos de mulheres que, quando meninas, foram preparadas para a sua primeira comunhão pelo Padre Champagnat, nesse momento (fato destacado em sua causa de canonização introduzida no final de 1880) demonstram um pouco da paixão que o cura dedicava a esse trabalho:



Casa Les Palais

“Ainda me recordo do Padre Champagnat, que me preparou para a Primeira Comunhão em 1817. Era a primeira vez que ele tinha o prazer de preparar crianças para a Primeira Comunhão. Nunca esquecerei a tocante exortação que me dirigiu antes de me dar a absolvição pela primeira vez; consegui sentir sua fé profunda

em suas vibrantes palavras.
 Era como se colocasse toda a sua alma nisso.
 Ele ensinava o catecismo usando sua sobrepelez,
 em pé entre nós.
 Os olhos de todos ficavam fixos nele.
 Ele era rigoroso com aqueles que não sabiam
 a lição, mas sempre foi muito justo
 (Catherine Prat)”.

“Frequentei as aulas de catecismo
 do Padre Champagnat e, embora ele fosse
 muito jovem, adorava escutá-lo,
 especialmente com a Igreja cheia de jovens
 que acompanhavam com muita atenção
 suas explicações. Ele falava com simplicidade,
 de modo que as crianças menos instruídas
 entendiam; ele falava de modo tão bonito e tocante
 que encantava todo mundo.
 As pessoas costumavam dizer:
 ‘Vamos para a aula de catecismo.
 O Padre Champagnat é quem vai dar’.
 E a Igreja ficava lotada
 (Françoise Baché)”.

“Quanto às suas aulas de catecismo,
 corríamos para elas e, apesar do frio, a neve,
 as estradas terríveis e a distância
 (levávamos mais de uma hora),
 sempre éramos os primeiros a chegar.
 Então ele provocava os nossos amigos da cidade,
 dizendo-lhes: ‘Você é preguiçoso.
 Olhe para as crianças de Saut-du-Gier:
 elas precisam andar mais de uma hora e
 são sempre as primeiras a chegar aqui.
 Vocês estão a dois passos e são sempre
 os últimos’. Isso nos deixava muito orgulhosos
 (Louise e Marie-Anne Duvernay)”.

Podemos observar que Marcelino ensinava pessoas de todas as idades, por isso mais tarde ele concordaria que seus Irmãos assumissem aulas à noite para a formação de adultos e de

jovens desempregados e de professores, mas seu coração era especialmente atraído pelas crianças, abrindo-lhes as mentes para a alegria que ele demonstrava com sua fé. Era um direito ordenado por Deus, e ele era apaixonado por fazer isso acontecer com as pessoas. Na verdade, ele sentia a responsabilidade de fazê-lo, pois a alternativa significava que - na teologia dominante da época - eles se arriscariam à separação eterna de Deus. A história de Montagne precisa ser refletida através dessa lente.

3. OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA HISTÓRIA DE MONTAGNE

Assim como a história de Marcelino e da anônima criança agonizando é autoconscientemente inspiradora para a geração Marista fundadora, igualmente pode ser para os Maristas do Século XXI. A partir da discussão anterior, quatro tópicos observados no evento Montagne parecem constituir sua essência.

3.1. Paixão e compaixão de Marcelino

O documento sobre espiritualidade Marista – *Água da Rocha* – começa propondo que “a paixão de Marcelino por Deus e pelas pessoas” foram os fatores definitivos no desenvolvimento da espiritualidade Marista. Isso fica muito evidente principalmente na pungente história de Mon-

tagne. Foi sugerido anteriormente o uso da palavra “afrito” para descrever a resposta emocional de Marcelino a esse tipo de ignorância, especificamente a ignorância de um Deus amoroso e de seu destino eterno, exemplificada e personificada na história do jovem Montagn e contada pelos escritores contemporâneos. Tal aflição em relação à visão da ignorância religiosa de uma pessoa jovem se destaca em grande parte a partir da própria experiência religiosa profunda. As *Constituições* dos Irmãos Maristas descrevem assim o núcleo do “carisma” de Marcelino:

“Inspirado pelo Espírito, Marcelino foi acolhido pelo amor que Jesus e Maria tinham por ele e pelos outros. Sua experiência disso, bem como sua abertura aos eventos e às pessoas, é a fonte de sua espiritualidade e de seu zelo apostólico. Tornou-o sensível às necessidades de seu tempo, especialmente à ignorância referente à religião entre os jovens e às circunstâncias de pobreza na qual aconteciam. Sua fé e anseio em realizar a vontade de Deus levou-o a perceber que sua missão era “fazer Jesus Cristo conhecido e amado”. Ele sempre dizia ‘Toda vez que vejo uma criança, sinto o profundo desejo de lhe ensinar o catecismo para que ela perceba o quanto Jesus Cristo a ama’. Era essa atitude que o motivou a fundar o Instituto dedicado à educação cristã para os jovens, especialmente os mais necessitados.¹⁸”

Embora Marcelino fosse apaixonado pela evangelização do jovem, e não medisse esforços quanto a isso, tal ocorrência não surgiu do tipo de fanatismo religioso que pode amargar o gosto da religião para muita gente – antes e agora.

A evidência do impacto de Marcelino sobre as pessoas não revela de modo nenhum alguém que se impunha ou as suas convicções sobre os outros de modo forçado ou desrespeitoso. Em verdade, um tema recorrente de suas conferências e dos primeiros documentos Maristas é que seria pela afeição, encanto e inspiração que os corações e as mentes dos jovens teriam a vitória mais convincente.¹⁹ Seu ponto de partida, como bem o sabemos, era o amor pelos jovens. É importante, neste contexto, ver a história Montagne como exemplo de compromisso permanente de Marcelino a uma pessoa real, aberto para as necessidades dessa pessoa. Não é um compromisso individual ou intelectual à educação e evangelização dos necessitados. A história lembra aos maristas que, independentemente de palavras e conceitos escolhidos para entender sua identidade e ação, se eles não estiverem em contato com a vida e as necessidades das pessoas reais, em tempo real, então não estarão vivendo o tipo de vida cristã que Marcelino queria que vivessem.

¹⁸ *Constituições dos Irmãos Maristas, 2.*

¹⁹ Cf., por exemplo, os últimos quatro capítulos de *Avis, Leçons, Sentences* em que tais sentimentos eram numerosos, ou o capítulo 11 do *Guia das Escolas* no tópico *Disciplina*.

3.2. Evangelização pela educação

A ação na qual Marcelino se lança é essencialmente educativa. Isso é fundamental para compreender Marcelino e seu projeto. O que ele fez com o jovem Jean-Baptiste na história? Qual foi sua resposta intuitiva? Enquanto esteve sentado com o menino, cuidando dele e o confortando, foi muito mais do que isso: ele procurou trazer o Evangelho vivo até ele, e fez isso o instruindo e trazendo-o ao ponto em que o próprio menino pudesse verbalizar suas próprias orações. Assim, não é o tipo de evangelização que pode acontecer em uma missão paroquial ou em uma reunião saudosista - o tipo que pode atingir apenas para o coração. É também na cabeça que Marcelino está interessado. Para ele, as duas são importantes: educação e evangelização.

Isso fica bastante evidente em suas ações ao longo dos três anos seguintes: a contratação de um ex-irmão lassalista, Claude Maisonneuve, de sua região natal de Marlihes, para ensinar as crianças, em primeiro lugar na aldeia de Les Sagnes, em seguida para supervisionar a escola em La Valla; a contratação de Maisonneuve para formar os Irmãos no método simultâneo de alfabetização; a própria formação dos Irmãos que ele promovia pelo método sulpiciano da catequese; o primeiro envio de Irmãos aos domingos para catequizar nas aldeias da freguesia; e em dois

anos ter assumido a escola da cidade de Marlihes e também de La Valla. As irmãs Duverney, mencionadas acima, que moravam em Les Sagnes em 1817, lembraram em 1888:

“Uma vez por mês, o vigário vinha ver sua pequena escola, examinava-a, felicitava as crianças que mereciam e gentilmente reprovava aquelas que não estavam trabalhando tão bem.”

Marcelino era um professor intuitivo. Era por natureza também muito solícito, sempre gentil e bastante prático no cuidado das pessoas com necessidades materiais. Mas quando se tratava especialmente dos jovens, não era bastante para ele oferecer cuidados e sustento; ele queria educá-los. Jean-Marie Granjon, seu primeiro recruta, pode ter sido atraído para um âmbito mais amplo da missão. Na verdade, tem sido sugerido que, até o final da influência de Jean-Marie, em meados da década de 1820, havia um enfoque mais abrangente para o trabalho dos Irmãos - cuidar dos pobres tanto quanto a educação escolar - mas a partir de pelo menos 1824 e da construção de l’Hermitage, a principal preocupação tornou-se cada vez mais centrada na educação²⁰. Esta era a prioridade escolhida. Mais tarde, mesmo quando os orfanatos assumidos, os programas para deficientes auditivos introduzidos e outros projetos aceitos, pelo menos em princípio em suas cartas, o lugar primordial da educação sempre esteve inerente.

²⁰ O historiador Marista, Irmão André Lanfrey, usa esse argumento.

Para Marcelino, houve uma simbiose natural e saudável entre educação e evangelização. Para um Irmão, ser catequista não era suficiente; devia também ser professor. Ele acreditava na escola como lugar privilegiado para se envolver com os jovens e que precisava ser administrado por professores da fé religiosa. Os professores itinerantes (*les instituteurs ambulants*), dos quais as regiões mais remotas da França dependiam durante os meses de inverno, tinham má reputação em algumas regiões. Eles eram caricaturados - talvez injustamente - como grandes bebedores, de moralidade pessoal questionável, muitas vezes associada a um sentimento secularista e antirreligioso, mal treinados no ofício de educar e com frequência utilizando uma crueldade caprichosa com as crianças. Como sacerdote, Marcelino teve uma experiência direta da duplicidade de tais homens que tentavam obter os seus certificados de boa conduta que vieram a ser exigidos para que eles obtivessem um brevê²¹ de professor. Havia, é claro, muitas exceções a esta caricatura bastante negativa, sendo Maisonneuve uma delas. Houve, no entanto, após a Revolução, grande

precaução entre os clérigos e prefeitos de cidade contra esses professores “sem lar ou referência”, como também “sem fé ou lei”.²²

À medida que o século XIX avançava e a maré da opinião secularista e antirreligiosa crescia em muitos lugares, o papel integrado de professor-catequista, realizado por pessoas que viviam o que ensinavam, passou a ser visto como o cerne do projeto de Marcelino. Esse foi certamente o momento em que muitos dos documentos maristas fundamentais estavam sendo escritos e editados e o Instituto crescendo. A importância do encontro com o rapaz moribundo foi consequentemente reforçada. Os pivôs da história viveram esse momento de evangelização. No caso descrito, a necessidade inequívoca do jovem Jean-Baptiste que o Padre Champagnat aborda é a ignorância do menino quanto à existência de um Deus amoroso e ao sentido da existência humana²³. Ele foi a atenção do fundador a esta dupla necessidade, e depois a resposta imediata para recrutar Jean-Marie Granjon, que veio a ser colocada no centro da história contada pelos Maristas²⁴.

²¹ Irmão Pierre Zind em seus artigos *Sur les Traces du P. Champagnat* menciona alguns relatórios de inspetores de escola que aprovam o trabalho desses professores itinerantes.

²² Em francês: “*sans feu ni lieu / sans foi ni loi*”.

²³ Sobre este ponto - “o sentido da existência humana” - cf. *Constituições dos Irmãos Maristas, 164*, inspirado em *Gaudium et Spes*, n.12, 22.

²⁴ A dualidade de necessidade - a criança apreciando o amor de Deus e o sentido da vida - reflete exatamente a primeira frase das memórias do Irmão Laurent (citada no artigo) em que este descreve a fonte da aflição de Marcelino e o que o fez agir.

3.3. Um estilo característico

Um estilo Marista diferenciado também é evidente na história Montagne, refletindo características que continuam a marcar o caminho distinto que os Maristas dão ao seu trabalho de evangelização através da educação. Primeiro é a disponibilidade de Marcelino para sair do seu lugar para fazer a viagem um tanto exaustiva até Le Bessat, entrar na casa de Jean-Baptiste e sentar-se ao seu lado na cama. Esta disposição tri-facetada é mariana: ser como Maria ao sair depressa, ao subir a região montanhosa e ao entrar na casa de sua prima para cumprimentá-la. Ela representa uma vontade de mudar de perspectiva e um coração que acolhe o outro - o necessitado - para entrar em seu espaço e encontrá-lo lá. É apostólica, centrando sua intuição no outro: eu vou a você; eu não vou ficar esperando com minhas seguranças você vir até mim.

Os professores que trabalham com jovens de outra geração e, mais ainda, os de outra cultura ou grupo socioeconômico, são chamados a fazer isso continuamente. Então, como Isabel em quem uma vida nova se agitou em função do seu encontro com Maria, a ação principal acontece para os Maristas mediante seu verdadeiro relacionamento com os jovens. Marcelino permaneceu com o jovem Jean-Baptiste durante duas horas. Ele estava presente com ele, direta e pessoalmente. Ele se relacionou de pessoa a pessoa, sem hesitação, compartilhando algo de si mesmo com o menino, algo de seu

próprio coração. Os maristas falam de “presença” e “simplicidade” para descrever tal abordagem - dois conceitos que Marcelino adotou a partir dos escritos de São Francisco de Sales, elaborando depois sua própria versão.

Estar disponíveis para os jovens, colocar-se no lugar deles (sendo empáticos ao invés de simpáticos), trabalhar com eles com simplicidade, em âmbitos pessoal e relacional, e procurar fazer a diferença em suas vidas por meio do Evangelho são as qualidades que os Maristas continuam a honrar.

A estas, há de se acrescentar as qualidades do pragmatismo criativo, da determinação e até mesmo da audácia, três características maristas que também podemos encontrar na história. No relato, como foi dito, o encontro com o menino moribundo está ligado à fundação dos Irmãos de Marcelino. Em uma semana ele havia acolhido dois recrutas. Em um mês conseguiu uma residência para eles. Em três meses tinha manufaturado alguns móveis com as próprias mãos e os instalou na casa. Em seis meses tinha-lhes dado um traje religioso e de professor e tinha contratado alguém para treiná-los profissionalmente. No prazo de doze meses assumiu dívida (com Courville) para comprar a casa e logo para assumir duas escolas da cidade. Quem era ele para fazer tudo isso - um vigário sem recursos, em um improvável lugar na França, com inúmeros céticos e cínicos entre os clérigos e as autoridades civis criticando-o, contando com recrutas que

em razão da idade e escolaridade pareciam mal preparados para o projeto? Era uma criatividade pragmática, decisiva e até mesmo audaciosa. Maristas ainda gostam de constatar isso.

3.4. Inclusividade

Possivelmente, uma questão muito controvertida nessa história, como já dissemos, é saber como deveríamos caracterizar Jean-Baptiste Montagne ou, mais precisamente, a extensão à qual deveríamos caracterizá-lo. Alguns veem Jean-Baptiste como pobre, e que é essa pobreza que mais obviamente o define. E é em decorrência dessa linha de raciocínio que o 'Montagne de hoje' é considerado um jovem pobre. Outros entendem que o significado de Jean-Baptiste deve ser encontrado principalmente nos que viviam à margem em La Valla, nos negligenciados das periferias de França; portanto, é entre os jovens marginalizados, aqueles que correm risco, que os Maristas encontrarão os Montagne de hoje. Outros apontam sua ignorância, outros ainda sua falta de educação na fé. Alguns podem indicar a perspectiva de que o espírito dos tempos – liberdade, igualdade, fraternidade, cujas circunstâncias lhes foram negadas – não garantiam seus direitos humanos básicos como um jovem que precisava de orientação, e que as ações de Marcelino representavam um resgate para os jovens em tais situações.

Uma análise desapaixonada do contexto mais amplo do tempo e lugar realmente não sustentam com exclusividade quaisquer dessas alega-

ções, ou a afirmação de que a figura de Jean-Baptiste Montagne deve ter sido definida de modo muito estreito. Talvez os principais critérios para a atenção de Marcelino eram de que Jean-Baptiste era jovem, que ele estava lá, mas mais criticamente, que estava faltando a ele um sentido de um Deus amoroso. Sua ignorância religiosa e a resposta de Marcelino foram colocadas em termos bastante fortes na história, talvez até exagerados para enfatizar este elemento-chave da necessidade do menino. Mas, vamos considerar algumas das outras características de Jean-Baptiste no contexto de seu tempo e lugar.

Em primeiro lugar, a família Montagne não era rica, mas nem por isso destituída de posses. A família parecia suficientemente segura, tanto financeira quanto socialmente. É certo que residiam na área da uma paróquia empobrecida, mas havia outras aldeias mais pobres. Em cidades como Lyon, e mais perto de Saint-Etienne e Saint-Chamond, a revolução industrial desenvolveu uma população urbana pobre que vivia com muito mais dificuldade do que muitas pessoas nas áreas rurais. Podemos ter certeza de que Marcelino teria visto pessoalmente essas pessoas, incluindo os jovens, em cada um desses lugares. Além disso, podemos notar que, dentro da área de Le Bessat, François Montagne era relativamente bem situado como comerciante. Em segundo lugar, Le Bessat (e, portanto, Les Palais) não se localizava em zona muito distante da vida e do comércio da região; na verdade, era menos do que La Valla.

É verdade que La Valla ficava bem distante, mas isso era mais um problema para Marcelino que precisava empreender uma extenuante caminhada para chegar até lá, mas a população tinha relativamente bom acesso a Saint-Etienne pela estrada principal a caminho de Annonay, de um lado, e Rhône, do outro.

Em terceiro lugar, não há dúvida de que Jean-Baptiste não foi bem educado. Mas isso correspondia à mesma situação de um grande contingente de jovens da mesma época e região. De fato, não havia jovens mais bem instruídos do que ele. Por último, embora seja evidentemente inegável que, em função das suas circunstâncias gerais, Montagne não estava desfrutando a liberdade e a plenitude da vida humana a que tinha direito, ele era apenas um caso comum.

Então, como e em que medida devemos categorizar o jovem Montagne? Para resolver essa questão, pode ser útil recordar mais uma vez que a história precisa de algum grau de elaboração. Jean-Baptiste é emblemático em razão de um problema mais amplo, pois os cronistas Maristas nos contam que Marcelino sentiu-se impulsionado para uma missão: que os jovens – alegremente fazendo sua primeira comunhão, frequentando a escola e aprendendo uma profissão ou seguindo algum outro

curso da vida como bons cidadãos e bons cristãos – eram muitas vezes lamentavelmente impedidos de fazê-lo.

É a resposta de Marcelino ao longo dos vinte e três anos seguintes que precisamos considerar, tanto quanto a sua resposta imediata em La Valla ao incidente da criança agnizando. Marcelino, de fato, estabeleceu escolas e projetos – mais de cinquenta deles – em uma ampla diversidade de situações: cidades menores e maiores, mais ricas e mais pobres. A quarta escola por ele assumida, por exemplo, era grande e comparativamente com bons recursos, localizada no centro da cidade de Bourg Argental.

Mais tarde, quando Marcelino concordou em assumir a gestão de alguns orfanatos em grandes cidades, como Lyon, foi para abordar a situação dos jovens em situações ainda piores do que aqueles em algumas áreas rurais do país. Outros projetos que atraíram Marcelino na década de 1830 – por exemplo, o convite do Bispo Devie para assumir um centro de formação agrícola na Diocese de Belley a fim de atender ao crescente número de jovens não qualificados e portanto desempregados ou, na última carta que ele escreveu, para que os Irmãos trabalhassem com a juventude empobrecida de um subúrbio de Paris²⁵ – sugerem que deve-

²⁵ Veja as Cartas 28 e 339 para descobrir a abertura de Marcelino a esses dois projetos. Para ajudar na ideia de seu envolvimento com os orfanatos era tanto com a educação como o cuidado com os jovens abandonados, veja o acordo que fez com a direção do orfanato de Denuzière, em Lyon, na Carta 306.

mos ser cautelosos em relação aos limites demasiados estreitos sobre as escolhas de Marcelino na missão. Um exame cuidadoso de tais escolhas sugere que Marcelino foi, de fato, bastante abrangente no elenco de seus esforços, e há ampla evidência para indicar seu compromisso pastoral tanto com as pessoas mais bem situadas socialmente quanto seus esforços especiais com os mais pobres. O ponto revelador é que ele incluiu proativamente jovens desfavorecidos na mesma sala de aula com os de famílias de classe média, funcionários públicos e agricultores. É essa inclusão que se pode definir, como de fato foi, um pouco contracultural. Tornar-se bom cristão e bom cidadão era direito de todos os jovens.

CONCLUSÃO:

A história de Montagne como arquétipo da missão marista

A história do encontro de Marcelino com a criança agonizante, como todos os mitos bem fundamentados, constitui uma narrativa que uma geração deveria continuar a passar para a seguinte, como maneira de manter a integridade e a identidade e de definir propósitos mais profundos. Mas os mitos também correm o risco de uma interpretação simplista. Uma chave de leitura para os Maristas da história de Montagne é para que a vejam no contexto de suas origens.

Em primeiro lugar, isso aconteceu apenas um século antes de se sentir a necessidade de dar à criança um nome. É mais útil ver a história como emblemática para uma situação mais geral relacionada aos jovens no limiar da vida adulta. Indiscutivelmente, os dois apelos que chamaram a atenção do Fundador em relação à história de Montagne foi que ele vivia na região onde Marcelino trabalhava e era jovem.

Em segundo lugar, é importante considerar a paixão pela evangelização dos jovens como o principal fator de motivação para Marcelino, nascido de sua convicção de que a nenhum jovem, independentemente da sua situação pessoal, deve ser negado o conhecimento libertador de Jesus e do seu Evangelho. A história gira em torno da evangelização e da necessidade de Jean-Baptiste em relação a ela. A abordagem a esta evangelização é intrinsecamente educativa, visando tanto à mente quanto ao coração. É motivada por uma intuição importante por trazer conforto e cuidado para jovens carentes, para que pudessem crescer, tanto em sua fé como em sua capacidade de se tornarem membros engajados da sociedade.

Na medida em que a história do encontro com a criança à beira da morte foi ganhando significado na geração fundadora, foi esse propósito que a atraiu e, de modo mais importante, sua vocação para a personificação de um Evangelho vivo para o cuidado dos jovens. É nesse contexto que um estilo Marista nascente da educação e da

evangelização fica evidente na história: provocado pela empatia e paixão, fundamentado em uma abordagem afetiva e relacional com os jovens e marcado por uma simplicidade não afetada, pela presença pessoal, pelo pragmatismo criativo, pelo profundo respeito e, quando necessário, pela audácia corajosa.

Por isso, é uma missão assumida por pessoas tão influenciadas por sua própria experiência do amor de Deus que não podem senão vivê-lo e compartilhá-lo. Por isso, nenhum jovem, quaisquer que sejam suas circunstâncias, deve ser excluído da missão, e nenhum esforço poupado para aqueles que são necessitados. Neste sentido, Jean-Baptiste Montagne é o conjunto dos jovens, onde quer que se encontrem. Como Maria, no entanto, os Maristas devem estar sempre prontos para ir ao encontro

daqueles especialmente necessitados e fazer com que se sintam em casa com eles.

Ao contemplarmos o mito Montagne, não é Jean-Baptiste, em última análise, sobre quem devemos nos concentrar. Talvez esta seja uma razão pela qual os primeiros cronistas Maristas não deram um nome para a “criança agonizante”. Aquela criança representava todos os jovens cujas circunstâncias significavam que tinham uma capacidade diminuída de apreciar quem eles eram como filha ou filho de Deus e que o Evangelho de Jesus Cristo poderia significar em suas vidas. O foco é, muito mais, sobre aqueles que respondem a essa necessidade e o que é necessário para que sejam o tipo de evangelizador Marista que Marcelino imaginava. Em última análise é uma história sobre você, leitor.

ENCONTRO COM UM «MENINO ENFERMO AO PÉ DO PILAT»

Reexame histórico da hipótese Montagne



Ir. André Lanfrey

O bicentenário da fundação do Instituto suscitou a instauração, em 2015, de um *Ano Montagne*. É uma comemoração bem legítima. Porém, estando o acontecimento pouco distante de nós, convém acompanhar essa comemoração com uma renovação da pesquisa histórica sobre um encontro cuja historicidade é ao mesmo tempo certa e problemática. Como sugeria o Ir. Michael Green, convém distinguir bem entre história e mito, mesmo se não se trata de declarar que a primeira é legítima e a segunda sem interesse. Bem pelo contrário, me parece que essas duas aproximações têm sua legitimidade, sendo importante não as amalgamar indevidamente.

É certo ou não que o P. Champagnat encontrou e administrou um menino agonizante no começo de seu ministério? Minha resposta é sim. E se tratava de Jean-Baptiste Montagne, falecido em Les Palais em fins de 1816? Para mim, certamente não. E nesse caso, de quem se trataria? Eu formularei uma hipótese sobre este assunto, mas numa

data mais tardia: 1819. A partir dela, tentarei mostrar que a fundação dos Irmãos em La Valla se realizou em dois momentos: o primeiro, iniciado em 1816 com J.M.Granjon e J.B. Audras, e o segundo em 1819, quando Champagnat, inspirado por seu encontro com um jovem agonizante, persuadiu seus Irmãos no retiro de setembro de 1819, a passar de uma simples associação paroquial de leigos a um projeto de congregação marista.

Tentarei, pois, passo a passo, demonstrar a série de hipóteses que acabo de expor.

1. FONTES HISTÓRICAS SOBRE UM MENINO DOENTE AO PÉ DO PILAT

O documento mais antigo e mais seguro nos vem do P. Jean-Antoine Bourdin, Padre Marista, que esteve em l'Hermitage em fins de 1828 a novembro de 1831 e que nos deixou

algumas notas sobre as origens dos Irmãos Maristas (OM2/ doc. 754), escritas por volta de 1830, em vista de uma obra mais completa que não foi redigida¹.

Uma grande parte dessas notas sucintas estão baseadas no testemunho do P. Champagnat. Começam pela afirmação de seu projeto desde o seminário, depois evocam seu encontro, em setembro-outubro com Jean-Marie Granjon (§ 1), seguido das peripécias da compra de uma casa, das brigas com o pároco e o professor, e a acolhida de meninos pobres pelo Ir. Jean-Marie (§ 2-5). Finalmente, vem a passagem que nos interessa mais particularmente:

“O que determinou a urgência da obra: menino doente ao pé do Pila (sic), necessidade de meios... Sai um instante à casa do vizinho, volta morto², reflexão: quanto menino fora do caminho da salvação... se instruído, sabe arrepender-se, sabe...”

Segue uma consideração geral concluindo esta primeira parte:

“Permaneceu 9 ½ anos como vigário – todo o tempo trabalhou na obra, Marlies, St Sauveur. 8 escolas e 9 com Lavalla...”

Nada mais claro, portanto: o próprio Champagnat contou ao P. Bourdin seu encontro com um “menino enfermo ao pé do Pilat” que morre logo após sua visita e suscita nele a

intenção de apressar a realização de sua obra. Mas o acontecimento não tem data: antes do encontro com Granjon (a urgência da obra) ou depois que a comunidade se constituiu em lar apostólico, em 1817-1819? O lugar é mais preciso: ao pé do Pilat, isto é, o alto vale do Gier. Quanto à identidade do menino...

A expressão “necessidade de meios”, não é difícil de interpretar se a considerarmos como explicando a urgência da obra. Para Champagnat, a fundação dos Irmãos é uma “necessidade de meios”, a fim de evitar que os meninos vivam e morram na ignorância religiosa.

2.A INTERPRETAÇÃO DO IR. JOÃO BÂTISTA

Na Vida do P. Champagnat (1ª parte, cap. 6, p. 56), o Ir. João Batista nos descreve esse encontro com numerosos detalhes, depois de contactar J.M.Granjon no fim de 1816.

“Chamado a confessar um jovem doente num povoado, pôs-se imediatamente a caminho, conforme seu costume. [...].

Aflito por encontrar um rapaz de doze anos mergulhado em tão profunda ignorância, e temendo vê-lo morrer nessa situação, sentou-se ao lado do doente e começou a ensinar-lhe os principais mistérios e as verdades essenciais da salvação. [...].

¹ Ver em OM2/a longa introdução a essas notas.

² Quando Champagnat regressa, o menino está morto.

Deixou-o para atender a outro doente, na casa vizinha. Ao voltar, perguntou como estava o rapaz: 'Morreu instantes após sua saída', responderam os pais em lágrimas. Então ficou muito alegre, por ter chegado a tempo, mas também temeroso, em razão do perigo em que estivera o jovem, cuja condenação eterna ele, talvez, acabava de impedir”.

E Champagnat vai, logo, propor a J.M.Granjon de participar na fundação de uma “Sociedade de Irmãos”.

A convergência essencial entre Bourdin e o Ir. João Batista é a morte súbita do menino, assim como as reflexões de Champagnat, que os levam a fundar sua obra. O Ir. João Batista situa claramente o acontecimento no final de 1816, indica a idade do menino (12 anos), mas não indica o lugar preciso. Fala longamente da ignorância do menino e dos esforços de Champagnat para instruí-lo, ao passo que o P. Bourdin apenas sugere essa situação.

Cabe, pois, uma pergunta: Terá o Ir. João Batista conhecido o memorial Bourdin, adaptando-o para fazer dele uma narração detalhada? A priori, isso é pouco provável: o memorial foi recolhido pelo Ir. Eubert, em Chasselay, no quarto do P. Bourdin depois de sua morte, em 1883. Ora, o Ir. João Batista publica a Vida em 1856³. Mas não seria estranho que, na ocasião de sua pesquisa,

houvesse interrogado, pelo menos oralmente, o P. Bourdin. Ele pôde recolher também confidências do P. Champagnat sobre esse fato. A intimidade entre ambos era suficientemente forte para considerar plausível essa hipótese. Temos disso um indício na Vida (1ª parte, cap.19, ed.1989, p.189) que relata as palavras de Champagnat, estimulando a criação da sociedade dos Padres mais importante que a dos Irmãos. A isso um Irmão, que bem poderia ser o mesmo Ir. João Batista, replica:

“Sabe, Padre, que se os Irmãos soubessem da sua preferência pelos Padres ficariam com ciúme?”

3. FRAQUEZA DA TRADIÇÃO DOS PRIMEIROS IRMÃOS MARISTAS SOBRE ESSE ACONTECIMENTO

O encontro entre o menino ao pé do Pilat e Champagnat foi dado a conhecer tardiamente pelo Ir. João Batista. As Notas do Ir. Laurent, escritas em 1842, no momento em que o Ir. Francisco exorta os Irmãos a fornecer escritos sobre o Fundador e quando o Ir. João Batista começa a trabalhar, evocam uma situação geral, mas não um acontecimento particular⁴:

³ Ver OM4 p. 737-738, Introdução ao memorial Bourdin: Ver também Avit: *Annales de l'Institut*.

⁴ Como o texto primitivo apresenta uma ortografia muito incorreta ou arcaica e uma pontuação aproximativa, me permiti correções nesses dois domínios. (Alusão ao texto original – N.T.)

[1] Em 1818, o Sr. Champagnat, sacerdote, sendo vigário em La Valla, sentiu-se muito aflito ao ver a ignorância que reinava nesta paróquia, sobretudo entre os jovens. Encontrou muitos⁵ rapazes de 10 a 12 anos que não sabiam por que estavam sobre a terra, que nem sabiam se havia um Deus, que resolveu formar uma sociedade de jovens que ele mesmo instruiria e formaria em todas as virtudes, para capacitá-los a instruir os jovens, isto é, os meninos pobres dos campos. E como punha toda a sua confiança em Deus, não queria outros recursos que sua providência, na qual nunca contou em vão.

[2] Em primeiro lugar, comprou uma pequena casa acima da casa paroquial. Inicialmente instalou nela um jovem que era muito virtuoso. Meu irmão foi o segundo e eu o terceiro, Couturier ou Irmão Antoine, o quarto, o Irmão Barthélemy e o querido Irmão Francisco. Durante algum tempo éramos seis "...

O Ir. João Batista utilizou esse texto, como mostra a menção da idade do menino e o assunto dos meninos que ignoravam que há um Deus, expressão que significa que não são catequizados⁶. É, portanto, permitido perguntar-se se o Ir. João Batista não transformou o relato geral do Ir. Laurent num encontro particular a fim de torná-lo mais concreto.

Ademais, datar esse encontro em 1816 parecia razoável: entre o "necessitamos de Irmãos", do seminário Santo Irineu, e o 2 de janeiro de 1817. O relato do próprio Ir. Laurent, que

fala em primeiro lugar dos encontros com meninos ignorantes (mas não agonizantes), depois da decisão de reunir discípulos, sugere, aliás, tal cronologia, sendo que o Ir. João Batista não toma a sério a data de 1818, certamente aproximativa. Entretanto, como o Ir. Laurent menciona o estado de ignorância religiosa massiva dos meninos, constatada por Champagnat, seria muito surpreendente que em outubro de 1816, somente após dois meses de apostolado paroquial, Champagnat já tivesse adquirido esse conhecimento. O relato do Ir. Laurent deixa, portanto, pairar uma dúvida quanto ao ano do encontro com o menino enfermo; e em todo o caso, não faz nenhuma menção do Palais, quando havia sido professor no Bessat, em 1819-20, depois em Tarentaise, em 1822-23.

Está claro, portanto, que em 1842, não há tradição, entre os Irmãos mais antigos, a respeito de uma intervenção de Champagnat junto a um menino doente em 1816, seja no Palais ou alhures.

4. AS DÚVIDAS E OS SILÊNCIOS DO IR. AVIT

O Ir. Avit, tão disposto habitualmente a recolher a tradição dos antigos Irmãos, a dar detalhes inéditos

⁵ A frase não está em francês correto. Seria preciso escrever: "Encontrou tantos meninos... que resolveu..."

⁶ Encontrei a mesma expressão nos Anais das casas para exprimir uma ignorância religiosa profunda.

ou a retificar erros, evoca assim o ano de 1817 (Anais, 1817, § 13): “Ele se ocupou (da fundação dos Irmãos) desde sua chegada a Lavalla”. Depois relata o encontro com J.M. Granjon e João Batista Audras, a compra de uma casa e sua instalação em 2 de janeiro. Não evoca nenhum encontro com um menino agonizante.

Entretanto, em seu “Aviso aos leitores” servindo de introdução aos *Annales de l’Institut*, começados em 1884, declara: “O autor se valeu, para estes Anais, dos escritos do R. P. Bourdin, do R. Ir. Francisco e do Ir. João Batista”... Conheceu, portanto, as duas versões da história do menino agonizante. Mas sobre o P. Bourdin, cujo memorial acabava de ser descoberto, exprime sua decepção:

“Ele (o próprio Ir. Avit) só tem uma parte do manuscrito do P. Bourdin, a outra foi retirada pelos Padres Maristas após a morte do autor desse manuscrito. Essa parte contém um grande número de notas, mas sem datas”.

Faz a mesma crítica ao Ir. João Batista que “parece ter em vista fazer um corpo de doutrina ao escrever a vida do venerável P. Champagnat. Ele agrupou os fatos sem se inquietar muito com as datas precisas”.

Não encontrando em suas pesquisas a confirmação da data do encontro com o menino agonizante, e duvidando talvez de sua existência, o Ir. Avit guarda um silêncio, que lhe evita

opor-se frontalmente à tradição oficial. Ele fará o mesmo por ocasião do processo de beatificação de Champagnat: oferecendo retificações históricas sobre vários capítulos da biografia canônica de Champagnat, permanece silencioso sobre o capítulo IV: “Da fundação do Instituto”... que abrange o artigo 43 que relata o encontro com o menino enfermo⁷.

Nos *Annales des maisons*, a notícia sobre Tarentaise, com data de 14 de maio de 1885, recorda o Ir. Laurent, catequista no Bessat, depois professor em Tarentaise, assim como as relações com o pároco Préher, amigo de Champagnat, ainda pároco em 1842. Não se encontra nenhuma palavra sobre Champagnat administrando um menino em Palais ou alhures. Nos *Annales de La Valla*, redigidos em 13 de maio de 1885, o Ir. Avit não fala dos encontros com Granjon e Audras nem, é claro, evoca o menino enfermo ao pé do Pilat.

5. UM ACONTECIMENTO SOLIDAMENTE ESTABELECIDO, MAS DIFÍCIL DE SITUAR

É preciso, pois, render-se à evidência: o encontro com um menino falecido subitamente ao pé do Pilat é fortemente atestado por dois testemunhos, mas ficou confidencial por muito tempo. E quando o Ir. João Batista o manifesta publicamente, em

⁷ Ir. Agustin Carazo, Pesquisa diocesana, Roma, 1991, p. 54.

1856, pode-se perguntar se não inventa a data para desenvolver “um corpo de doutrina”, como o critica o Ir. Avit, que viu nisso uma dificuldade cronológica silenciada.

6. CRONOLOGIA OFICIAL E NASCIMENTO DA HIPÓTESE MONTAGNE

A historicidade de um encontro em fim de 1816 entre o menino enfermo e Champagnat se impõe, portanto, em 1856. Mas o Ir. João Batista não definiu nem o lugar nem a identidade do menino. Afora o Ir. Avit, de olhar particularmente agudo, o fato parece aceito sem problema, tanto mais que sua importância é julgada bastante anedótica. Por exemplo, em sua circular de 2 de fevereiro de 1909, o Ir. Stratonique, que conhece muito bem as fontes maristas, nem sequer o menciona:

“O padre Champagnat, quando ainda era aluno no Seminário Maior, teve a primeira ideia de um Instituto de Irmãos ensinantes. Ordenado sacerdote e enviado como vigário a Lavalla, ficou impressionado pela ignorância da infância. Desde então se convenceu da necessidade de executar quanto antes seu projeto. Em 1817, depois de escolher dois piedosos jovens, os reuniu em comunidade numa casa pobre da paróquia [...]. Isso foi como um primeiro elemento da constituição⁸”.

A cronologia marista de 1917 (Circulares, vol.13, p. 438) não evoca nenhum dos encontros feitos por Champagnat em 1816, contentando-se, como o Ir. Avit, no qual certamente se inspira, de assinalar o começo do apostolado de Champagnat em La Valla.

Não será o mesmo para as Cronologias de 1976 e 2010, frutos de pesquisas históricas posteriores que situam em 6 e em 26 de outubro os encontros com J.M. Granjon e, em 2 de novembro, o encontro de Jean-Baptiste Audras com Champagnat. Daqui em diante, indica-se o 28 de outubro, “o padre Champagnat assiste o jovem Jean-Baptiste Montagne, de 17 anos, em seu leito de morte, na aldeia do Palais”. O encontro entre Champagnat e o menino enfermo tem referência de lugar, de nome e de data. Mas, de fato, trata-se de uma hipótese bastante recente e frágil, como vamos mostrar.

7. O IR. JOSEPH-PHILIPPE E A DESCOBERTA DO JOVEM MONTAGNE

Encontramos a primeira menção do jovem Montagne numa breve notícia do *Bulletin de l'Institut*, nº 103, de janeiro de 1936:

“Um detalhe sobre nossas origens”

“O Ir. Joseph-Philippe, Vice-postulador de nossas causas de beatificação, nos envia o documento

⁸ O Ir. Stratonique faz uma história das Constituições do Instituto desde o início.

seguinte, que esclarece um ponto de nossa história e que interessará a todo o Instituto”.

“O menino enfermo, junto do qual o Sr. Padre Champagnat passou longo tempo para lhe ensinar o essencial de nossa santa religião e o preparar para a morte, chamava-se Jean-Baptiste Montagne. Vivía na aldeia do Palais, que deve pertencer agora à paróquia do Bessat ou de Tarentaise. Para, de La Valla, chegar até lá é necessário descer o vale, tornar a subir do lado de Maisonnette e atravessar a planície de la Barbanche. Certamente são necessárias duas horas de caminhada.

Esse fato que desencadeou, se podemos dizer, a fundação de nosso Instituto, ocorreu em 26 de outubro de 1816”.

O Ir. Joseph-Philippe foi o antigo provincial de Hermitage, vice-postulador e redator da *Revue Champagnat*⁹, destinada a sustentar as causas de beatificação do Fundador e a favorecer o recrutamento. Esse Irmão encontrou no registro Civil de La Valla o nome de Jean-Baptiste Montagne, o único “menino” falecido na comuna indicada na época pelo Ir. João Batista.

A descoberta do Ir. Joseph-Philippe encontrará no pároco do Bessat, Padre Dumas, um aliado entusiasta. A *Revue Champagnat* de fevereiro de 1936 (nº 19, p. 226) indica efetivamente que esse pároco,

“considerando que sua paróquia, por haver-se beneficiado do apostolado do Venerável Champagnat, seja por si mesmo, seja por seus discípulos, deveria conservar a lembrança do Fundador dos Irmãos Maristas”, publicou em seu boletim paroquial, de dezembro de 1935, dois artigos sobre as origens do Instituto¹⁰. No primeiro, intitulado “O Venerável Marcelino Champagnat, 1789-1840”, recorda a seus paroquianos:

“Ora, na época da fundação, em 1817, o Bessat dependia ainda de La Valla, e o Padre Champagnat teve de vir muitas vezes a nosso povoado, que então era apenas uma aldeia, para ensinar o catecismo e, sobretudo, para administrar os sacramentos, e nossos caminhos foram santificados muitas vezes pela passagem do santo sacerdote, fundador da ordem”.

Portanto, no fim de 1935, o pároco Dumas ainda não conhecia a descoberta do Ir. Joseph-Philippe e não recorda nenhuma tradição precisa sobre as intervenções de Champagnat no Bessat. Num segundo artigo do mesmo número, ele retoma simplesmente o relato da *Vida* sobre o Ir. Laurent indo ensinar no Bessat. Em todo o caso, ele convida seus paroquianos a rezar pela beatificação de Champagnat e do Ir. Francisco, dando mesmo o texto das

⁹ Ela é continuação do “*Petit bulletin du Serviteur de Marie, organe des causes de béatification de l’institut des Frères Maristes*”. Em agosto de 1935, o Boletim, que chegou a seu 14º aniversário, viu seu título primitivo substituído por “*Revue Champagnat*”.

¹⁰ Este Boletim mensal (4º ano, nº 39) intitulado “*Le Trait d’union*” compreende umas vinte páginas. Foi encontrado graças ao Ir. Roger Charrier e à Sra. Tardy. Nele convidava seus paroquianos a rezar pela beatificação não só de Champagnat, mas também do Ir. Francisco, fornecendo até o texto das orações previstas para isso.

orações previstas para isto. No fundo, ele é mais um promotor da devoção do que um intérprete de uma tradição.

Quanto ao Ir. Joseph-Philippe, ele publica um longo artigo na *Revue Champagnat*, nº 35-37 (junho-agosto de 1937) sob o título: “O Bessat, um fato histórico”, afirmando entre outras coisas:

“...Em 29 de outubro de 1816, foi chamado para assistir o jovem François Montagne, que diziam estar muito doente, morando na aldeia do Palais, situada na montanha” [...] “Graças às pesquisas feitas nos arquivos da prefeitura de La Valla e às informações recolhidas no Bessat, pudemos situar um fato tão interessante para o Instituto dos Irmãos Maristas e também para os habitantes da região” (Nº 35, p. 486-488).

O artigo até dá uma foto da casa Montagne, esclarecendo que ela é chamada “casa do Polonês”, “pertencendo, pouco depois, à família Fayolle, muito cristã, de St. Etienne”.

Permanece vago sobre as “informações recolhidas no Bessat”, recordando (Nº 36, julho de 1937), que a lembrança de Champagnat permanecia viva ali; e “seu retrato, não está na maioria das casas?” Trata-se, porém, de uma tradição antiga e profunda? Em 1896, quando Champagnat se tornou Venerável, houve um tríduo de ação de graças em La Valla, mas nenhuma comemoração no Bessat. Aliás, a antiga casa Montagne tem um nome que não tem nada a ver com o pretendido acontecimento.

Se é certo que o Ir. Joseph-Philippe encontrou no Registro Civil de La Valla a declaração da morte de J.B. Montagne, é estranho que não a tenha transcrito de maneira exata, visto que a data do falecimento se confunde com a de sua declaração, e o prenome (François) dado ao filho é de fato o do pai.

“No ano de mil oitocentos e dezesseis, e a vinte e nove de outubro, às dez horas da manhã, diante de nós, Jean-Baptiste Berne, [...] François Montagne, carpinteiro do lugar dos Palais, comuna de La Valla, de cinquenta e sete anos de idade, e Jean-Baptiste Montagne, diarista do lugar, de cinquenta e dois anos de idade, nos declararam que Jean-Baptiste Montagne, filho do dito François Montagne e de Clémence Porta, havia falecido em seu domicílio, ontem, às sete horas da tarde, no dito lugar dos Palais, com a idade de dezessete anos.”...

Pôde ser prejudicado por duas dificuldades: de uma parte o jovem defunto não tinha a idade anunciada pelo Ir. João Batista; e não figura no registro paroquial de La Valla, porque foi enterrado em Tarentaise pelo padre Préher, que o declara seu paroquiano e com dezesseis anos e meio de idade.

Há, portanto, afirmação sem verdadeira prova, o que não impede que o BI, nº 116, de 1939, desenvolva um longo artigo sobre “O Instituto durante a vida de seu fundador (1817-1840)” que homologa a hipótese Montagne, modificando seu nome e sua idade:

... **“A lição de catecismo providencial.** –

Uma tarde de inverno, em 29 de outubro de 1816,

o vigário é chamado a atender um menino enfermo, François Montagne, numa aldeia distante, no Bessat. É um pequeno moribundo, de 12 anos. Cresceu, como uma parte da juventude de então, sem nenhuma instrução religiosa”.

8. UMA INDIFERENÇA DO INSTITUTO

Esta afirmação de um nome e de um lugar sem documentação séria não suscita o entusiasmo, mesmo no ambiente da beatificação de Champagnat. Assim o BI, nº 160 (outubro de 1955) que relata a peregrinação dos superiores, e de um grande número de provinciais, no fim do retiro dos superiores, em junho de 1955, depois da beatificação do P. Champagnat, não menciona o Bessat nem o Palais como lugares maristas:

“Partindo de manhã cedo em ônibus, chegaram, por Saint-Etienne, à escola de Marlies onde foram graciosamente acolhidos pelos Irmãos e seus alunos. [...] Antes de partir, os peregrinos pararam na igreja [...] Depois de saudarem o Sr. Pároco na sacristia, a caravana parou em Rosey. [...] Depois, por Tarentaise e o Bessat, chegaram a La Valla por uma bela estrada”.

Depois de uma parada em La Valla e l’Hermitage, a peregrinação termina em Fourvière.

9. A PERSEVERANÇA DO PÁROCO DO BESSAT

Se os superiores parecem ter ficado indiferentes até então, o padre Dumas conseguiu chamar sua atenção por um tríduo solene (BI nº 164, outubro de 1956):

“O Sr. Padre Dumas, pároco do Bessat, próximo de La Valla, é um admirador entusiasta do Padre Champagnat. [...] Ele que sobre o território destá seguro de que no território de sua paróquia foi concebido o Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria! A casa, sempre de pé, da família Montagne, cujo filho foi administrado pelo Padre Champagnat pouco tempo depois de sua chegada a La Valla, nas circunstâncias que se conhecem, faz parte da paróquia do Bessat. Certo desse fato incontestável, o Sr. Pároco havia decidido fazer também um tríduo, mas um tríduo à sua maneira, um tanto original; em todo o caso, um pouco diferente dos outros. Havia obtido um indulto para celebrá-lo em agosto de 1956, depois do tempo regularmente reconhecido, a fim de que dele participassem os numerosos veranistas que vêm passar o verão na região. Ele conseguiu uma relíquia insigne para um magnífico relicário que ele mesmo fez confeccionar¹¹. Desde muito tempo, insignias foram postas à venda levando a inscrição do Bessat. Queria fazer dessa festa um acontecimento para a paróquia e os arredores. E é preciso reconhecer que teve êxito em tudo”.

O BI nº 166, de abril de 1957, relata a consagração do altar da nova

¹¹ Esse relicário leva uma placa de marfim gravada representando o menino, e Champagnat sentado perto dele.

Capela do Beato Marcelino Champagnat, na igreja do Bessat, em 25 de março, por Dom Delay, originário de St. Chamond, antigo bispo auxiliar de Lyon, antigo arcebispo de Marselha, em presença do Rev. Irmão Léonida, acompanhado pelo Conselho-geral, de vários Irmãos da Casa Mãe, de Irmãos Provinciais, de delegados de diferentes províncias, de eclesiásticos da diocese e das paróquias vizinhas, vindos para honrar o P. Champagnat.

10. UM COMEÇO DE INTERESSE NO INSTITUTO

A ação do Padre Dumas teve seus frutos, pois o BI nº 169, (janeiro de 1958) apresenta um artigo sobre o Bessat, recordando o histórico da descoberta Montagne.

“É nesta comuna que se encontram a aldeia do Palais e a casa onde morreu o jovem François Montagne, do qual se fala na vida do Beato (Vida do Venerável Marcelino Champagnat, por um de seus primeiros discípulos, edição 1931, p. 86). [...]”

Esse episódio diz, não sem razão, ao Sr. Padre Dumas, pároco atual do Bessat, que a Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria nasceu na sua paróquia.

Depois de longas e pacientes pesquisas, sobretudo nos registros mortuários da paróquia, o Ir. Philippe, antigo Provincial de l’Hermitage

e vice-postulador da causa do Beato Fundador, conseguiu identificar o jovem que o Ir. João Batista deixou no anonimato. Ora, a casa em que morreu o jovem Montagne acaba de nos ser oferecida graciosamente pela proprietária, a Sra. Fayolle, de Saint-Etienne, a qual tem direito assim ao reconhecimento de todo o Instituto.

O Sr. sacerdote Dumas, pároco do Bessat, se ofereceu a repará-la. Isso será uma nova etapa no caminho que conduz às fontes de onde brotou o Instituto; assim o itinerário do que se poderia chamar ‘a peregrinação do Beato Champagnat’ será completo”.

O projeto de doação à congregação mudou logo¹², mas o BI confirma o papel do pároco Dumas ao cometer sempre o mesmo erro sobre o nome do jovem, porém atribuindo ao Ir. Joseph Philippe a descoberta, nos registros paroquiais, sem precisar de que paróquia se trata¹³.

Entretanto, o Palais ainda não figura nos lugares maristas, mesmo se há um interesse por ele. Assim, o BI nº 177, de janeiro de 1960, transcreve o relato de um Irmão italiano nos lugares santos maristas: Fourvière, St.Genis-Laval, l’Hermitage, La Valla. E

“se percebe também, ao passar, a casa onde o Beato Fundador confessou o menino enfermo, cuja ignorância religiosa o assustou e o decidiu a começar sua obra sem mais tardar”.

¹² Houve uma recusa dos superiores? O texto sugere que a casa estava então em mau estado, e os superiores tinham outros projetos, como a capela de Rosey.

¹³ Pode ser que o atestado do enterro em Tarentaise tenha sido descoberto pelo pároco Dumas ou pelo Ir. Joseph-Philippe. Precisaria continuar a investigação sobre esse ponto na *Revue Champagnat* ou no Boletim paroquial.

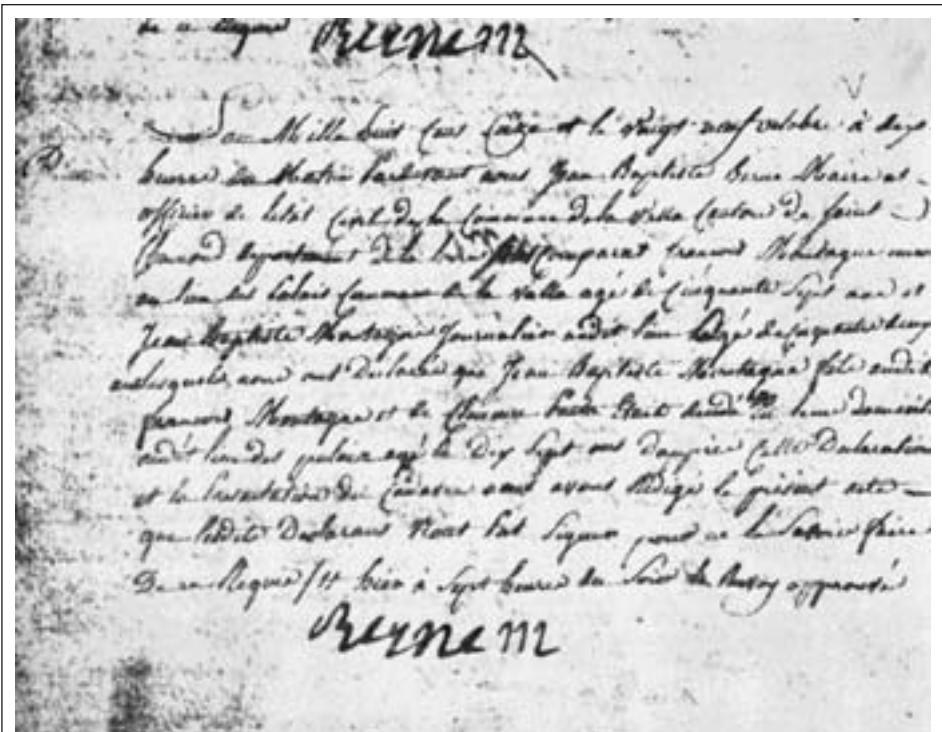
No BI nº 193 (1963) se fala da restauração da capela de Manziana e

“Ali se mostra, por exemplo, o Beato Padre Fundador oferecendo ao Senhor o menino agonizante do Bessat que acaba de salvar in extremis, e rogando ao Senhor de ajudá-lo a pôr em execução a inspiração recebida em Fourvière”.

Assim, nos anos 1960, foi se impondo a ideia de que no Bessat houve um encontro fundamental para as origens do Instituto. E foi o padre Dumas que se tornou o principal promotor daquilo que ainda não aparece completamente como um acontecimento histórico.

11. A INFLUÊNCIA DECISIVA DO ARTIGO DO IR. GABRIEL MICHEL

É o Ir. Gabriel Michel que dá ao assunto uma consistência histórica decisiva em 1966 (BI, nº 204, outubro de 1966). Não alude à descoberta de Jean-Baptiste Montagne pelo Ir. Joseph-Philippe e o pároco Dumas, porém a considera como um fato adquirido. Sua diligência é influenciada pelas *Origines Maristes*, cujos três primeiros volumes foram publicados em 1960, 1961 e 1965, e ele tem o cuidado de estabelecer, apoiado em documen-

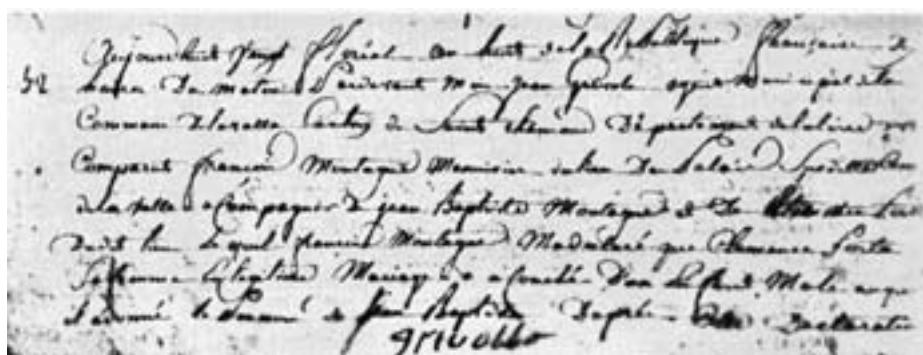


Reprodução do processo verbal da morte de J-B Montagne, firmado por Berne

tos, a cronologia dos três encontros decisivos de 1816: com Granjon, Audras e Jean-Baptiste Montagne. Pela primeira vez, o Instituto pode ler a certidão de nascimento, de óbito e de enterro de J.B. Montagne.

“No ano mil oitocentos e dezesseis e a vinte e nove de outubro, às dez horas da manhã, diante de nós, Jean-Baptiste Berne, prefeito e oficial do Registro Civil da comuna de La Valla, cantão de Saint-Chamond, departamento da Loire, compareceram François Montagne, carpinteiro do local do Palais, comuna de La Valla, de cinquenta e sete anos de idade, e Jean-Baptiste Montagne, diarista do dito lugar, de cinquenta e dois anos de idade, os quais nos declararam que Jean-Baptiste Montagne, filho do dito François Montagne e de Clémence Porta, faleceu em sua casa, ontem, às sete horas da tarde no referido local do Palais, com dezessete anos de idade. Segundo esta declaração e a apresentação do cadáver, nós redigimos esta ata, que os ditos declarantes não assinaram, por não saber fazê-lo”.

Berne M.



Certidão de nascimento de J-B Montagne, assinada por Grivola

Nenhum outro dos falecimentos ocorridos entre a chegada do Padre Champagnat a La Valla e o final do ano, não podendo convir, o “menino de 12 anos” do relato do Irmão João Batista é, portanto, um adolescente de 16 anos e meio a 17 anos, como indica o registro dos nascimentos:

“Hoje, vinte floreal, ano oito da República francesa¹⁴, às dez horas da manhã, diante de mim, Jean Grivola, agente municipal da comuna de La Valla, cantão de Saint-Chamond, departamento da Loire, compareceu François Montagne, carpinteiro do local do Palais, da sobredita comuna de La Valla, acompanhado de Jean-Baptiste Montagne e de Etienne Porta do dito local, cujo François Montagne me declarou que Clémence Porta, sua mulher em legítimo matrimônio, deu à luz um menino a quem deu o nome de Jean-Baptiste”...

Firmado, Grivolla

“No ano mil oitocentos e dezesseis e a trinta de outubro, o corpo de J.-B. Montagne, filho legítimo de François Montagne e de Clémence Porta, do local do Palais, paróquia de Tarentaise, falecido anteontem, com a idade aproximada de dezesseis anos e meio, foi inumado por mim, abaixo assinado, no cemitério desta paróquia em presença de François e de Jean-Baptiste Montagne e de Antoine Ravot, todos três do dito local do Palais, que assinaram comigo”.

Montagne Montagne
Ravot Préher, pároco a serviço



Processo verbal da inumação de J-B Montagne (Paróquia de Tarentaise)

¹⁴ Em 10 de maio de 1800.

A existência de Jean-Baptiste Montagne, nascido em 10 de maio de 1800 e falecido em 28 de outubro de 1816, com cerca de 17 anos de idade, declarado falecido na prefeitura de La Valla em 29 de outubro pelo prefeito Berne, e enterrado em 30 de outubro pelo pároco Préher em Tarentaise, não apresenta, portanto, nenhuma dúvida. O Ir. G. Michel deduz disso, muito logicamente, que este é o menino administrado por Champagnat, evocado pelo memorial Bourdin e o Ir. João Batista. A partir desse artigo, a hipótese Montagne se torna verdade histórica, se consideramos exata a cronologia do Ir. João Batista. E sabemos que o Instituto depois concedeu, tardiamente, mas poderosamente, uma grande atenção à “experiência Montagne” tornada um quase mito fundador.

12. FRAGILIDADE DA HIPÓTESE MONTAGNE

Mas muitos elementos permanecem problemáticos. Passemos sobre a contradição curiosa – não relevada pelo Ir. G. Michel – entre o registro civil e a ata de sepultura, que mostra que o pai e o tio de J.B. Montagne não sabem assinar no dia 29, mas o fazem com escrita firme no dia 30 de outubro. Esse fato, que não é único, traduz uma reticência

para com uma novidade revolucionária e estatal. O mais sério é a distância com o memorial Bourdin, falando de um “menino enfermo ao pé do Pilat”. Ora, Montagne não é um menino, e o Palais não está ao pé do Pilat¹⁵.

Para justificar esse hiato quanto à idade, o Ir. G. Michel salienta, com razão, que nessa época se confiava mais na aparência do que na idade. Mas cinco anos de diferença (12-17 anos) é muito. E, sobretudo, a primeira comunhão sendo realizada em torno dos 13 anos, uma quase total ignorância religiosa num jovem de 17 anos, que não pôde fazê-la sem antes ser catequizado, parece pouco crível. Ao atribuir 12 anos ao menino (*Vida*, p. 56), o Ir. João Batista havia apresentado essa ignorância mais verossímil.

Quanto ao lugar, *stricto sensu*, o pé do Pilat é o alto vale do Gier, ao passo que o Palais está sobre o planalto entre o Bessat e Tarentaise. E Champagnat conhece muito bem um território percorrido durante longos anos, para dar um sentido vago a essa expressão. Outro ponto delicado: Por que Champagnat teria administrado o jovem Montagne quando é o padre Préher que o enterra, declarando-o seu paroquiano? Em definitivo, toda a teoria Montagne repousa sobre a cronologia do Ir. João Batista. Mas vimos que somente ele apresenta essa data e que as outras fontes são mais evasivas

¹⁵ O Ir. Avit (Anais do Instituto, 1821, § 28) situa o Bessat “quase no cimo do Pilat”.

ou sugerem um encontro mais tardio. O Ir. Gabriel Michel provou muito bem a existência do joven Montagne, mas nada mais.

13. OS REGISTROS PAROQUIAIS DE TARENTEISE EM 1816-17

Nessa época, a paróquia do Besat ainda não existia, mas essa grande aldeia, distante da vila de La Valla, é muito próxima de Tarentaise. Quanto ao Palais, embora dividido entre as comunas de Tarentaise e de La Valla, constituía, por assim dizer, os arrabaldes de Tarentaise. E a quase totalidade da aldeia está sobre o território dessa comuna¹⁶.

O registro paroquial de Tarentaise em 1816 nos diz que o pároco Montchovel celebra ali numerosos batismos e enterros – mas poucos casamentos – até 6 de março de 1816. Depois, cai doente, e os atos paroquiais são garantidos pelo Padre Richard, pároco de Planfoy, que declara o pároco “indisposto”. O enterro do Padre Montchovel, em 2 de abril de 1816, ocasionou uma reunião de padres dos arredores:

- Claude Peyrard, pároco de Jonzieux.
- Jean Thomas, pároco de St Romain les Atheux.

- Benoît Richard, pároco de Planfoy.
- Benoît Rivory, pároco de Rochetaillée
- Jean-Baptiste Rouchon, pároco de Valbenoîte.
- Claude Bonnet, vigário de Rochetaillée
- Jean-Baptiste Rebod, pároco de La Valla
- Jean-André Ducret, pároco de Graix.

Essa lista põe em evidência o território ao qual está sociologicamente vinculada a paróquia: de uma parte, os povoados que se escalonam sobre a estrada St. Etienne-vale do Rhône (Valbenoîte, Planfoy, Rochetaillée, Graix) e alguns outros mais afastados sobre o planalto. Somente a presença de Rebod recorda as relações com o vale do Gier: nenhum padre de St. Chamond, Rive-de-Gier, Doizieu. Esperando a chegada de um novo responsável, em 10 de abril, um batismo é celebrado, pelo Padre Courbon, pároco de St. Genest-Malifaux. Nem o pároco Rebod nem seu vigário Arthaud sobem de La Valla para assegurar uma suplência. Pode-se supor um desacordo entre os párocos de Tarentaise e La Valla. Isso não está excluído, porque sabemos que Rebod é um padre de caráter difícil. Mas a geografia é a explicação mais simples: passar do povoado de La Valla ao de Tarentaise é muito mais difícil que vir pela estrada de St. Etienne ou do planalto.

¹⁶ Um censo da população de La Valla em 1815 cita o Palais, mas não indica nenhum nome de habitante, como se a pertença à comuna fosse mais teórica que real.

Desde 12 de maio, é o Padre Préher, novo encarregado que chegou em abril, que assegura o serviço regular até 28 de agosto. Retomará a assinatura das atas somente em 26

de setembro. Nesse entretempo, o registro apresenta somente uma ata, em 18 de setembro, assinada por Marcellin Champagnat:

“No ano de 1816 e em 18 de setembro, o corpo de Joseph Degraix, marido de Magdelaine Morel, proprietária no local do Bessa, paróquia de Lavalla, falecido anteontem com a idade de cerca de trinta e quatro anos, foi inumado por mim, abaixo assinado, vigário de Lavalla, no cemitério de Tarentaise, autorizado por quem de direito, em presença de Pierre Petitmathieu e de Barthélemy Prudhomme do local do Bessa, analfabetos.

Champagnat vig.”

Pela primeira vez, é um sacerdote de La Valla que supre a ausência do pároco de Tarentaise. E o faz de acordo com o Padre Préher e o pároco de La Valla, o Padre Rebod,

como indica a fórmula “autorizado por quem de direito”.

Aliás, Champagnat irá incluir a ata desse enterro no registro de La Valla:

“No ano de 1816 e em 18 de setembro, nós, abaixo assinados, demos sepultura eclesiástica a Joseph Degrai, falecido ontem no Bessac, na paróquia de La Valla, com cerca de trinta e sete anos de idade¹⁷, agricultor de profissão. Presentes: Antoine Massardier, Jean-Antoine Rivat, abaixo assinados.

Massardier, Rivat, Champagnat vig(ário).”

O Padre Préher, portanto, se ausentou durante o mês de setembro, sem dúvida para o retiro eclesiástico e diversas diligências ligadas à sua instalação recente; e Champagnat o substituiu, como foi previsto anteriormente. Esse tipo de substituição

depois não ocorrerá, porque o Padre Jean-Baptiste Seyve, (ele assina “Sayve”), ordenado sacerdote no mesmo tempo que Champagnat, em 22 de julho de 1816, foi nomeado vigário de Tarentaise em 1º de outubro e assina sua primeira ata em 8 do

¹⁷ O defunto foi envelhecido de três anos.

mês. O resto do ano, 16 batizados e enterros se escalonam, assinados seja pelo pároco, seja por seu vigário; entre os enterros, o de Jean-Baptiste Montagne, em 30 de outubro, realizado pelo Padre Préher. Uma intervenção de Champagnat, em fins de outubro, justificada por uma ausência do pároco e do vigário, não é crível.

14. O ESTATUTO AMBÍGUO DO BESSAT

O princípio de que o território de uma comuna – unidade administrativa – corresponde ao de uma paróquia – entidade religiosa – não se aplica no território em questão. Vou mostrá-lo a propósito do Bessat, inteiramente na comuna de La Valla.

Em 7 de janeiro de 1816, o pároco Montchovet enterra Louise Driot “mulher de Guillaume Bonnet, manobrista do Bessac, paróquia de Tarentaise”. Em 29 de janeiro, ele batiza Jean-Marie Dorel, filho de um diarista “no local do Bessac, paróquia de Lavalla”. Inútil multiplicar os exemplos: Montchovet e seus sucessores em 1816-17, quando batizam ou enterram habitantes do Bessat, esclarecem que alguns são de Tarentaise e outros de La Valla. A sondagem que eu fiz sobre as atas paroquiais de 24 de agosto de 1816 até fins de 1817, me fornece catorze pessoas habitando “no local do Bessa, paróquia de Tarentaise” e

nove outras residentes “no Bessa, paróquia de La Valla”, todas enterradas, aliás, em Tarentaise. É verdade que para essas aparece, desde a chegada do Padre Préher, mas quase sistematicamente, a partir de março de 1817, uma menção já utilizada por Champagnat em 18 de setembro de 1816: “autorizado por quem de direito”, o que significa que o pároco de La Valla permitiu a inumação fora do cemitério paroquial. Aliás, bem poucos defuntos do Bessat figuram no registro paroquial de La Valla, embora inscritos no Registro civil da comuna.

Uma coisa, portanto, é clara: praticamente toda a população da grande aldeia do Bessat se considera como sendo do domínio espiritual de Tarentaise, na vila e no cemitério muito mais próximos, sem contar que esses dois povoados vivem no mesmo eixo econômico e sociológico: o da estrada St. Etienne-vale do Rhône e num relevo de planalto, de clima rude, mas de comunicações mais fáceis do que com os vales profundos e os declives de La Valla.

Essa dissociação entre territórios administrativo e eclesiástico é certamente antiga, e a Revolução teve de reforçá-la, se nos lembrarmos de que o vigário-geral clandestino da Igreja refratária, Jacques Linsolas, suprimiu as paróquias a partir de 1794 e criou territórios de missão, fazendo depender o planalto, até cerca de 1802, de um missionário itinerante baseado sobre Tarentaise, e La Valla da missão de St. Chamond.

O retorno a uma situação canônica mais clara se efetua com a chegada de um clero mais jovem, como Préher, Seyve e Champagnat, mas só regulariza uma situação de fato: antes de 1817, os habitantes do Bessat são enterrados em Tarentaise sem autorização, ao passo que depois se faz “com autorização de quem de direito”. O pároco de La Valla, sem dúvida, não está aborrecido de se livrar de um território extenso, enquanto a pequena paróquia de Tarentaise aumenta a massa de seus fiéis.

Em suma, o Bessat é uma margem entre La Valla e Tarentaise, na qual o Ir. Laurent trabalha, como missionário, no começo residindo ali, depois junto ao pároco Préher. A criação da comuna e da paróquia do Bessat, por volta de 1830, solucionará um pouco mais tarde todos esses problemas civis e religiosos. Quanto a Champagnat, aliás amigo de Seyve e de Préher, segundo meu conhecimento, nenhum outro documento, afora o que citei, indica que tenha trabalhado no Bessat: ele tinha suficiente atividade sobre os declives de La Valla. É verdade que o pároco Dumas evoca, nos anos 1930-50, uma lembrança de Champagnat na paróquia, mas nós vemos que em 1896 o Bessat não comemora a venerabilidade de Champagnat.

15. O PALAIS NO CORAÇÃO DA PARÓQUIA DE TARENTEISE

Se o Bessat é um território compartilhado entre as duas paróquias de Tarentaise e La Valla, a aldeia do Palais é considerada como parte integrante de Tarentaise. Em 2 de fevereiro de 1816, o pároco Montchovel batiza o filho de Antoine Béraud, diarista “do local do Palais, paróquia de Tarentaise”. Préher ou Sayve em suas atas, vão, como ele, fazer seguir a menção do Palais da expressão “paróquia de Tarentaise” e nunca empregarão “paróquia de La Valla”. A esse respeito, o caso Montagne é significativo.

Entre 24 de agosto de 1816 e o fim de 1817, encontrei vinte e oito vezes a menção “o local do Palais, paróquia de Tarentaise” sobre um total de cinquenta e oito atas. E, certamente, nunca consta a expressão “autorizado por quem de direito”. Estranhamente, só uma vez encontrei (em 9 de julho de 1817) a menção de um defunto da “vila de Tarentaise”. Tenho, portanto, a impressão de que aos olhos dos párocos e dos habitantes, a aldeia do Palais é, se não o centro da paróquia, ao menos seu prolongamento natural. Não é uma margem mais ou menos disputada, como o Bessat, mas um lugar fortemente reivindicado por uma só paróquia. E não há motivo para pensar que J.B. Montagne, cuja família não é analfabeta, tenha tido uma instrução religiosa mais negligenciada que alhures. É muito improvável que

Champagnat, na tarde de 28 de outubro de 1816, tenha administrado um menino completamente ignorante da religião, sobretudo aos dezessete anos.

16. AS ATAS PAROQUIAIS DE LA VALLA

Se o menino administrado por Champagnat não é Montagne, como é muito provável, houve sobre o território da paróquia de La Valla outros meninos falecidos após 1816?

Fiz, portanto, o levantamento dos meninos e jovens de ambos os sexos, declarados falecidos na prefeitura de La Valla, e que constam no registro paroquial de La Valla ou de

Tarentaise de 1817-1819. Como a menção das idades é aproximativa, escolhi uma medida bem ampla: de 6-7 anos (idade da razão) a 20 anos, e cheguei a uma lista de 26 nomes (10 meninas e 16 meninos)¹⁸. O pároco Préher, de Tarentaise, realizou sete enterros em sua paróquia; em La Valla, o pároco Rebod realizou catorze, e o Padre Champagnat, cinco.

Depois, estreitei essa medida, considerando somente as idades entre 6-7 anos e 14-15 anos; o resultado só mostrou cinco meninas e sete meninos. Excluindo as meninas e os meninos enterrados em Tarentaise, que certamente não foram assistidos pelos pastores de La Valla, restam como meninos, falecidos entre 6-7 e 14-15 anos, enterrados em La Valla, os seguintes:

Data do enterro	Nome	Aldeia	Idade	Celebrante
31/05/1817	François Matricon	Laval	6 a 7	Rebod
04/02/1818	Jean-Baptiste Françon	Les Fons	10-11	Rebod
12/04/1818	Jean-Claude Farat	No burgo	12-13	Rebod
08/05/1819	Jean-Marie Ginot	Rossillo	9½-10	Champagnat
09/06/1819	Jean-Claude Farat	La Farat ou La Fourchina	8	Champagnat

É entre eles, se recusamos a cronologia do Ir. João Batista, que se

encontraria, provavelmente, um “menino enfermo ao pé do Pilat”.

¹⁸ Levei em conta as meninas porque M. Champagnat durante seu trabalho apostólico, certamente, se viu confrontado com a ignorância das meninas.

17. A HIPÓTESE JEAN-CLAUDE FARA DA FOURCHINA OU DA FARA

Partindo sempre do princípio de que, quando o P. Champagnat falou do pé do Pilat, tinha em mente uma geografia exata da paróquia, e, portanto, localizado o menino enfermo no alto vale do Gier, a leste, é legítimo fazer uma triagem entre os cinco meninos falecidos. Assim, a aldeia de Laval (François Matricon) está no alto vale do Ban; e Rossillol (Jean-Marie Ginot), na parte baixa desse vale situado a oeste da comuna. A vila, pendurada entre os dois vales do Gier e do Ban (J.C.Farat nº 1) não pode convir, nem tampouco os Fonds (Jean-Baptiste Françon), aldeia situada mais ou menos no centro do território. Portanto, levando a sério a localização de Champagnat, apenas um local convém: a Fara – hoje “a Fare” – ou sua aldeia vizinha, a Fourchina, que são as duas aldeias

mais altas do vale do Gier. Aí não se pode mais estar “ao pé do Pilat”. É uma margem da paróquia: um lugar de grande pobreza econômica e cultural, que vive em parte do saque da floresta. A existência de um menino ignorante de seu catecismo num tal lugar não surpreende. Talvez por isso, um pouco mais abaixo, no mesmo vale, provavelmente na aldeia do Sardier, o P. Champagnat colocou um mestre-escola leigo, desde o fim de 1818 (Chronologie de l’Institut, 2010, p. 65).

18. O QUE O REGISTRO CIVIL E O REGISTRO PAROQUIAL NOS ENSINAM DE J.C. FARA

O Registro Civil de La Valla apresenta assim o nascimento de Jean-Claude Fara:

“Nº 71 Jean-Claude fara de la fara” (na margem)

“No ano mil oitocentos e oito, às sete horas da tarde, perante nós, Joseph Matricon, prefeito e oficial do registro civil da comuna de Lavalla, cantão de Saint Chamond, distrito de St. Etienne, departamento da Loire, compareceu Antoine Fara, de trinta e cinco anos de idade, lavrador e domiciliado em Fara, comuna de La Valla, que me apresentou uma criança de sexo masculino, nascida hoje, às cinco horas da manhã, no seu domicílio, em Fara, dele e de Claudine Ferriol, sua esposa, e declarou querer dar à criança o nome de Jean-Claude.

As ditas apresentações e declarações, feitas na presença de François Chappard, de quarenta e cinco anos de idade, e de Jean-Marie Fara, de trinta e dois anos, ambos diaristas e domiciliados na vila da citada Lavalla. Depois da leitura desta ata, declararam, com Antoine Fara, pai da criança, não saber assinar, o requerido e convocado.

Matricon, prefeito»

O registro civil de 1819 declara assim o óbito:

“Nº 90 Óbito de Jn. Cde. Farat” (na margem)

“No ano mil oitocentos e dezenove, em nove de junho, perante nós, Jean Baptiste Berne, prefeito e oficial do registro civil da comuna de Lavalla, cantão de Saint Chamond, distrito de St. Etienne, departamento da Loire, compareceram: Antoine Farat, de sessenta anos de idade, e Damien Chapard, de quarenta anos, ambos lavradores e domiciliados em Farat, comuna de Lavalla. Eles nos declararam que hoje, à uma da madrugada, no domicílio do citado Farat, no referido local Fara, Jean-Claude Farat, seu filho, e de Claudine Ferriol, sua esposa, faleceu com a idade de oito anos. Depois da leitura desta ata, declararam não saber assinar, o requerido e convocado.

Berne”.

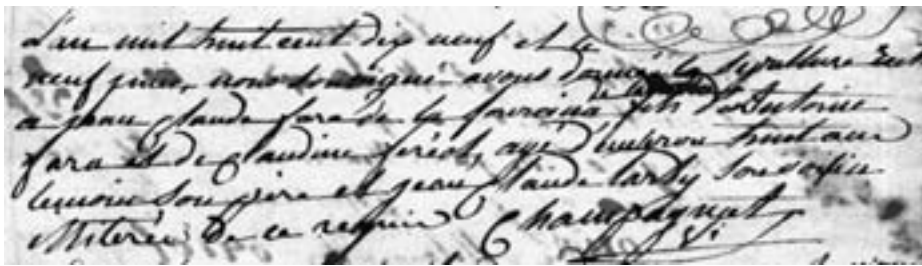
O Registro paroquial de La Valla é mais sucinto:

“Ent(erro).

No ano mil oitocentos e dezenove, em nove de junho, nós, abaixo assinados, demos sepultura eclesiástica a Jean-Claude Fara da Fourchina (de la Valla), filho de Antoine Fara e de Claudine Feréol, de uns oito anos. Testemunhas: seu pai e Jean-Claude Tardy, seu vizinho.

Illetrados para o requerido.

Champagnat, vigário”



Ata do sepultamento de Jean Claude Fara em La Valla, assinada por Champagnat.

19. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS

Jean-Claude Fara, nascido em 12 de novembro de 1808, terá falecido, portanto, em 9 de junho de 1819,

com um pouco mais de 10 anos e meio, e não aos 8 anos, como indicam a ata do registro civil e o atestado de sepultura de Champagnat. Um e outro certamente se basearam na aparência física do defunto ou/e na declaração dos pais. Essa

imaginação na definição das idades se manifesta também em relação ao pai que se declara ter 35 anos em 1808 e 60 em 1819. Segundo o registro civil, a família habita em Fara, mas, conforme Champagnat, é a aldeia vizinha: a Fourchina. Essa nuance é mais importante do que parece, porque ao distinguir duas aldeias muito próximas, Champagnat

manifesta um conhecimento exato do lugar onde a família habita.

A cronologia levanta sérios problemas. O menino teria morrido em 9 de junho, à uma da madrugada; a declaração do óbito e do enterro foi no mesmo dia. Em geral transcorre um ou dois dias entre a morte e o enterro, como vemos com outro menino:

“No ano de mil oitocentos e dezenove, em 8 de maio, nós, abaixo assinados, demos sepultura eclesiástica a Jean-Marie Ginot de Rossillo, paróquia de La Valla, falecido ali anteontem, com cerca de dez anos de idade...

Champagnat”

O dia e a hora do falecimento são, portanto, falsos ou aproximativos por razões que desconhecemos¹⁹. E, ao não precisar o dia do falecimento na sua ata de funerais, Champagnat evita de endossar um erro manifesto. O fato de que ele realiza o enterro confirma também que conhece a situação da família.

Um censo²⁰ de 1815, cobrindo a maioria dos povoados da comuna, confirma a ata de Champagnat, porque é na pequenina aldeia de Fourchina (quatro lares) que situa Antoine Fara e sua mulher, e não em Fara que compreende vinte e oito casas. Antoine Fara é classificado como

“agricultor”, isto é, camponês remediado. Ademais ele tem dois empregados. Em 1815, tem cinco meninos e três meninas.

Em suas memórias sobre os acontecimentos ocorridos em La Valla durante a Revolução, Jean-Claude Barge assinala que em outubro de 1799, La Valla sendo invadida pelos dragões por causa dos recrutas refratários ao serviço militar, “Ant(oine) Farat, chamado Carri-liet²¹”, teve que alojar dois dragões “devido a seu cunhado Jacquier-Chardon”, certamente recruta refratário. Ele nunca cita Fourchina que parece confundida com Fara. Esses

¹⁹ O mais provável: o menino teria morrido dois dias antes da declaração e, seja por negligência ou por dificuldades de comunicação, ela é feita no dia do enterro.

²⁰ Arquivos da comuna de La Valla-en-Gier.

²¹ Os Fara são numerosos em La Valla e se distinguem por um apelido.

incômodos não são de estranhar nesses lugares afastados que servem de refúgio aos desertores e permitem o saque desavergonhado das florestas. Em 1819, não há mais recrutados refratários, mas o saque das florestas suscita ainda muitos tumultos e violências e se desconfia bastante das autoridades civis.

20. UMA HIPÓTESE MAIS IMPORTANTE PELA DATA DO QUE PELO NOME

Recapitemos os elementos essenciais de nosso propósito. Antes de tudo, não é possível contestar o encontro de Champagnat com um menino enfermo ao pé do Pilat que lhe inspirou a fundação dos Irmãos Maristas. Em contrapartida, a data desse encontro não é a que é dada pelo Ir. João Batista. Apoiando-me no memorial Bourdin, penso que ela se deu muito mais tarde, ao longo do ano de 1819. E Jean-Claude Fara me parece um bom candidato para substituir Jean-Baptiste Montagne: trata-se de um menino, e um contato entre a família Fara e Champagnat é certo. O domicílio está ao pé do Pilat, num território bastante marginal onde a ignorância religiosa não surpreende. Entretanto, nada existe de explícito sobre as circunstâncias exatas do falecimento e sobre a intervenção de Champagnat. Aliás, o coração da hipótese Fara não está tanto na identidade do jovem defunto, quanto na data do faleci-

mento, porque, se admitirmos que o encontro capaz de provocar a fundação dos Irmãos não ocorreu em 1816, mas em 1819, precisamos reinterpretar o relato dos primeiros anos de La Valla.

21. PRIMEIRAMENTE UMA SIMPLES ASSOCIAÇÃO PIEDOSA SEM ETIQUETA PRECISA (1817-1819)

O memorial Bourdin começa com uma afirmação capital: “Em Lavalla – Ramo previsto há muito tempo pelo Padre Champagnat, depois confiado a ele no seminário – começado em 1817”. O Ir. João Batista diz a mesma coisa à sua maneira: “Necessitamos de Irmãos...” E disso deduz logicamente que, na hora, ele quis fundar Irmãos Maristas.

Mas a estratégia de Champagnat foi mais prudente e mais espiritual: num primeiro tempo, ele cria uma comunidade de auxiliares leigos que forma para o apostolado paroquial. No fim de seu memorial (§ 28), o P. Bourdin tem uma palavra significativa a este respeito: “Havia pensado desde o tempo do Monsenhor Bochart, fazer um pequeno oratório, dedicar-se inteiramente à sua obra”. A palavra “oratório” não deve ser tomada no sentido francês de lugar onde se reza, mas no sentido italiano: o “oratório”, como um centro de apostolado junto aos jovens, cujo modelo foi inventado por Filipe Néri em Roma, no século XVI.

Já no início do memorial, ao evocar as relações difíceis de Champagnat com o pároco, o P. Bourdin havia anotado: “O P. Champagnat não lhe comunica tudo, ele quer experimentar a coisa, tendo sua missão”. Por ocasião de seus aborrecimentos com o Monsenhor Bochart, provavelmente ao longo de 1819, o memorial assinala o que diz Champagnat: (§ 17) “Meu Deus, fazei que ela desabe (a obra) se não vem de vós”. O próprio Ir. João Batista (Vida, 1ª parte, cap. 6, edição de 1989, p. 55) lhe atribui palavras parecidas: “Meu Deus, afastai de mim este pensamento (de fundar Irmãos) se não vier de vós ou se este projeto não contribuir para vossa glória e a salvação das almas”. Há bem muitos outros indícios de uma primeira fase da comunidade, de janeiro de 1817 ao fim de 1819, que mostram que Champagnat hesita sobre a sorte da obra que fundou e se pergunta se ela corresponde verdadeiramente à vontade de Deus.

Aliás, é provável que, antes do fim de 1819, os Irmãos não conheçam o Formulário marista de 1816. Por exemplo, as sentenças do quarto de Champagnat, pintadas pelo ano de 1818, não têm tonalidade explicitamente marista. Ademais, os Irmãos bem cedo consideraram que sua fundação iniciou em La Valla, em 1817, e não em Fourvière, em 1816. Então, a partir de quando os Irmãos Maristas conheceram o Formulário de 23 de

julho de 1816 escrito em latim? Ainda em 1856, o Ir. João Batista fez dele um resumo extremamente breve e sem data, cometendo vários erros:

“Numa de suas reuniões concordou-se que fariam todos juntos a peregrinação a Fourvière para depositar aos pés de Maria seu projeto. Os jovens seminaristas, encabeçados pelo Monsenhor Cholleton²², subiram, pois, ao santuário de Maria, confiaram a seu Coração maternal seu piedoso desígnio e a conjuraram de abençoá-lo, se devesse servir para a glória de seu divino Filho”.

O texto da promessa feita pelos Irmãos em 1826 (OM1/ 168) reflete certamente o compromisso primitivo. Mas, os Irmãos não se comprometem ainda na “pequena associação dos Pequenos Irmãos de Maria” (Vida, 1ª parte, cap.15, ed. 1989, p. 145), como diz a fórmula relatada pelo Ir. João Batista, mas na “piedosa associação dos que se consagram, sob a proteção da Santa Virgem Maria, à instrução cristã das crianças do meio rural”.

É preciso, portanto, admitir, como hipótese, que de 1817 ao fim de 1819, ou seja, durante cerca de três anos, os Irmãos reunidos por Champagnat não são explicitamente Irmãos Maristas. Vestem provavelmente um hábito negro, aquele que o inspetor Guillard verá ainda em 1822, em Bourg-Argental (OM1/75, § 3) e não é garantido que, antes de 1819, já se dão o nome de “Irmãos de Maria”. Eles permanecem muito autônomos

²² O Ir. João Batista exagera o papel do Monsenhor Cholleton e não se trata de seminaristas.

do Padre Champagnat que é apenas seu diretor espiritual e seu formador. E no Bessat, o Ir. Laurent é quase independente.

22. UM MODELO PASTORAL IMITADO DOS AMIGOS DO CORDÃO?

Para bem compreender a iniciativa de Champagnat, é preciso se lembrar de que o termo “irmão” era então polissêmico. Um Irmão pode ser um professor, casado ou não, um empregado de hospital... De fato, esse termo designa um homem ligado a uma atividade cultural ou caritativa. Se está claro que, desde o seminário, Champagnat tem a intenção de fundar Irmãos Maristas, primeiro realizou sua obra no ambiente paroquial, procurando formar uma associação de irmãos catequistas de espírito marista, mas sem que o título “Maristas” lhes fosse dado.

O memorial do Sr. Pousset²³ pode nos levar a compreender este assunto. Com efeito, ele nos diz que no seminário de Santo Irineu ele conheceu três sociedades: os Amigos do cordão, dirigidos pelo Pe. Mioland, os adeptos da Cruz de Jesus, discípulos do Pe. Bochard, e os “Maristas”. Certamente, ele não era o único a ter frequentado várias “pequenas sociedades” fervorosas, cujos mem-

brós tinham todos como objetivo ser sacerdotes profundamente apostólicos. Ora, nas suas resoluções, os Amigos do cordão consideravam que, uma vez que fossem vigários, reuniriam jovens sob diversos pretextos para formá-los secretamente “para o exercício do zelo”. Que Champagnat tenha sido ou não influenciado pelos Amigos do cordão, é claro que adotou essa estratégia num primeiro tempo, certamente sem adiantar o projeto marista.

23. O RETIRO DE 1819: A REVELAÇÃO EXPLÍCITA DO PROJETO MARISTA

Em 1819, Champagnat viu que sua obra dava resultados espirituais e apostólicos inesperados, mas também que seus Irmãos têm necessidade de um ambiente mais firme que uma associação, muito zelosa, mas funcionando de maneira bastante anárquica. E acha a resposta no seu encontro com o menino enfermo: é urgente que haja Irmãos para bem preparar as crianças à primeira comunhão e, eventualmente, a uma morte prematura: “Quantas crianças fora do caminho da salvação... se instruídas, sabem se arrepender...” (§ 6). Para ele, a organização dos Irmãos em comunidade religiosa marista ensinante se torna “uma necessidade de meio” (Memorial Bourdin §

²³ Arquivos das Irmãs da Sagrada Família.

6). Interpreta o acontecimento como a manifestação da vontade de Deus convidando-o a dar a seus discípulos uma identidade marista firme. O Ir. João Batista, preocupado com a continuidade e pouco cuidadoso com a cronologia, misturou num só capítulo 6 da *Vida*, duas fases da fundação, se contentando com uma fórmula bastante insignificante para indicar a passagem de uma à outra:

“Vendo crescer o número de seus discípulos, Pe. Champagnat pensou em traçar-lhes uma forma de vida mais regular e mais de acordo com a vida comunitária” (p. 64).

A afirmação de um número bastante elevado de discípulos parece surpreendente, porque a história só conservou seis nomes de Irmãos dessa época. Mas certos membros da associação leiga, de contornos aliás imprecisos, renunciaram então a entrar num ambiente mais exigente. A *Vida* relata que o Ir. Louis hesitou a se comprometer mediante uma promessa (p. 146). Há também o caso do professor Maisonneuve, afastado, diz a *Vida*, por causa de sua vida mundana. Efetivamente, as exigências novas não eram pequenas, e os Irmãos João Batista e Avit dizem quase a mesma coisa: adoção do hábito azul, sinal explícito de pertença a Maria; P. Champagnat mora com os Irmãos; regulamento de casa religiosa; formação ao método dos I.E.C (Irmãos das Escolas Cristãs).

No seu primeiro caderno de retiro (nº 302), o Ir. Francisco conta, em poucas palavras, sobre o ambiente

do retiro do fim de 1819, que se desenrola naquele que é ainda o oratório dos Irmãos e que se tornará dentro em breve o quarto do superior:

“[1] Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, Amém. Ó Santíssima Trindade! (S. Francisco Xavier). Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria.

1º RETIRO de 1819 (P. Champagnat)

- 1) Lembrar-me-ei da presença de Deus... rezando, lecionando, caminhando, nos recreios, nas refeições e agindo em tudo com santa modéstia pela glória de Deus, a honra de Maria e o bem da Religião.
- 2) Ensinarei aos meninos o respeito, o amor e a obediência que devem a seus pais e a seus superiores, e principalmente o catecismo e a oração.

[2] Propor-me-ei em tudo o exemplo de Jesus, de Maria e dos Santos (1820). Ensinarei, a exemplo de Jesus, meu mestre e meu modelo. (act.1)”

Em sua circular de 2 de julho de 1855, o Ir. Francisco será mais explícito:

“Nosso piedoso Fundador, depois de ter adquirido, na paróquia de Lavalla, a modesta casa que serviu de berço ao Instituto, arrumou com suas próprias mãos um pequeno quarto dessa casa para dele fazer o oratório da Comunidade nascente. Ali, reunia amiúde os primeiros Irmãos aos pés de Maria, para orar com eles e para formá-los às práticas da vida religiosa”.

E, aludindo certamente a uma exortação desse retiro fundante, o Ir. Francisco acrescenta:

“Um dia, no meio de uma instrução que lhes fazia sobre a finalidade do Instituto e os meios de atingi-la, pela fiel observância das Regras, deixando-se levar pelas inspirações do Espírito de Deus que estava nele, disse: ‘Quando teremos a

felicidade de possuir Jesus Cristo em nossa casa, de vestir o hábito religioso e de ter uma capela para nela realizar nossas cerimônias? Quando veremos nossa Congregação bem constituída, com um noviciado bem organizado e Regras bem determinadas? Coragem, meus queridos Irmãos, acrescentou: pois tudo isso virá; e não está longe o dia em que teremos o hábito religioso, uma capela, um noviciado e Regras para nos dirigir em todos os pormenores de nossa conduta”.

Se podemos duvidar que em 1817 o P. Champagnat tenha revelado a seus discípulos o projeto marista, isto é feito no fim de 1819, já que o Ir. Francisco começa seu caderno com o mesmo lema do Formulário. Quanto à exortação relatada tardiamente, ela formula um projeto claro que se realizará em l’Hermitage. E é provavelmente o momento em que o nome “Irmãos de Maria” começa a ser empregado.

A meu ver, há, portanto, uma relação de causa e efeito entre o encontro de Champagnat com um menino agonizante, provavelmente Jean-Claude Fara, e a transformação da obra de Champagnat em projeto de ramo dos Irmãos no seio da Sociedade de Maria.

24. UMA MUTAÇÃO DIFÍCIL

Será que os Irmãos aceitaram de bom grado essas mudanças decididas por Champagnat? De fato, fica-

ram surpresos pela “pressa da obra” que vai exigir deles uma confiança em Champagnat muito difícil de viver. J.M. Granjon procurará, em 1822, ingressar na trapa de Aiguebelle e acabará por se afastar; o Ir. Laurent terá dificuldades para se adaptar a um estilo mais restritivo; o Ir. Louis parece hesitar. Um número indeterminado de discípulos não poderia continuar, como o professor Maisonneuve. E, mais exigente que antes, a obra não consegue recrutar.

CONCLUSÃO

O deslocamento do encontro com o menino ao pé do Pilat de 1816 a 1819 nos permite, portanto, conceber a fundação dos Irmãos Maristas em dois momentos: primeiramente, a reunião de uma associação paroquial de jovens aos quais Champagnat inculca conhecimentos catequéticos, espírito apostólico e costumes ascéticos, no espírito do Formulário de Fourvière, mas sem explicitá-lo. Ele mesmo hesita sobre a orientação a dar à sua obra e espera que a vontade de Deus se manifeste claramente. Ele acredita encontrar um sinal luminoso dessa vontade no encontro com um menino agonizante “ao pé do Pilat”, provavelmente em 1819²⁴. A constituição de uma comunidade de Irmãos catequistas-professores parecendo-lhe então “uma necessidade de meio”,

²⁴ O que não exclui outros sinais, como sua conversa com o Ir. Laurent subindo ao Bessat.

age como um chefe carismático convidando seus discípulos, no primeiro retiro, no fim de 1819, a entrar numa nova fase. É então que lhes revela o projeto marista, convidando-os a se considerarem como uma ordem em gestação. Vindo habitar

com eles, ele se afirma como seu superior. Um número significativo de seus discípulos o segue no seu projeto, mas não sem ambiguidades e reticências. A crise só será superada em 1822 com a chegada dos postulantes da Haute-Loire.

A EDUCAÇÃO CATÓLICA SECUNDÁRIA NA “PROVÍNCIA” CHILENA

A chegada da Congregação dos Irmãos Maristas em princípios do século XX



**Julio Gajardo
Vásquez**

1. O ESTADO DA EDUCAÇÃO NO CHILE EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

a. A educação católica no Chile, antes da chegada dos Irmãos Maristas

Pelo menos até a década de 1880, o ensino primário e secundário, a cargo da Igreja, se canalizou em alguns colégios de Congregação que, embora poucos, tinham uma grande influência social. Tal era o caso do Santo Inácio dos jesuítas ou os Sagrados Corações, em Santiago. Da mesma forma, a Igreja contava com um conjunto de escolas primárias na capital, a cargo da Sociedade Santo Tomás de Aquino e outras escolas dispersas pelo país, sustentadas por particulares ou por outras Congregações educacionais. Era um conjunto de escolas e colégios um tanto dispersos e autônomos. Por isso é impossível, nessa época, falar de uma rede de escolas católicas, bem como distinguir um projeto educativo inspirado na Igreja.

Administrativamente, só a Sociedade de Santo Tomás de Aquino, em Santiago, esboçava certos vislumbres de organização com base numa administração central que procurava a uniformidade de suas escolas em todos os aspectos do trabalho pedagógico. As demais Congregações religiosas que regiam escolas e colégios em todo o país agiam de maneira mais autônoma e de acordo com a realidade social de seu entorno. Existia entre elas e a Hierarquia menos subordinação quanto a temas educacionais, e é provável que isso se deva à maior experiência pedagógica das Congregações, em relação ao pouco que possuía o clero nacional.

Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, surgiu um renovado impulso eclesial que deve ser entendido dentro de um contexto político e socioeconômico mais amplo. Sobre tudo, depois do Concílio Vaticano I (1869-1870) que marcou uma pauta temática a seguir a respeito da relação da Igreja com o mundo e a resposta à modernidade, bem como a

fase de aberta crise social que o sistema de produção capitalista provocou. Nesse contexto, as linhas traçadas pelo Concílio foram a base da reflexão e implementação do projeto de renovação social que o Papa Leão XIII tinha em mente, e que impulsionou com força na igreja latinoamericana. Seus eixos foram a cristianização da cultura, a *questão social* e o diálogo com o mundo moderno.¹ Embora não se tenha estudado detalhadamente a natureza dessa relação para o caso chileno, as iniciativas concretas por parte do arcebispado e do laicato de então, nos permitem assegurar que o chamado do Pontífice encontrou, sim, eco nos fiéis nacionais. A criação da Universidade Católica, em 1888, e do Centro Cristão, em 1894, sugere que, pelo menos, o papel da Igreja quanto à educação popular primária foi muito mais ativo e com tendência a institucionalizar, por meio de bases sólidas, o projeto da *escola católica*. Por sua vez, o Sínodo Diocesano, celebrado em Santiago em 1895, materializou a obrigatoriedade, pelo menos conceitual, de os pais de família matricularem seus filhos em escolas ou colégios “onde não correm perigo de perversão na fé ou nos costumes”, como o eram as escolas mis-

tas e as escolas neutras de propriedade pública ou particular.²

Todas essas iniciativas concretas, ainda que de médio alcance, tiveram um novo estímulo, proveniente da mensagem episcopal de Concílio Plenário da América Latina, realizado em Roma em 1899, que expressava com eloquência a incapacidade da família moderna de assegurar a educação cristã de seus filhos.³ Já não bastavam, como antes, as práticas devocionais dentro do lar, pois estas se extinguíam na medida em que nem os pais eram tão devotos, nem havia muita vida de família neles. A origem desse “desvio” era a nova dinâmica do trabalho baseado num sistema de produção de média e grande escala, que estruturou o sistema trabalhista moderno regido por horários estritos e que deixava pouco tempo para que os pais se ocupassem da educação de seus filhos. Dentro dessas condições, o lar doméstico que, em teoria, proporcionava, antigamente, o ensino cristão de seus filhos, devia ser substituído nessa função pela escola. Os bispos e arcebispos americanos, reunidos com o Papa em Roma, exigiram das igrejas locais a obrigação do ensino católico nas escolas públicas, a cria-

¹ E. Luque Alcaide, “La restauración de la vida católica en América Latina en la segunda mitad del siglo XIX”, en *Anuario de Historia de la Iglesia*, 12, 2003, Instituto de Historia de la Iglesia de la Universidad de Navarra, España, págs. 71-90. P.76

² *Sínodo diocesano de Santiago de Chile*, Santiago, Impr. y Encuadernación Roma, 1896, pp. 359-360.

³ *Actas y Decretos del Concilio Plenário de América Latina celebrado en Roma el Año del Señor de MDCCCXCIX*, Vaticano, edic. fascimiliar y vaticana, 1999; Título IX, *De la educación católica de la juventud*.

ção de escolas normais para a formação de professores católicos e, sobretudo, a institucionalização da escola católica.

No Chile, a mensagem foi conduzida por meio da Carta Pastoral de Dom Mariano Casanova, assinada em dezembro de 1900. Nela se declarava a resolução de fundar em cada paróquia uma escola “onde as crianças se instruem cristãmente, se formem nos princípios da moral católica e recebam uma educação essencialmente prática que as habilite a ganhar honradamente a vida, segundo sua posição e o meio social em que tenham de viver; em poucas palavras, que faça deles cidadãos que tenham consciência de seus direitos e saibam em toda a ocasião cumprir seus deveres”.⁴ Há um ano da publicação da carta pastoral, já haviam sido fundadas 82 escolas com uma matrícula de 5.000 alunos e se projetava abrir a primeira *Escola Normal do Arcebispado* com o objetivo de “formar professores capazes de dirigir as escolas católicas de instrução primária, elementares e superiores e cursos comerciais, e ajudar os párocos nas obras de perseverança criadas para os alunos formados em suas escolas”.⁵ Depois de cinco anos introduzidas essas reformas, funcionavam 372 escolas particulares, em sua maioria *custeadas pelo arcebis-*

pado de Santiago e pelos bispados de província e mantidas por conventos e Congregações, com uma matrícula de 38.165 alunos. Se bem que, em 1906, a escola católica representava apenas um 14% aproximado do total das escolas primárias chilenas, é verdade que a Igreja começava a esboçar um projeto de instrução que incluirá o ensino secundário como um de seus eixos. Nessa nova etapa será fundamental o Centro Cristão.

b. A importância do Centro Cristão

Fundado em 1894, esta nova sociedade católica de leigos, profundamente ligada à hierarquia como seu análogo, a Sociedade de Escolas Santo Tomás de Aquino, tinha como objetivo procurar a conservação da fé católica por meio da instrução da juventude. Porém, diferentemente da Sociedade de Escolas, o Centro Cristão foi pensado como um organismo de alcance nacional, que devia funcionar mediante uma rede de conselhos paroquiais que servissem de intermediário entre a comunidade local e o Diretório Superior do Centro, com sede em Santiago.⁶ Embora o raio de ação da nova sociedade não tenha sido especificamente definido, se pretendia que a instituição pudesse convocar os leigos católicos de toda a República, especialmente

⁴ *Circular sobre fundación de escuelas parroquiales*, en Boletín Eclesiástico, Tomo XV, 1901 – 1903, pp. 5-7.

⁵ *Boletín Eclesiástico*, Tomo XV, 1901 – 1903, p. 28.

⁶ *Archivo del Arzobispado de Santiago de Chile* (daqui em diante AASCh), *Fondo Gobierno*, leg. 48, vol. 93.

aqueles socialmente mais beneficiados, para que contribuíssem materialmente com a educação do povo. Este aspecto é importante destacar, pois tem ingerência imediata no lugar onde se estabeleceram as primeiras comunidades Maristas. Por enquanto convém assinalar que, se bem que teoricamente pensava se estender ao longo do país, a ação imediata do Centro Cristão não ultrapassou os limites da arquidiocese de Santiago, os quais, até 1894, se estendiam do Aconcágua até Talca.

Neste espaço geográfico, o trabalho do Centro Cristão entre os anos de 1894-1897, foi bem amplo: fundação e subvenção de escolas e patronatos, ajuda jurídica aos pobres, trabalho com os operários por meio dos grêmios católicos, fundação de cooperativas e academias literárias.⁷ Todas elas enquadradas dentro da ação social cristã por fomentar a educação popular e que, como vimos, tomou novo impulso durante a última década do século. O público-alvo eram os pobres, de maneira especial a família operária, aquela mais vulnerável moral e socialmente. Em 1905 o Centro foi encarregado da formação de professores católicos por meio da Escola Normal do Arcebispo. Nela pôs-se especial ênfase, pois da formação dos professores dependia a instrução verdadeiramente cristã das crianças.

Esse trabalho do Centro teve como correlato lógico aquele que, com o tempo, se converteria no organismo oficial da Igreja, por meio do qual se canalizava todo o concernente à sua obra educacional. Assim, em 1906, o Centro Cristão passou a ser o *Conselho Diocesano de Instrução Primária* que tinha por objetivo informar o arcebispo do funcionamento das escolas da arquidiocese.⁸ Com o tempo, esse trabalho se foi ampliando, chegando a abarcar inclusive a supervisão do ensino secundário. Este último aspecto reveste especial interesse para a história dos Maristas no Chile, pois coincide precisamente com as gestões definitivas para trazer os primeiros Irmãos ao país, como veremos mais adiante.

Foi por volta de 1909, ou talvez antes, quando o diretório do Centro Cristão começou a preocupar-se com o desenvolvimento do ensino secundário, sobretudo nas províncias. O que se pretendia era, de forma precisa, fortalecer os colégios católicos ante a competência das escolas secundárias fiscais, os liceus fiscais. Não possuímos fontes que nos permitam identificar o momento preciso em que o ensino secundário começou a se transformar num campo de batalha entre a Igreja e os educadores leigos, mas o certo é que, por volta de 1880, se iniciou uma série de

⁷ *El Centro Cristiano en sus Bodas de Oro 1894-1944*, Santiago, s/e, 1947, en BNSCh, Chilena.

⁸ *AASCh, Gobierno, 48, 93.*

fundações de escolas secundárias fiscais que, finalmente, e tal como o reconheciam os próprios diretores do Centro Cristão, marcou uma *desproporção angustiante* a respeito da instrução secundária católica. Os liceus fiscais, entre homens e mulheres, somavam 17.268 alunos matriculados, enquanto que os colégios católicos tinham uma matrícula total de 9.613 alunos. Para o ensino secundário profissional ou técnico, a desproporção era igual ou pior.

O motivo principal que incitou o arcebispado a fortalecer sua presença no ensino secundário era tão antigo como a existência do mesmo liceu: foi nos liceus que se formou a classe dirigente, os cidadãos que no futuro iam moldar a classe política do país. Com a chegada do novo século e a emergência de novos atores sociais, não só os setores economicamente mais privilegiados da sociedade puderam aceder ao ensino secundário, mas também a classe média, setor da população que embora não tivesse influência política nem econômica em princípio do século XX, possuía os recursos suficientes para pedir, ao Estado e aos particulares, uma educação para seus filhos que os provesse não só de noções básicas para um ofício, mas de uma profissão propriamente dita ou ao menos do bacharelato. É provável que a Igreja tenha advertido que a classe média estava

chamada a se converter num setor de influência na sociedade, mas esta afirmação é por agora hipotética, ainda que as intenções de Dom González Eyzaguirre a respeito de um colégio nos Andes "...para a classe média destinado a competir com o Liceu do Estado...", sugira essa intenção.⁹

Sendo assim, o interesse pelo desenvolvimento do ensino secundário implicava investir em novo pessoal apostólico que se encarregasse dos colégios. O Estado proveria seus liceus de professores formados no Instituto Pedagógico ou profissionais da Universidade do Chile. A Igreja não tem nada parecido. Para as escolas, o pessoal era provido pela Escola Normal do Arcebispado (1904), a Escola Normal Santa Teresa (1907) e os padres do Seminário. Os colégios católicos tinham um pessoal docente composto de religiosos, quando estavam a cargo de uma Congregação, e de leigos e religiosos, quando estavam a cargo de algum particular. Porém o pessoal foi sempre escasso; inclusive era escasso para as escolas fiscais que requeriam sacerdotes para o ensino da religião. A escassez de pessoal para administrar as obras educativas da Igreja era evidente, considerando a amplitude da cobertura das escolas e colégios: em 1910, o ensino católico contava com 305 estabelecimentos de ensino: 52 colégios, 244 escolas, oito seminários e uma universidade.¹⁰

⁹ "Carta de J. Maubon a monsenhor José Ignacio González Eyzaguirre", sem data. *Archivo Provincial Asuncionista*, Santiago de Chile, citado en R. León, *Historia del Instituto Chacabuco de los Hermanos Maristas*, Los Andes, s/e, 2011, p. 33.

¹⁰ *Anuario Estadístico de la República de Chile*, Santiago, 1910, p. 345.

Em relação ao ensino secundário, dos 52 estabelecimentos registrados, 1 se localizava na província de Coquimbo, 2 em Aconcagua, 6 em Valparaíso, 22 em Santiago, 2 em Colchagua, 2 em Curicó, 2 em Talca, 1 em Linares, 1 em Ñuble, 3 em Concepción, 1 em Malleco, 2 em Cautín, 2 em Valdivia, 2 em Llanquihue e 2 em Magallanes. A concentração observada em Santiago explica, em parte, porque os Irmãos Maristas não fundaram comunidade nem dirigiram colégio algum na capital, senão em 1929, com o Instituto Alonso de Ercilla.

Superior-geral da Congregação dos Irmãos Maristas, o Ir. Teofânio. Nela, o Ir. Pierre consulta a possibilidade concreta de a Congregação enviar religiosos maristas ao Chile. A carta havia sido motivada por uma solicitação feita por um pároco idoso, de uma localidade não precisa do Chile, a um irmão carnal do Ir. Pierre que residia no Chile como missionário da Congregação do Santíssimo Redentor. O pároco se mostrava ansioso por conhecer alguma Congregação que pudesse enviar alguns religiosos que o pudessem ajudar na escola de sua paróquia.¹¹

2. OS CONTATOS E GESTÕES PARA TRAZER OS MARISTAS AO CHILE

a. Primeiros esforços para trazer os Irmãos Maristas ao Chile

Apenas em 1898 se realizou o primeiro intento para trazer e estabelecer a comunidade de Irmãos Maristas em nosso país. O fato é anedótico, embora seja mais ilustrativo pelas necessidades da Igreja chilena de então. Tudo se iniciou com uma carta datada de 22 de abril de 1898 e escrita pelo Ir. Pierre d'Alcantara, professor do *Escolasticado de Beaucamps*, norte da França, e dirigida ao

O assunto de Chile, como o denomina o Ir. Pierre, foi mais um assunto informal que não transcendeu esta carta. Entretanto, a curiosa inquietude do pároco reflete bem a carência da Igreja chilena de pessoal apostólico destinado a trabalhos pedagógicos. Não sabemos se houve resposta do Ir. Superior-geral à carta do Ir. Pierre. Mas pelo menos a inquietude já havia sido plantada e o campo para o apostolado predisposto.

Quatro anos mais tarde, uma nova petição de Irmãos foi conduzida, desta vez por vias mais formais. Em 1901, o Ir. Dositheus, que ocupava o cargo de diretor do Juniorato de Lacabane, na França, escreveu ao Ir.

¹¹ "Carta de F. Pierre d'Alcantara ao Ir. Théophane", Beaucamps, 22 de abril 1898. Transcrita por L. Rubio, *Historia de los Hermanos Maristas de la Enseñanza en Chile (1898- 1911), Memoria para optar al título de profesor de Religión*, Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, 1988, pp. 85- 87

Superior uma carta na qual expressava as inquietudes dos religiosos asuncionistas pela chegada de Irmãos Maristas ao Chile, país "... que, como o Brasil, tem necessidade de bons exemplos e boas lições..."¹². A missiva havia sido enviada do Pensionato de Saint Michel na localidade de Blanquefort, onde dias antes houve o encontro entre o Ir. Dositheus e o Padre Thomas Darbois, Provincial dos Agostinianos da Assunção do Chile.

O assunto era de grande importância para o Padre Darbois que inclusive se ofereceu como mediador entre os Irmãos Maristas e os bispos do Chile, caso a gestão frutificasse. Os Assuncionistas conheciam bem o campo de apostolado que os esperava no Chile e das necessidades da Igreja local; por isso insistiam na urgência de enviar Irmãos. Ademais, ante o incremento da política francesa de laicização da educação na França, que desde 1880 vinha se levantando como uma ameaça para as congregações docentes, o Ir. Dositheus via favorável a saída de Irmãos da França: "... não posso deixar de pensar que, se o Governo francês não nos quer, o bom Deus, para quem todos os meios são bons, poderia se servir disso para facilitar, num momento dado, o emprego de Irmãos Maristas no estrangeiro", escrevia.

Existe uma segunda nota do Ir. Dositheus, datada e escrita no mes-

mo lugar e ano que a anterior, em que se menciona que já existe um plano de tentativa para trazer Irmãos ao Chile. Posteriormente, o mesmo Padre Thomas Darbois envia uma quarta carta ao Ir. Dositheus, com data de 16 de novembro de 1901, na qual insiste sobre a utilidade de contar com religiosos maristas na diocese de Santiago. Nessa carta, Darbois não só manifesta o interesse, mas explica a causa concreta da chegada necessária dos Irmãos ao Chile. Especificamente, Darbois dá a conhecer uma série de conflitos que naquele tempo os *Irmãos das Escolas Cristãs* mantinham com a *Sociedade Santo Tomás de Aquino*.

Como se indicou anteriormente, esta Sociedade de leigos tinha o cargo de administrar uma série de escolas primárias no país. Algumas delas haviam sido encarregadas da guarda pedagógica dos lassalistas e de privados católicos com zelo educativo como os da Escola Normal Santa Teresa. O conflito com os lassalistas teve sua origem na autonomia que estes exigiam para gerenciar suas escolas. A Sociedade funcionava como o sistema estatal: dispo de um grupo de *visitadores de escolas* que as visitavam, supervisionando e anotando tudo quanto se referia ao seu funcionamento. Tal como disse Darbois em sua carta: "*Os Irmãos das Escolas Cristãs não querem admitir isto*", pois as visitas não só dificultavam a rotina escolar, mas

¹² Sobre os Assuncionistas no Chile ver F. Aliaga, *Religiosos Asuncionistas, 100 años al servicio de la Iglesia en Chile*, Santiago, Congregación de Agustinos de la Asunción, 1990.

também contradiziam a autoridade dos religiosos, inclusive diante dos alunos. Apesar das queixas contínuas dos Irmãos, continuavam dirigindo duas escolas, mas ficavam ainda quatro que necessitavam de novos regentes. Aí estava precisamente o campo apostólico dos maristas, de acordo com a opinião de Darbois.¹³

O Padre Darbois via premonitivamente as projeções de expansão dos maristas no Chile, mas a situação na França, muito pouco favorável para as diversas Congregações dedicadas ao ensino, era cada dia mais incerta, acentuada finalmente com a expedição das Leis de Combes em 1903 e 1904.¹⁴ Assim, uma possível vinda ao Chile oferecia uma terra afeetuosa, tranquila e fértil para o estabelecimento dos maristas. Por outra parte, no Chile as tensões político-religiosas que haviam gerado as chamadas *Leis Laicas* nas últimas décadas do século XIX, já haviam mingado sua intensidade. Finalmente não se registrou um resultado positivo nas ativas gestões do Padre Darbois para trazer os Irmãos Maristas ao país.

Em 1908, se realizou uma terceira gestão para trazer os Maristas ao

Chile, dessa vez por parte do Padre A. Royer, Provincial dos Redentoristas no Chile. Essa gestão a efetuou diante do desejo demonstrado pelo pároco da Paróquia de Santiago Apóstolo, em Santiago, Samuel Sandoval. Nessa época mantinha uma escola profissionalizante para homens e desejava entregá-la a uma Congregação religiosa. Havendo comunicado sua preocupação ao P. Royer, este recordou a *Congregação dos Irmãozinhos de Maria* que tinham várias casas na Colômbia. O P. Sandoval o encarregou de escrever ao Ir. Stratonique, novo Superior-geral Marista, ou a outro sacerdote da Colômbia “que pudesse entrar em conversações com esses bons Irmãos, se acaso desejassem se estabelecer no Chile”.¹⁵ A carta foi dirigida finalmente ao P. Visitador dos Redentoristas, na Colômbia.

O intermediário colombiano teve êxito na gestão, já que em carta de 3 de abril de 1909 o próprio Ir. Stratonique informa diretamente ao pároco Sandoval que está inteirado de seus desejos para que alguns Irmãos tomem sob sua direção a escola profissionalizante que o pároco desejava fundar nessa paróquia. Mas a escassa disponibilidade de Irmãos

¹³ “Carta de P. Thomas Darbois ao Ir. Dositheus”, Bordeaux, 16 de novembro de 1901. Transcrita em L. Rubio, *op. cit.*, pp. 98-103.

¹⁴ As leis laicas de Combes, ditadas durante o governo do presidente Émile Loubet, a instâncias do ministro da educação Émile Combes, proibiam à Igreja o acesso ao ensino, com o que lhe arrebatava o papel que desde antigamente havia desempenhado. Elas motivaram finalmente a expulsão e supressão de numerosas Ordens e Congregações religiosas, incluídos os maristas. Para mais detalhes ver Gérard Cholvy, *Christianisme et société en France au XIXe siècle, 1790-1914*, Paris, edit. du Seuil, 2001, pp. 172-189.

¹⁵ “Carta do P. Royel ao Ir. Stratonique”, Santiago, 25 de agosto de 1908, transcrita em L. Rubio, *op. cit.*, pp. 105-107.

foi o motivo pelo qual o Ir. Stratonique justificou a impossibilidade de concretizar a gestão. A perseguição na França fez sentir seus estragos nas casas de formação, que lentamente começavam a se recuperar. Recuperação que, de acordo com o parecer do Ir. Superior, se previa lenta, embora otimista, pensando que a reabilitação das vocações permitiria, num futuro não muito distante, a disponibilidade de Irmãos para novas fundações. Dessa maneira, se frustrava outra tentativa do Chile para trazer os maristas a nosso país. Entretanto, foi esta a primeira vez que um gestor chileno recebia uma resposta direta do Superior-geral.

b. A intervenção de Dom Martín Rucker e a gestão definitiva, em 1910, do P. Joseph Maubon

Em 1910, Dom Martín Rucker foi nomeado Vigário-geral do Arcebispado de Santiago pelo arcebispo José Ignacio González Eyzaguirre. Investido desse cargo, realizou algumas viagens à Europa onde se entrevistou com o Ir. Adventinus, em Valência, e com os Superiores, em Grugliasco, Itália. A primeira entrevista de uma autoridade eclesiástica chilena, como era Rucker nesse momento, embora não fosse eficaz, serviu para que o então Vigário se inteirasse pessoalmente da obra pedagógica que os maristas realizavam na Espanha. Na Itália, conheceu o Ir. Michaëlis, Assistente-geral, que tinha a

seu cargo a região marista americana. Infelizmente, não ficaram minutas ou notas do que foi tratado concretamente, nem do resolvido na reunião realizada com os superiores da Congregação, em Grugliasco. O Ir. Cristóbal, em sua *História Marista*, nos indica que “não chegaram a um acordo, mas lhe disseram que o Rev. Ir. Michaëlis, Assistente, teria que visitar no ano seguinte os colégios da América e, obrigado a passar por Chile, poderia tratar o assunto no próprio lugar”.¹⁶

No regresso de Dom Rucker de sua viagem à Europa, nos primeiros meses de 1910, iniciaram-se as gestões definitivas para trazer uma Congregação religiosa docente. Essas gestões foram empreendidas pelo Padre Joseph Maubon, Visitador dos Assuncionistas, por instruções do diretório do Centro Cristão e, por conseguinte, do Arcebispado de Santiago. O objetivo explícito que essas gestões perseguiam era “tratar do meio de trazer da Europa alguma das Congregações de Ensino, ainda não existentes no Chile, para proporcionar mais auxiliares ao Ensino Católico”. Nessa altura, as gestões com os superiores da Congregação Marista já haviam avançado até a resolução de enviar, finalmente, religiosos ao Chile. As *Atas de Sessões do Conselho-geral* da Congregação reunido em Grugliasco, sob a presidência do Superior-geral Ir. Stratonique, especificam simplesmente as disposições que se iam adotando como resulta-

¹⁶ *Ibid.*

do de diversos intentos que se faziam do Chile por meio do Padre Joseph Maubon, em representação do Arcebispo González Eyzaguirre. De concreto, o que o arcebispo requeria dos Irmãos era “uns quinze deles para criar duas escolas industriais e comerciais em três ou quatro das grandes capitais da província no Chile”.¹⁷ Os dados da proposta são decisórios a respeito das necessidades educacionais da Igreja, especificamente no ensino técnico, que contava com algumas escolas de comércio a cargo dos salesianos, outras escolas-noturnas industriais a cargo de sociedades piedosas e as escolas profissionalizantes dos patronatos.

A petição de Dom González Eyzaguirre era clara, embora não especificasse detalhes, omissão que finalmente demorou ainda mais às

gestões. Porém não se tratava de simples detalhes, mas de aspectos importantes sobre os quais o Superior exigia do Arcebispado informação bem precisa: as condições gerais, programas escolares, estado das escolas, financiamento da educação, gastos de instalação, mobiliário, roupa dos Irmãos, etc.¹⁹ O Padre Maubon, uma vez feitas essas consultas práticas ao Arcebispado de Santiago, comunicou ao Superior-geral Marista, a disposição positiva tanto da autoridade eclesiástica do país como da própria, para a futura instalação dos Irmãos no Chile. Desta vez a carta de Maubon detalha com precisão todos os aspectos concernentes ao estabelecimento dos Irmãos no Chile. O texto é rico em detalhes e vale bem a pena citar alguns extratos:

“A remuneração mensal de 100 pesos é suficiente no Chile para o sustento e manutenção de um religioso, dado que os preços gerais de alojamento, reparações, mobiliário escolar são sustentados nas Escolas gratuitas pela administração diocesana.

A roupa comum, lençóis, guardanapos, roupa de cama, seriam fornecidas pelos Fundadores para a quantidade de Irmãos pedidos.

A Cúria proporcionou 1000 pesos para a viagem de cada Irmão destinado a uma Escola, uma obra similar solicitada por ela.

Certas Escolas gratuitas funcionam já com professores leigos. A Cúria se responsabilizaria de fazer a transferência aos Religiosos, amistosamente, sem qualquer atrito a temer.

A fundação de outras Escolas gratuitas se apresentará à medida que a administração diocesana encontrar os fundos necessários.

Existe a necessidade de Colégios pagos, assim como de Internatos.

¹⁷ *Acta Consejo General*, 28 de junho de 1910. In: León, *op. cit.*, p. 34.

¹⁸ “Carta do Ir. Stratonique ao P. J. Maubon”, Grugliasco, 29 de junho de 1910. Em Arquivo Provincial Assuncionista, Santiago de Chile, citada em León, *op. cit.*, p. 34.

A Congregação perceberá essa necessidade e poderá contar sempre com o apoio moral da autoridade diocesana para estas fundações e com sua colaboração material, se esta mesma autoridade solicitar fundações.

Sobre o Ensino profissional, industrial, agrícola, comercial, a Cúria não tem a intensão, neste momento, senão no Ensino teórico... A língua espanhola basta nas Escolas gratuitas; o francês e o inglês serão ofertados nos Colégios pagos”.¹⁹

Uma vez conhecidas e aceitas essas condições, o Conselho-geral da Congregação autorizou, em sessão do dia 21 de outubro de 1910, a formação de uma comunidade de *Irmãos disponível para as fundações do Chile*.²⁰ É provável que essa decisão tenha sido apressada, levando em conta a conjuntura do momento: a necessidade de recolocar os Irmãos Maristas de San Andrés de Palomar e outros de Barcelona e arredores, estabelecimentos que tiveram de ser abandonados, em consequência da revolução da chamada *Semana Trágica* de Barcelona, em julho de 1909.²¹ Esses fatos, além dos acontecidos na França com a aplicação das mencionadas Leis de Combes, foram suficientes para convencer os superiores da Congregação de que a solicitação de Irmãos

para o Chile era uma maneira digna de salvar seus religiosos, enviando-os a nações não perturbadas por este tipo de situações e necessitadas do apostolado educativo.

Depois deste último acordo do Conselho-geral, o Ir. Michaëlis, Assistente-geral da Congregação, enviou ao P. Maubon a carta que continha a decisão definitiva, e com grande significação histórica, de enviar os primeiros religiosos maristas ao Chile. A carta é de Grugliasco, com data de 15 de novembro de 1910. Esta nota constitui o ponto de partida do estabelecimento da Congregação dos Irmãos em nosso país e, mais precisamente, nos Andes. Daqui se irradiará o carisma marista.

A carta afirma o seguinte:

“Satisfeito com as explicações que o senhor teve por bem enviar-nos e cheio de confiança na benevolência de sua Excelência o Arcebispo, como também do caritativo apoio que o senhor teve por bem oferecer-nos, o Conselho do Rev.mo Irmão aceita as propostas da Cúria e promete Irmãos para uma primeira fundação na diocese de Santiago em princípios do novo curso escolar.

¹⁹ “Carta de J. Maubon ao Ir. Stratonique”, Santiago, 22 de agosto de 1910. Arquivo Provincial Assuncionista de Santiago de Chile, em León, *op. cit.*, p. 35.

²⁰ *Acta Consejo General*, 21 de outubro de 1910. Em León, *op. cit.*, p. 38.

²¹ E. Corredera, *La Semana Trágica*. Zaragoza: Edit. Luis Vives, 1980.

Antes dessa época, isto é, em meados de janeiro, eu mesmo terei, se Deus quiser, o prazer de ir saudá-lo e de apresentar meus respeitos ao Sr. Arcebispo, ao passar no Chile, o que nos permitirá regularizar alguns detalhes.”²²

A Congregação se comprometeu a enviar quatro Irmãos para uma primeira fundação na diocese de Santiago. Essa primeira comunidade já devia estar estabelecida em fevereiro de 1911 para preparar o início do ano escolar do colégio que lhes cabia supervisionar. O lugar escolhido foi Los Andes.

Uma vez enviada a carta ao Padre Joseph Maubon, o Ir. Michaëlis saiu da Casa Mãe de Grugliasco e empreendeu a viagem para a América do Sul para supervisionar pessoalmente não só os detalhes da fundação chilena, mas também para visitar os estabelecimentos da Argentina, Peru, Colômbia e México, como Delegado do Rev. Ir. Superior-geral. Aproveitou a ocasião para estudar *in loco* os meios práticos para dar andamento, possivelmente, a várias solicitações de fundações reiteradas amiúde e com insistência, especialmente no Chile e no Peru.

Esta viagem do Ir. Michaëlis à América do Sul não teve grande novidade a respeito da situação chilena. É provável que tenham resolvido alguns detalhes de índole administrativa, mas o importante das negociações e o acordo final já haviam sido tomados em Grugliasco pelo Conselho-geral. O contrato, válido por 5 anos, foi assinado em 2 de fevereiro de 1911 pelo visitador, Ir. Michaëlis, representando os maristas, e Dom Rücker, representando o arcebispo de Santiago. Talvez o mais interessante do contrato seja que se consagrou a liberdade dos Irmãos para seguir seus métodos pedagógicos e a possibilidade de a Congregação efetuar as mudanças de pessoal que fossem necessárias.²³ Estes acordos não eram pequenos, porque eram pontos que haviam levado, um tempo atrás, como vimos, a graves desavenças entre os *Irmãos das Escolas Cristãs* e a Sociedade de Escolas Católicas Santo Tomás de Aquino.²⁴

²² “Carta do Ir. Michaëlis ao P. J. Maubon”, Grugliasco, 15 de novembro de 1910. Arquivo Provincial Assuncionista de Santiago de Chile, em Léon, *op. cit.*, p. 39.

²³ E. Belloso FMS *et al*, *Memórias del Instituto Chacabuco (1911- 2001)*, Santiago, Provincia Marista de Chile, 2001, p. 27.

²⁴ “Carta del P. Thomas Darbois al Hno. Superior General”, Bordeaux, 16 de noviembre de 1901. En Rubio, *op. cit.*, pp. 98- 103.

3. A CRIAÇÃO DO DISTRITO CHILE - PERU E O BALANÇO DE UM PERÍODO

A centralidade administrativa a respeito da Espanha se desenvolveu paralelamente à autonomia que ia adquirindo o Distrito Chile-Peru, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. O conflito bélico obstaculizou o fluxo de Irmãos da Europa ao Chile e, pior ainda, o fluxo de noviços. Dessa maneira, prevaleceu a urgência em contar com uma casa de formação autótone e, já no ano de 1918, os Irmãos inauguraram o *Noviciado de São José*, situado na rua Las Hornillas com Vivaceta, na comuna de Independência, no norte da cidade. A casa de formação, primeiro espaço habitável que ocuparam os Irmãos em Santiago, pertencia ao Arcebispado de Santiago a quem havia sido entregue com o objetivo de utilizá-la para a construção de um colégio: o Instituto Comercial e

Artístico, graças ao legado do Padre Prudencio Herrera.²⁵ O colégio, ao que parece, nunca pôde ser construído, pelo menos no tempo em que os Irmãos permaneceram ali. Em 1922, passou a ser também o juniorato para as vocações que vinham da Espanha ou que surgiam no Chile e Peru. Ademais, desde sua abertura passou a ser a sede do Irmão Visitador do Distrito Chile-Peru.

Um fato importante que permitiu fortalecer a autonomia do Distrito foi a *personalidade jurídica* obtida por parte do Estado e a *autorização eclesiástica* para o estabelecimento da Congregação, ambas conseguidas nos anos de 1914 e 1915 respectivamente, facilitando com isso a transferência de bens imóveis e a ajuda monetária anual. O texto que solicitou o reconhecimento da obra no Chile descrevia sucintamente o estado da Congregação em 1915, nestes termos:

*“Que sendo já cinco as Casas-Colégios que a Cúria Eclesiástica de Santiago se dignou confiar à direção dos Irmãos e tendo se estabelecido nas cidades, por ordem de antiguidade em sua instalação, seguem: Los Andes com 180 alunos, Curicó 150, Quillota 150, Rancagua 70 e Rengo 180 em sua Escola Paroquial; sendo o total de 730 alunos confiados à direção e cuidado de 26 Irmãos. Em vista disso, o abaixo-assinado se permite crer que seria momento oportuno para vir a Solicitar de vossa Excelência Ilustríssima um Decreto de aprovação autorizando o Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino no Chile.”*²⁶

²⁵ “Carta del Arzobispo de Santiago al Superior y al Señor Ecónomo de los Maristas, 25 de julio de 1917”, en *AASCh*, 68, 86, “Hermanos Maristas de la Enseñanza”.

²⁶ *AASCh*, 68, 86, “Hermanos Maristas de la Enseñanza”, Visitador de los Hermanos Maristas en Chile, Hno. Andrés, “Hermanos Maristas de la Enseñanza, su establecimiento en la Arquidiócesis, 1915”.

Depois de 18 anos de estada no Chile, o objetivo inicial projetado pela Igreja para trazer os Irmãos Maristas ao país, se havia concretizado e dado frutos. Passados catorze anos do reconhecimento jurídico e eclesiástico, em 1929, a secção chilena do Distrito estava fundamentada: o número de Irmãos havia aumentado de vinte e seis, em 1915, para sessenta e cinco, em 1929; e os alunos de 730 para 1.799, distribuídos em cinco colégios e uma casa de formação. A Congregação estava já arraigada no país, tinha certa influência nas comunidades locais onde se havia estabelecido, com colégios que congregavam um seletor alunado, muitos deles filhos das autoridades públicas e cidadãos proeminentes das regiões, e seu ensino já era bem considerado e reconhecido pelas comissões examinadoras do Estado.²⁷

A oferta educativa dos Irmãos Maristas se complementou com a demanda social por educação. Quem estudou nos colégios dos Irmãos? Em geral, foi um alunado bastante heterogêneo, embora com certos traços em comum. Suas famílias eram de classe média e urbana.

O setor social das famílias estava, principalmente, muito ligado à profissão do pai (a profissão da mãe poucas vezes foi registrada). Como podemos ver no gráfico, se tratava de ocupações eminentemente urbanas, semi-profissionais e de média categoria, isto é, que muitas delas não re-

queriam destrezas universitárias, mas sim técnicas. A profissão de *comerciante* foi a ocupação mais comum entre os pais dos alunos maristas. Em sua maioria, e de acordo com a realidade nacional da época (1920), se tratava de pequenos e médios comerciantes. Provavelmente muitos deles eram proprietários que davam trabalho a mais de um empregado e seu poder aquisitivo lhes permitia economizar ou investir na educação de seus filhos. A porcentagem de agricultores é bastante homogênea e se explica considerando o caráter agrícola da sociedade chilena que se mantém inclusive além da década de 1930. Tanto o agricultor como o comerciante eram pequenos ou médios proprietários.

Também se observa certa homogeneidade em Santiago, exceto no caso das profissões liberais (que requeriam estudos universitários), cuja alta porcentagem reflete a especificidade da capital com relação às províncias. É em Santiago onde se concentram os estudos superiores e as famílias que podiam pagar uma carreira universitária. É provável, portanto, que o perfil social dos alunos do Alonso de Ercilla, representasse a classe média alta e não o setor médio emergente de empregados públicos que representam as províncias.

De acordo com o contexto da educação católica em 1910, a Igreja, mediante o Centro Cristão, havia promovido o ensino secundário ante

²⁷ Ver *Registros Diversos, Constitución, 1923-1944*, año 1929. En AHPMCh.

a presença esmagadora do liceu fiscal. Podemos dizer que, por isso, o colégio católico nasceu como contrapeso ao ensino secundário estatal, no setor das Humanidades. Mais ainda, em lugares onde a educação católica era escassa. Pois bem, nos convênios entre a Igreja e a Congregação, jamais se definiu a natureza do tipo de educação que os Irmãos deviam dar, embora o intuissem através das contínuas cartas que aportavam dados e informações sobre o Chile e que eram solicitados por Grugliasco.

Uma vez no Chile, após alguns anos de prova em Los Andes e Curicó, e já conhecendo a realidade do país, dedicaram-se ao ensino das Humanidades, criando-o em lugares onde não existia e potenciando-o onde já se encontrava. A acolhida recebida pelas comunidades das cidades às quais chegaram – em alguns lugares, como no caso de Curicó, foram buscá-los – nos permite inferir que existia também uma demanda focalizada de instrução secundária de tipo católico, que embora não tenha sido aguda – a existência do Liceu não comportava uma opção categoricamente desprezível – porém existiu. Com sua presença, se satisfiz um setor da sociedade que com o tempo já não tolerava perder a oportunidade de educar cristãmente seus filhos. Daí, salvo uma exceção, a de Rengo, onde a ação educacional não foi exercida totalmente pelos maristas e onde, em tão curto tempo, não se conseguiu consolidar, a comunidade cidadã abrigou e ajudou com seus meios econômicos e com seus

contatos e influências a obra educacional marista para que se prolongasse no tempo.

Isso não é pouco, se se considera que a propriedade dos colégios não pertencia aos Irmãos, que não recebiam nenhum tipo de ajuda por parte do Estado, sendo cada vez mais reduzidas as que provinham do Centro Cristão e da Igreja. O único meio que os Irmãos vislumbraram, desde o começo, para sua existência e sua prolongação no Chile foi a mensalidade paga por parte dos pais e encarregados da educação dos alunos, as ajudas ou doações destes e, sobretudo pelas influências sociais e econômicas em nível local, primeiro dos pais e encarregados da educação, e depois pela enorme massa de ex-alunos, que, por sua vez, demandarão com o tempo este tipo de educação para seus filhos.

CONCLUSÃO

A Congregação dos Irmãos Maristas foi especialmente procurada, organizada e trazida pela Igreja Católica chilena (Arcebispo de Santiago), por meio do Centro Cristão, e fortemente apoiado por ele, como uma maneira de não perder influência na sociedade, principalmente na educação secundária (em que se formava a elite na época) num projeto para fazer frente à hegemonia dos Liceus fiscais, principalmente nas cidades da província, onde a oferta educativa católica era escassa, para não dizer nula. Este esforço de radi-

cação levou os Maristas a terem que se adaptar ao objetivo traçado e às novas condições geográficas, sem deixar de lado seu carisma e valores evangelizadores e pedagógicos herdados da Europa.

Em 1929, ano em que os Maristas se assentam na capital, Santiago, eles administram 5 colégios na província e uma casa de formação de religiosos. A fundação do Instituto Alonso de Ercilla representa o ponto final do período fundacional e de assentamento dos Irmãos Maristas no país. Diferencia-se das fundações anteriores pelo fato simbólico de se estabelecer na capital do país e, com isso, colocar-se à altura da educação católica e fiscal de mais prestígio e influência. O terreno e o local do Instituto Alonso de Ercilla foram os primeiros bens de raiz de completa propriedade dos Irmãos Maristas no Chile, depois de vinte anos de resi-

dência no país. Os demais colégios pertenciam ao Centro Cristão ou ao Arcebispado, de acordo com os contratos firmados. Nesse sentido, a chegada à capital continuava sendo simbólica para a Congregação.

Independência que teria uma institucionalidade própria, não distante do Arcebispado de Santiago nem de Concepción, mas com uma trajetória e ideário da que já se ia delineando adequadamente a Província Marista do Chile, referendada em poucos anos com a autonomia oficial do Distrito Chile-Peru da Província da Espanha, em 1934, e a separação oficial daqueles em duas províncias autônomas, em 1946.

N.B.: Historiador. Ex-aluno marista. Coautor do livro: "100 años de presencia marista en Chile".11/05/2015.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES INÉDITAS E MANUSCRITOS

a. Fundos documentais

Archivo del Arzobispado de Santiago de Chile (AASCh), Fondo Gobierno.
Centro de Patrimonio Marista (CEPAM)

b. Fontes manuscritas

Acta del Consejo General de la Congregación de Hermanos Maristas, Grugliasco, 1910.

Actas del Consejo del Distrito Chile-Perú, Santiago, 1927- 1945.

Actas del Consejo Local, Los Andes, 1926- 1943.

Anales Instituto San Martín, 1921-1938.

Anales y Efemérides del Noviciado de los Hermanos Maristas de Santiago de Chile, 1918- 1955.

Libro de Actas del Juniorado San José, 1922- 1959.

Libro de Efemérides Anuales del Instituto Chacabuco, 1925- 1929.

Libro de Honor del Instituto Chacabuco, 1911- 1926.

Libro de Matrícula del Instituto Chacabuco, 1911- 1931

Libro de Matrícula Instituto Rafael Ariztía, 1916-1932.

Libro Registro de internado del Instituto O'Higgins, 1928-1937. Libros de Registro de Personal de los Hermanos Maristas de colegios Instituto Alonso de Ercilla, Instituto O'Higgins, Cemento Melón de La Calera, Rafael Ariztía de Quillota, San Martín de Curicó, Instituto Chacabuco de Los Andes, Diego Echeverría de Quillota, Instituto Manuel Albornoz de Constitución, entre 1911-1970.

Libro Registro del personal religioso del juniorado Sagrado Corazón.

c. Publicações periódicas

Anuario Estadístico de la República de Chile, Santiago, años 1910, 1911, 1914, 1928, 1930.

Boletín Eclesiástico, Santiago, 1892- 1894; 1901- 1903.

Bulletin de L'institut des Petits Frères de Marie, Grugliasco, 1909-1931.

Circulaires des Supérieurs Généraux de L'Institut des Petits Frères de Marie, Grugliasco, 1906- 1929.

Hermanos, Santiago, 1990- 2000 (2002).

La Restauración, Los Andes, 1911.

Stella Maris, 1911- 1929.

2. TESES DE GRADUAÇÃO

CÁCERES, Paula. “Los Maristas en Chile. 1911- 1973”. *Tesis para optar al grado de Licenciado en Historia*, PUC, Santiago, 2001.

RUBIO, Luis. “Historia de la provincia marista de Chile, 1898- 1911”. *Memoria para optar al título de profesor de Religión*, Universidad Católica de Valparaíso. Valparaíso, 1988.

3. LIVROS, FOLHETOS E ARTIGOS

AEDO-RICHMOND, Ruth. *La educación privada en Chile. Un estudio histórico-analítico desde el periodo colonial hasta 1990*. Santiago: Ril, 2000.

ALIAGA, Fernando. *Religiosos Asuncionistas, 100 años al servicio de la Iglesia en Chile*. Santiago: Congregación de Agustinos de la Asunción, 1990.

ÁLVAREZ, Berardo María (Hno.) FMS. *Historia de la Congregación de los Hermanos Maristas en Chile*, 1978, [obra mecanografiada inédita].

BELLOSO, Eulogio, FMS., *et. alt. Memorias del Instituto Chacabuco (1911-2001)*. Santiago: Provincia Marista de Chile, 2001.

CABRÉ RUFATT, Agustín, CFM. *125 años en Curicó, Misioneros Hijos del Corazón de María, Chile*. Santiago, ediciones y comunicaciones claretianas, 2005.

Centro de ex alumnos maristas del instituto chacabuco de los andes, *archivo histórico. 90 años de enseñanza Marista, 1911- 2000*. Los Andes, 2001.

CORREA, J., S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en Chile*, v. II: “Después de la restauración universal”. Santiago, s/e., 2006, p. 314.

CORREA SUTIL, Sofía, *et all. Historia del siglo XX chileno*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2001.

CORREDERA, Eduardo. *La Semana Trágica*. Zaragoza: Edit. Luis Vives, 1980.

CRISTÓBAL (Hno.), FMS., *Historia de la Congregación de los Hermanos Maristas en Chile*, copia mecanografiada, [texto inédito], 1968- 1974.

DE COS, Miguel, FMS., *Instituto del Corazón de María o Instituto de Humanidades, precursor del Instituto San Martín*. Copia mecanografiada, [texto inédito], Curicó, 1990.

DE COS, Miguel, FMS. *Memorias del Instituto San Martín*. Talca, s/e, 2002.

DE SHAZO, Peter, *Trabajadores urbanos y sindicatos en Chile: 1902-1927*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2007.

DI GIUSTO, Luis, FMS. *Historia del Instituto de los Hermanos Maristas*,

Rosario: Provincia Marista Cruz del Sur, 2004.

DUSAILLANT, Jacqueline, *Las reinas de Estado. Consumo, grandes tiendas y mujeres en la modernización del comercio de Santiago (1880-1930)*, Santiago: Ediciones Universidad Católica, 2011.

LEÓN GALLARDO, René, *Historia del Instituto Chacabuco de los Hermanos Maristas*. Los Andes, s/e, 2011.

LUQUE ALCAIDE, E. “La restauración de la vida católica en América Latina en la segunda mitad del siglo XIX”, en *Anuario de Historia de la Iglesia*, 12, 2003, Instituto de Historia de la Iglesia de la Universidad de Navarra. España, pp. 71-90.

MCMAHON, Frederick, FMS. *Champagnat: mente de sacerdote, corazón de hermano*. Trad. Carlos Villalobos, FMS. México: D.F., Edit. Progreso, 2001.

OVIDO CAVADA, Carlos. *Los obispos de Chile*. Santiago: Edit. Andrés Bello, 1996.

PANDO, Hno. Gaudencio, FMS., et al. *Instituto Rafael Ariztía: 90 años sembrado valores Maristas*. Quillota: Hernán Troncoso impresores, 2004.

PONCE DE LEÓN, Macarena. “La llegada de la escuela y la llegada a la escuela. La extensión de la educación primaria en Chile, 1840-1907”, en *Historia*, 43, vol. II, julio-diciembre 2010, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, pp. 449-486.

PORRAS, R. *Evolución de la ciudad de Rancagua*. Instituto de Geografía Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 1987.

SAMMON, Sean, FMS. *San Marcelino Champagnat. Vida y misión*, Roma: Ediciones Istituto dei Fratelli Maristi, 1999.

TAPIA, Carlos. *Los Andes, Históricas relaciones*. Los Andes: Edición de homenaje al Bicentenario, 1989.

4. OBRAS SEM NOME DE AUTOR

Actas y Decretos del Concilio Plenario de América Latina celebrado en Roma el Año del Señor de MDCCCXCIX, Vaticano, edic. fascimiliar y edic. vaticana, 1999.

Censo de Población de la República de Chile, 1920. Santiago: Soc. Lit. e Imp. Universo, 1925.

Dirección General de Estadística, Resultados del X Censo de la Población efectuado el 27 de noviembre de 1930 y Estadísticas comparativas con censos anteriores. Santiago: Imp. Universo, 1931.

El Centro Cristiano en sus Bodas de Oro, 1894-1944, Santiago, s/e, 1947.

Guía del Maestro para el uso de los Hermanos Maristas de la Enseñanza redactada según las reglas y enseñanzas de su Venerable Fundador. Zaragoza: Edit. Luis Vives, 1942.

Historia del Instituto O'Higgins, s/e, aprox. 1950.

Instituto Chacabuco, 1911- 1961, Bodas de Oro, Valparaíso: Imprenta Victoria, 1961.

Memoria del Centro Cristiano 1917. Santiago: Impr. Chile, 1917.

Memoria del Centro Cristiano 1931. Santiago: Impr. Arturo Prat, 1931.

Memoria presentada al Supremo Gobierno por la Comisión Central del Censo. Censo de la República de Chile, 1907.

Sínodo diocesano de Santiago de Chile, Santiago: Imprenta y Encuadernación Roma, 1896.

Sociedad Centro Cristiano, Santiago, Imprenta y Encuadernación Chile, 1904.

VI memoria de la Sociedad de Instrucción y Habitaciones para Obreros de 1911. Santiago: Imprenta y Encuadernación Chile, 1912.

150 Aniversario Maristas, 1817- 1967, s/e, 1967.

PESQUISA SOBRE A GÊNESE DOS GRANDES LEMAS MARISTAS (1815-1852)



Ir. André Lanfrey

Da Santa Escravidão marial ao “Nosso Recurso Habitual”

*“Tudo para a maior glória de Deus
e a honra de Maria”,
“Tudo a Jesus por Maria,
tudo a Maria para Jesus”,
“nosso recurso habitual”,
eis as divisas ou expressões lega-
das pelo P. Champagnat, acredita-
mos nós.*

*Mas quase não pensamos
em nos interrogar sobre
sua proveniência e sobre
a história de seus inícios.
Vou, pois, retomar algumas delas
e também uma outra,
mais surpreendente, e procurar de-
semanhar um pouco
como elas se impuseram
entre nós como patrimoniais.*

1. AS RESOLUÇÕES DE M. CHAMPAGNAT EM 1815

M. Champagnat, seminarista do St Irénée, nos deixou um fascículo de “Resoluções que eu ponho sob a proteção da Santíssima Virgem”, tratando destes pontos:

- Guardar o silêncio nos corredores e nas escadas, “na aula e durante a leitura”.
- Andar indiferentemente com todo o mundo no recreio e ser menos conversador.
- Evitar as maledicências, as mentiras, as exagerações.
- Prestar atenção na aula e durante as conferências.

Como, na sua “primeira resolução”, Champagnat faz alusão à recitação do breviário, ela foi escrita após seu acesso ao subdiaconato, em 6 de janeiro de 1814. A 5ª tem claramente a data de 3 de maio de 1815, e a 7ª e última é de junho¹. Essas resoluções po-

¹ A expressão “se o rei retorna” pode ser anterior a Waterloo (18 de junho), ou pouco posterior. O rei só volta a Paris no início de julho.

deriam parecer bastante banais, se não fosse um tempo de perturbações políticas: queda do Império, 1ª Restauração, os 100 dias, que suscitam a efervescência no seminário. Elas manifestam, pelo contrário, a vontade de não ceder a um ambiente de discussões e de divisões político-religiosas no seminário.

Mas o 4º parágrafo se separa das preocupações ascéticas e disciplinares para exprimir uma espiritualidade marial surpreendente:

“Meu Deus, vós conheceis minha miséria.
Tende piedade de mim, eu vos conjuro. Virgem Santa,
vós sabeis que eu sou vosso escravo.
Na verdade, sou indigno de um favor tão grande,
mas é nisso mesmo que brilhará vossa bondade
a meu respeito. Assim seja.”²

Nessa invocação a Maria, o termo “escravo” parece muito estranho, tanto mais que essa escravidão é percebida como um favor. Dessas poucas linhas em estilo bastante elítico, podemos guardar a seguinte interpretação provisória: eu me comprometi a vos servir como um escravo, e vós me aceitastes como tal, apesar de minha indignidade. Que vosso favor continue a se exercer sobre mim como o testemunho glorioso da misericórdia de Deus e de vossa bondade.

a. A espiritualidade da escravidão marial

É certo que apenas uma vez encontramos o termo “escravo” nos escritos de Champagnat, mas ele está por demais inscrito na história da devoção a Maria para que o atribuamos a um excesso de linguagem accidental. Foi na Espanha que Agnès de San Pablo, franciscana concepcionista, fundou, entre 1575 e 1595, a primeira confraria conhecida como da Santa Escravidão³. As associações se multiplicam no século XVII, mas esse título suscita muitas críticas e o porte de uma correntinha pelos associados tem um caráter ostentatório chocante⁴. Embora condenada pelo papa Bento XIV em 1758, essa devoção dura ainda até o século XIX. Em Ars, o santo cura ainda recebe uma associação da Santa Escravidão em 1845-1852⁵.

Não é apenas uma devoção popular. No começo do século XVII, o cardeal de Bérulle, introdutor do Carmelo na França, e fundador da Escola Francesa de espiritualidade, preconizou para os Carmelitas sob sua jurisdição um voto de servidão marial que lhe atraiu muitas oposições. E Grignon de Montfort, falecido em 1716, ilustrará quase um século mais tarde a doutrina da escravidão marial.

² Uma 3ª parte, com data de 3 de maio de 1815, vigília da Ascensão (estamos durante os 100 dias), renova as resoluções precedentes e lhe acrescenta outras.

³ Dictionnaire de Spiritualité, t. 4, col. 1135.

⁴ Pierre Collet, Vie de Henri Marie Boudon, grande arqui-diácono de Evreux, Paris, Hérisant, 1753, t. 1, p. 352.

⁵ Dom Fourrey, *op. cit.*, p. 307-310.

De fato, é menos a devoção em si mesma que é problema, do que o termo. Mas é num sentido cultural e não jurídico que deve ser entendido⁶. Com efeito, é uma interpretação e um prolongamento místicos da literatura da corte medieval. Assim, o cavaleiro enamorado de sua Dama (Domina = mestra, patrona), considera-se seu vassalo, aceitando dedicar-se inteiramente ao seu serviço. A escravidão ou a servidão marial, portanto, devem ser vistas num sentido metafórico: um abandono Àquela que se ama acima de tudo, esperando seu favor em troca.

**b. H.M. Boudon (1624-1702),
apóstolo
da escravidão marial**

Em 1840, a biblioteca de Champagnat tem a *Vie de Henry-Marie Boudon, archidiacre d'Evreux*, por Jean Collet, aparecida pela primeira vez em 1753. É um eclesiástico modelo⁷, um ardente missionário e um místico adepto da escravidão marial (T. 1, Livro 3, Cap. XLIX, p. 352...). Ele pronunciou um voto de castidade a

Maria na qualidade de vassalo desde 1641 (T. 1, livro 3, p. 379).

Seus numerosos livros espirituais⁸ tiveram um sucesso extraordinário. Foram traduzidos em latim, italiano, espanhol, alemão, polonês e flamengo. Apesar da prolixidade que muitas vezes se lhes censurou, eles foram editados até o século XIX⁹. Boudon foi por esse meio um dos grandes difusores da Escola Francesa de Espiritualidade e, em parte, foi por ele que a espiritualidade de Bérulle passou para Colin e Champagnat¹⁰.

Sua espiritualidade é apenas o amor de Deus, diante de quem toda criatura não é nada. Sua cristologia está fundada sobre a contemplação do mistério de um Deus que esconde suas grandezas¹¹. Sua espiritualidade marial, embora muito afetiva, firma-se ao mesmo tempo no seu teocentrismo e na sua cristologia: embora nada enquanto criatura, Maria, porque associada ao abaixamento do Filho, foi elevada por Deus à condição de soberana. É justo que as criaturas reconheçam seu nada diante dela.

⁶ Pensar na importância dos romances de Cavalaria na Europa do século XVI, e particularmente na Espanha com Inácio de Loyola e o Dom Quixote de Cervantes, enamorado de sua Dulcineia.

⁷ Arquidiácono na diocese de Evreux em 1654, ele se esforça para restabelecer aí a disciplina eclesiástica e lutar contra o jansenismo.

⁸ Dictionnaire de Spiritualité, t. 1, col. 1890. A obra de Boudon foi posta no Index por causa do contexto antimístico do fim do século XVII. Numa carta, ele lista uns trinta livros que escreveu. Ele menciona: "Há ainda no Michallet a *Dévotion de l'esclavage de l'admirable Mère de Dieu* (aparecida no Lambert em 1688), mas disso não falarei, porque em Roma proibiram essa devoção pelos abusos que havia".

⁹ Suas obras completas aparecem no Migne em 1856 (Dictionnaire de spiritualité, t. 1, col. 1887-1893).

¹⁰ Nos seus manuscritos, o Ir. Francisco também se refere muitas vezes a Boudon.

¹¹ Yves Krumenacker, *L'école française de spiritualité*, le Cerf, Paris, 1998, p. 500-503.

Eu encontro importantes conivências entre *Les Saintes Voies de la croix* [As Santas Vias da cruz], pequena obra de Boudon, publicada pela primeira vez em 1671, e a escravidão evocada por Champagnat. Em suas obras, o Monsenhor Boudon exalta o papel de Maria na Redenção, particularmente ao pé da cruz, e convida as almas devotadas a entrarem nesse caminho. É um tratado sobre a vida mística, muito fortemente inspirado por Santa Te-

resa de Ávila. No preâmbulo intitulado “A Nossa Senhora da Piedade”, ele homenageia Maria com sua obra “como coisa que vos pertence por minha qualidade de escravo”. Depois, saudando Maria com os títulos de soberana Mestra, augusta Rainha, Senhora de toda a piedade, contempla os sofrimentos dela. E a comparação entre as palavras de Champagnat e de Henri Boudon sugere uma influência direta possível.

Champagnat (Resoluções de 1815) Boudon (Preâmbulo <i>Les Saintes Voies de la croix</i>)	
“Meu Deus, vós conheceis minha miséria. Tende piedade de mim, eu vos suplico. (Invocação a Nossa	Senhora da Piedade)
Virgem Santa, vós sabeis que eu sou vosso escravo.	“Virgem Santa, esta pequena obra se rende a vossos pés sagrados [...] como coisa que vos pertence por minha qualidade de escravo” [...]
Na verdade, eu sou indigno de tão grande favor,	“Eu confesso, minha divina princesa, há muito tempo que eu deveria ter morrido de dor pela consideração da violência de vossas penas; mas de outra parte, eu reconheço que sou inteiramente indigno de uma graça assim tão grande ”. [...]
mas, é nisso mesmo que brilhará vossa bondade a meu respeito. Assim seja ¹² ”.	Sofrei, minha gloriosa Senhora, estes ímpetos de amor de meu pobre coração em vossa amável presença e obtende-me [...] o amor que vós tivestes para com as santas vias da cruz. Assim seja.

¹² Uma 3ª parte, com data de 3 de maio de 1815, véspera de Ascensão (estamos durante os 100 dias), renova as resoluções precedentes e acrescenta-lhe outras.

No fim do Livro III da mesma obra de Boudon uma “oração a Nossa Senhora dos mártires” apresenta uma estrutura muito próxima.

“... É, portanto, com justiça que a Igreja vos honra como sua digna Rainha, e é na união desses sentimentos que aquele que é o último e o mais indigno de seus filhos se prostra diante do trono de vossas grandezas, para vos apresentar suas homenagens na qualidade de vosso escravo, chamando-vos em seu auxílio como a Senhora e a Rainha dos mártires. Ó minha boa mestra, tornei-me digno de misturar minhas lágrimas com as vossas, e de vos fazer companhia, mantendo-me de pé e firme aos pés da Cruz convosco”.

c. Um ponto essencial e precoce da espiritualidade de Champagnat?

Que o Champagnat de 1815 tenha ou não lido Boudon, uma coisa é certa: sua oração se inscreve numa sensibilidade espiritual da qual o Monsenhor Boudon é um dos grandes representantes¹³. E essa doutrina espiritual é suscetível de iluminar singularmente sua resolução da qual podemos assim afinar o sentido. Maria é Nossa Senhora da Piedade porque é imagem da piedade divina. Não

é somente a piedade que ela tem pelo pecador, mas o favor que ela faz aos pecadores que, apesar de sua indignidade, consentem em partilhar com ela o abandono da cruz que faz dela a Rainha dos mártires¹⁴.

d. A questão da adesão a uma associação da escravidão marial

Essa espiritualidade da escravidão é uma escolha pessoal de Champagnat, inspirada pela leitura de Boudon, ou um sinal de pertença a uma associação de seminaristas imbuídos da espiritualidade da Santa Escravidão? Esquece-se demais que em todos os seminários funcionavam então associações de piedade sob diversos vocábulos. Em *Le curé d’Ars authentique [O cura d’Ars autêntico]*, Dom Fourrey¹⁵ lembra que em Verrières, em 1812-13, Jean-Marie Vianney (1786-1859) faz parte de uma associação da Santa Escravidão de Maria cujos membros portam uma correntinha como emblema. E ele cita um extrato da Vida de J.M. Vianney, do abade Raymond, depositado nos arquivos de Belley-Ars:

¹³ Nós não temos prova de que Champagnat tenha lido *Le Saint Esclavage* [A Santa Escravidão], de Boudon. Em compensação, na sua biblioteca havia, em 1840, a *Vie de Henry-Marie Boudon, archidiacre d’Evreux [Vida de Henry-Marie Boudon, arqui-diácono de Evreux]*, por Jean Collet, aparecida pela primeira vez em 1753, que evoca abundantemente esse eclesiástico modelar e ardente missionário; justificando a escravidão marial (T. 1, Livre 3 XLIX, p. 352...) e apresentando seu voto de castidade a Maria na qualidade de vassalo em 1641 (T. 1, livre 3, p. 379). É, portanto, um personagem bem conhecido de M. Champagnat.

¹⁴ Em La Valla, Champagnat fará numerosas peregrinações ao pequeno santuário de N.S.^a da Piedade. Em 1836 fará pintar, sobre o muro da nova capela, alguns títulos de Maria, dos quais: “Regina Martyrum”.

¹⁵ *Le curé d’Ars authentique*, L’échelle de Jacob, Dijon, 1^o édition en 1964 ; 2^o édition, 2009, p. 63.

“Ele se declarou o escravo devotado, associando-se à Santa Escravidão de Maria. Era um dos mais zelosos e mais fiéis associados [...]. Ele já portava as libréis do escapulário e do santo Rosário, mas se ufanava de levar as cadeias da Santa Escravidão”¹⁶.

Entretanto, é muito improvável que Marcelino Champagnat e J.M. Vianney fossem da mesma Associação em Verrières: nenhum documento vindo de um ou de outro indica uma relação pessoal. Mas numerosas associações, em Verrières ou no St Irénée, poderiam alimentar uma espiritualidade de escravidão marial sem necessariamente portar o título, como mostrei a seguir. Não se deve esquecer que os primeiros Maristas são, inicialmente, uma associação de seminaristas entre outras.

e. O exemplo de uma pequena sociedade do seminário de Clermont-Ferrand

No decorrer de minhas pesquisas, nos arquivos diocesanos de Clermont-Ferrand, encontrei numerosos estatutos de associações de seminaristas, em particular da “Associação piedosa estabelecida no seminário dos filósofos de Montferrand para honrar N.S. Jesus Cristo residente no sacramento da Eucaristia”, começada em maio de 1871¹⁷. Sua data de fundação é tardia, mas seus regulamentos tomaram por modelos diversas sociedades bem mais antigas¹⁸. Assim, na “Consagração a Maria”, no fim do regulamento nós encontramos o vestígio de uma associação da Santa Escravidão:

“Ó Virgem imaculada, Mãe de Jesus e nossa Mãe, [...] por vós nós queremos ir a Jesus que nos chama”. [...] “A vós, portanto, ó Maria, nós iremos para conhecer Jesus; nós iremos para possuir Jesus; vós no-lo mostrareis em vossas virtudes; vós no-lo dareis pela graça”. [...] “Para merecer esses favores que solicitamos de vossa ternura e ser menos indignos de Jesus, nós nos devotaremos a vosso serviço na qualidade de escravos, felizes por demais de não ter doravante vontade própria, mas de obedecer em tudo à mãe daquele que se fez obediente até a morte da cruz e que, cada dia, ainda obedece a milhares de padres por amor aos homens.

Tudo a Jesus por Maria.

Tudo a Maria para Jesus.

*Assim seja”*¹⁹.

¹⁶ No processo de beatificação, o abade Raymond tem palavras mais ou menos semelhantes: “Ele fez grandes progressos na piedade, mostrou uma grande devoção à Santa Virgem e foi membro de uma associação chamada ‘A escravidão de Maria’. Eu sei disso por seus condiscípulos ou dele mesmo”.

¹⁷ Na cidade de Clermont-Ferrand, no centro da França.

¹⁸ Em particular uma Associação em honra do SS. Sacramento, erigida no Seminário Maior de Montferrand, em 1837.

¹⁹ A Consagração a Jesus na eucaristia que precede já tem um tom muito marial: “Virgem santa, vós o sabeis, é por vós que nós queremos ir a Jesus, vosso Filho; é também por vós que nós queremos amá-lo. Oferecei a ele, neste momento, nossos corações a fim

É a mesma iniciativa espiritual do Monsenhor Boudon e de Champagnat, com, além disso, a mesma divisa que os Irmãos Maristas. A hipótese de uma pertença de Champagnat, no St Irénée, em 1814-15, a uma associação de seminaristas marcada pela devoção à Santa Escravidão não é, portanto, impossível. Após seu compromisso no projeto marista, certamente depois de junho de 1815, ele não empregará mais o termo “escravo”, mas o próprio Formulário de 1816 não era também, num linguajar menos arcaico, um compromisso da mesma natureza que a escravidão marial? De toda a maneira, que tenha sido membro ou não de uma associação anterior ao grupo marista, Champagnat esteve em contato com a espiritualidade da Santa Escravidão em 1814-15, da qual até poderia tirar a divisa que mais tarde daria aos Irmãos Maristas.

2. “O SANTO DEVOTAMENTO”: FONTE DO “TUDO A JESUS POR MARIA...”

Na sua obra *Espiritualidad de San Marcelino Champagnat* (Madrid-Marista, 2003), o Ir. Manuel Mesonero Sanchez teve o grande mérito (p. 97-98) de nos indicar uma fonte literária empre-

gando, e talvez até inventando, a divisa “Tudo a Jesus por Maria; tudo a Maria para Jesus”. É um livro anônimo de 1808, intitulado “O Santo Devotamento ou os Devotados de Jesus e de Maria”. Em 1840, havia um exemplar na biblioteca do P. Champagnat. Seu autor é de fato o Pe. Jean-Baptiste-Marie Aubriot de La Palme (1752-1826), eclesiástico eminente da diocese de Chambéry.

Ordenado padre em 1776, o Padre de La Palme dirigiu o seminário maior de Chambéry entre 1780 e 1792, aí combatendo as influências jansenistas. O autor do folheto acrescenta: “Ele foi um dos animadores da Associação de Saboia, que está em relação seguida com a de Turim”. Ora, essas sociedades secretas de seminaristas, imbuídos de fervor e de espírito apostólico, desempenharão um grande papel na oposição espiritual à Revolução e ao Império. A Saboia, tendo sido invadida pelos franceses, o Padre de La Palme recusa o juramento e se retira para Turim, em 1793. Em 1795-96, ele organiza a Igreja refratária da diocese, depois entra em Chambéry, em 1797. Sob o Império, ele participa da resistência clandestina ao despotismo imperial, notadamente por sua obra sobre o Santo Devotamento²⁰. Após o Império, ele será um eclesiástico, ao mesmo tempo muito ultramontano e muito rigorista²¹.

de sejam sempre dele, mas ao mesmo tempo, ó divina Mãe, ofereci-lhe por nós vosso amor e vossas preces. Recebei das mãos de Maria, ó Jesus, estes corações que se doam a vós. Abençoai-os, inflamai-os e fazei que, segundo o vosso desejo, em vós, por vós e para vós eles sejam um como vós e vosso Pai sois um”...

²⁰ Por isso, sem dúvida, o anonimato da obra, possibilitando evitar aborrecimentos. Cumpre não esquecer que o poder imperial perseguia todas as associações religiosas.

²¹ *Dictionnaire du monde religieux dans la France contemporaine, La Savoie*, sob a direção de Christian Sorrel, Beauchesne, 1996, notícia bem documentada, p. 57-58.

Sua obra, bastante complicada e muito prolixa (437 p.) se dirige prioritariamente aos Associados de uma confraternidade intitulada “Os devotos de Jesus e de Maria”. Não é uma simples confraria de devoção, mas uma sociedade espiritualmente exigente, muito inspirada nos regulamentos das Associações. Na sua introdução, o autor pretende fazer uma síntese entre diversas correntes de devoção: as associações da Santa Escravidão de Maria ou de Jesus e Maria, as associações dos Corações de Jesus e Maria e as associações dedicadas ao Sagrado Coração. Recusando o termo “escravidão” que é de manuseio delicado, e também o termo “devoto” que se tornou muito pejorativo, ele prefere os termos “devotamento” e “devotado”. Mas é apenas uma mudança formal: o espírito das correntes antigas é preservado e unificado na divisa da Associação: “Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus”, que é preciso compreender em primeiro lugar (*Le St Dévouement*, p. 233) “como a profissão dos Associados de se apegar e de pertencer absolutamente a Jesus e a Maria”, entendendo-se que servindo e honrando Maria é Jesus Cristo que é servido. Servir Jesus por Maria é reconhecer seu papel de Mediadora; dedicar-se a Maria para Jesus é reconhecer nela a Mãe do Salvador e a intimidade da Mãe e do Filho. Enfim é honrar a dependência de Jesus para com Maria.

O “Tudo a Jesus por Maria...” seria então criado, ou pelo menos tornado público, pelo Padre Aubriot de La Palme, com o apoio da Associação de Chambéry, preocupada em unificar e modernizar devoções tradicionais para melhor coesão da resistência espiritual. E sua influência sobre Champagnat é certa, qualquer que tenha sido a data em que este procurou a obra²².

3. UMA DIVISA DE CHAMPAGNAT OU UMA INICIATIVA DO IR. JEAN-BAPTISTE?

O fato que *Le Saint Dévouement* [O santo devotamento] esteja na biblioteca de M. Champagnat e comporte exatamente a divisa marista, não leva o Ir. Manuel Mesonero Sanchez a pensar que haja aí uma influência evidente. Para ele, essa divisa é um “sucedâneo” da divisa empregada pelo Ir. João Baptista Furet, mas que não se encontra nos escritos do Fundador, ao passo que a divise “Tudo para a maior glória e a honra da Augusta Maria, Mãe de N.S.J.C.” é a única documentada (Mesonero, p. 99). A tese do Ir. Mesonero Sanchez, cuidadosamente argumentada, levanta então a questão da ancianidade de uma divisa geralmente considerada como original.

²² Esse livro não me consta que tenha sido reeditado. É pouco provável que M. Champagnat o tenha adquirido em Verrières. É mais plausível que o tenha conseguido quando estava no St Irénée, em 1813-1816.

a. Uso antigo do “Tudo a Jesus por Maria...”

De que argumentos dispomos nós então para afirmar que a divisa marista vem do P. Champagnat? O mais acessível é a *Vida* de Champagnat (2ª parte, cap. VII, p. 313).

“Quando estive nos seminários, sua devoção à Mãe de Deus cresceu sensivelmente [...] Vem de então o seu lema: “Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus”, lema que lhe norteou o espírito e lhe foi norma de conduta a vida toda”.

Ao afirmar que essa fórmula é muito precoce em Champagnat, o Ir. João Baptista reforça nossa hipótese da pertença de Champagnat a uma associação marial²³ eventualmente influenciada pelo *O Santo Devotamento*, desde o seminário. Em contrapartida, o silêncio sobre essa divisa nos documentos escritos do Fundador põe um problema.

Mas não há só os escritos do P. Champagnat. Em 1819, o Ir. Francisco começa sua primeira caderneta de retiro (A.F.M. 5101.302) pela divisa do Formulário de 1816: “Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Assim seja. Ó Santa Trindade (S. Francisco Xavier). Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria”. Mas em 1827 (p. 127), na abertura do retiro, ele tem uma fórmula mais

completa: “In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Tudo para a maior glória de Deus e a honra de Maria. Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus”.

Dever-se-á concluir que o “Tudo a Jesus por Maria...” chegou ao estatuto de divisa dos Irmãos Maristas só em 1827? É, em todo o caso, uma data significativa, e eu seria tentado a fazer nascer seu uso coletivo nesse ano aí. E eis o porquê: depois da partida dos Padres Courveille e Ter- raillon em 1826, Champagnat, doravante único padre e superior dos Irmãos, não renunciou à Sociedade de Maria, e é por isso que ele guarda a divisa de 1816. Mas ele a completa oficializando uma divisa específica do ramo dos Irmãos.²⁴ E o escrito do Ir. Francisco só seria a expressão de uma situação nova da obra de l’Hermitage.

Na mesma caderneta [p. 236], meditando em 1831 sobre a mortificação, a salvação e o amor das cru- zes, o Ir. Francisco nos apresenta a divisa num contexto mais pessoal.

“Mortificação do corpo e do espírito em tudo! ... Pre- ce a Jesus e a Maria em todas as minhas necessidades. [...] De que me servirá, no momento da morte, tudo aquilo que não fiz por Deus? **Tudo a Jesus por Maria; tudo a Maria para Jesus**”.

²³ Nesse caso a influência do Pe. Aubriot de La Palme seria indireta.

²⁴ É também o ano da emergência do “*Nisi Dominus*”. Na sua carta a Dom de Pins, em maio de 1827, em que pede auxílio, ele afirma: “Jesus e Maria serão sempre o sólido apoio de minha confiança”.

A divisa do Instituto não é, pois, frequente na literatura marista anterior de 1840, mas o Ir. Francisco não é uma pequena autoridade e é muito improvável que ele mesmo tenha inventado a fórmula. Sobre o “Tudo a Jesus por Maria...”, eu penso, portanto, que a presença da obra de Aubriot de La Palme na biblioteca de Champagnat e os dois testemunhos do Ir. Francisco, sobretudo o de 1827, pleiteiam a favor de uma divisa estabelecida no tempo do P. Champagnat que, depois de 1826, tem mais liberdade para exprimir aos Irmãos sua espiritualidade pessoal.

4. MARIA RECURSO HABITUAL: QUAL A ORIGEM?

Visto que o Ir. Mesonero também contesta a ancianidade da expressão “Recurso habitual”, vamos verificar os textos que a empregam, após lembrar que *O Santo Devotamento* evoca muitas vezes o termo “recurso”, mas com nuances de sentido e de adjetivos diversos: Maria é: “poderoso recurso nos tempos de erro”, p. 20; “feliz recurso”, p. 71; “Ela [...] nos promete recursos de sua parte em todas as necessidades”, p. 75; Ela é “o Recurso dos cristãos”, p. 86. Há sobretudo (p. 91): “Mas a quem eu recorrerá, senão a vós que sois meu

recurso habitual em todas as minhas necessidades?” De toda a maneira, o termo “recurso” é empregado por muitos autores, e a influência de La Palme não é exclusiva. O Ir. Mesonero assinala que o mês de Maria de Lalomia utiliza também o termo no mesmo sentido pessoal²⁵.

Os Irmãos Maristas, pelo contrário, utilizarão a fórmula num sentido coletivo. O Ir. João Baptista situa o primeiro emprego em 1830, quando o P. Champagnat tranquiliza os Irmãos ameaçados pela Revolução: Lembremo-nos de que Ela é “nosso Recurso habitual”. Daí o estabelecimento da *Salve Regina* todas as manhãs²⁶.

Eu veria de bom grado a integração dessa fórmula em 1830, num momento que marcou a memória dos Irmãos. E como o canto da *Salve*, inicialmente feito para um tempo de perigo, tornou-se cotidiano, a ideia de “recurso habitual” pôde se enraizar em ligação com uma prática precisa. Ademais, era preciso que essa tradição fosse forte para que a Regra de 1852, no Capítulo da Devoção a Maria, a expusesse no artigo 6: “Maria deve ser em tudo seu recurso habitual”.

Entretanto, mesmo se o Ir. João Batista e a regra são fontes importantes, elas são tardias. Os próprios cadernos do Ir. Francisco não apre-

²⁵ Manuel Mesonero Sanchez, obra citada, p. 100.

²⁶ 2ª parte, cap. VII, p. 351. Retoma em ALS, cap. 1. “Recurso habitual” figura três vezes na mesma página.

sentam testemunho antigo. O primeiro, parcial, é de 1848 (2ª caderneta de retiro AFM 5101.303, p. 738):

“Ó Jesus, centro e apoio de uma Sociedade toda consagrada à vossa maior glória, uni sempre mais os que a compõem [...]. Maria, nossa Mãe e toda primeira Superiora, sede nosso asilo, nossa advogada e nosso recurso em todos os perigos e em todas as necessidades da vida”...

Nesses cadernos de instruções, difíceis de datar²⁷, mas essencialmente redigidas antes de 1850, o Ir. Francisco utiliza a expressão “recurso habitual” numa instrução intitulada “Comparação dos Religiosos com os Santos” (caderneta 307, p. 505):

“Nossa Sociedade leva o nome de Maria, porque nós somos seus filhos; ela é nossa Mãe, nossa Superiora, nosso Recurso habitual em todas as nossas necessidades. Nós rogamos a ela, nós a invocamos a todo o instante e, sem cessar, ela nos dá novas marcas de sua benevolente proteção e de sua solicitude maternal”.

Na caderneta 308, p. 678, a instrução “Maria nossa Mãe” desenvolve um parágrafo intitulado “Maria é nosso recurso habitual”. Mas o mais importante está na conclusão:

“O Padre Champagnat tinha uma tal confiança em Maria, que nada lhe parecia impossível com o socorro dessa Virgem poderosa. Muitas vezes foi ouvido dizer: Quando toda a terra fosse contra nós, nós não

devemos temer nada se a Mãe de Deus é por nós. Assim, em todas as necessidades, em todas as circunstâncias difíceis, é a Maria que ele recorria; é a ela, depois de Deus, que ele queria dever tudo; é de sua proteção que ele tudo esperava. Maria é nosso recurso habitual: essa era a sua expressão favorita”. [...] (Em sua vida, T. II, C. 728).

No mesmo caderno (p. 1009), suas “Reflexões sobre a autorização do Instituto”, em 1851, retomando a fórmula que será consagrada pela Regra no ano seguinte:

“O Senhor sempre nos protegeu: ele conservou, amparou e aumentou nossa Sociedade de uma maneira admirável. Em todas as nossas necessidades, em todas as circunstâncias difíceis, ele veio ao nosso socorro [...]. Mas não o esqueçamos, é por Maria que todos esses favores nos são concedidos; essa boa Mãe mostrou-se constantemente cheia de solicitude para nós e ela nos procurou, no momento exato, todos os socorros de que precisávamos: ela sempre foi nosso recurso habitual, e jamais sua proteção nos faltou. [...] ela velou sobre nossas casas, sobre cada um de nós e sobre tudo o que nos diz respeito, com as atenções e a bondade da mais terna das mães”²⁹.

Essa instrução foi certamente entregue aos Irmãos no momento dos retiros de 1851. Mas a circular de 3 de julho de 1851, que anuncia o sucesso das diligências e convida à ação de graças, não utiliza a expressão “re-

²⁷ Certas instruções resultam de notas tomadas pelos Irmãos a partir das instruções de Champagnat. Mas é difícil identificá-las com certeza.

²⁸ Ver edição de 1989, p. 351. As palavras acima não são uma cópia da obra, mas uma interpretação pessoal do Ir. Francisco.

²⁹ Ele utiliza ainda essa fórmula em 28 de junho 1863 e em 11 de setembro de 1870 (caderno 306, p. 38).

curso habitual”, como se ela fosse reservada à linguagem oral.

Finalmente, à luz desses documentos, eu penso que o P. Champagnat empregou o título “recurso habitual”, mas como um dos títulos dados a Maria, (Mãe, primeira superiora...) sem status privilegiado. Foi o Ir. Francisco, parece-me, que nas suas instruções deu tardiamente à expressão “recurso habitual” esse status excepcional que lhe parecia manifestar mais particularmente o espírito marial de Champagnat. O Ir. João Batista verossimilmente trabalhou no mesmo sentido. Daí o artigo das Constituições oficializando esse título em 1852. Mas se os Irmãos antigos o homologaram, é que eles o julgavam de acordo com a tradição. Também, mesmo se não subscrevo inteiramente a tese do Ir. Mesonero Sanchez, eu penso como ele, que entre 1840 e 1852 os Irmãos Francisco e João Batista fizeram um trabalho de interpretação e de fixação da tradição oral que o Capítulo oficializou.

CONCLUSÃO

Champagnat teve uma vida espiritual bastante específica antes de seu encontro com o grupo marista, como o testemunha o termo “escravo” que rapidamente abandonou, mas por um projeto finalmente bastante semelhante. Quanto ao “Tudo a Jesus

por Maria...”, eu levaria a sério de boa vontade o Ir. João Batista afirmando que essa divisa fazia parte da espiritualidade de Champagnat desde o seminário. Mas os estratos da espiritualidade de Champagnat tiveram destinos diferentes. Não parece ter falado a alguém sobre a escravidão marial, ao passo que a divisa marista de 1816 aparece bem cedo: em 1819 com o Ir. Francisco. Quanto ao “Tudo a Jesus...”, talvez não tenha sido conhecido pelos Irmãos antes de 1827. E a expressão “recurso habitual” deve ter sido pronunciada em 1830 sem revestir, enquanto vivia Champagnat, de excepcional importância.

Essas são, pelo menos, as conclusões que eu tiro após confronto entre a *Vida* de Champagnat de 1856 e outros documentos apresentados anteriormente. Mas é verdade, e a tese do Ir. Maisonero Sanchez é muito útil sobre esse ponto, que os sucessores do P. Champagnat não se contentaram de reunir testemunhos sobre o Fundador e a fase de fundação 1817-1840, mas também o interpretaram, organizaram, depuraram e um pouco o mitificaram. Em certa medida, substituiu-se a tradição oral prolixa, pela clareza e a perenidade do escrito. A dificuldade está em não sacralizar nem diabolizar uma interpretação tardia das origens, mas de tomá-la como uma interpretação legítima, porém não exclusiva.

ANEXO I

APANHADO COMPLEMENTAR SOBRE A SANTA ESCRAVIDÃO

“*Dieu seul. Le saint esclavage de l’admirable mère de Dieu*” [“*Deus somente. A santa escravidão da admirável mãe de Deus*”]³⁰ de Boudon se compõe de dois tratados: o primeiro, em dez capítulos, desenvolve um elogio da devoção da santa escravidão; o segundo se interessa pela devoção marial em geral, fundada sobre a imitação das virtudes de

Maria e de seus grandes servidores: em particular os anjos, João, o evangelista, e Bérulle. No fundo, trata-se de dois livros distintos³¹. A obra começa por uma elevação “À Virgem fiel” que não é senão uma obrigação de fidelidade absoluta a Maria como mãe e Soberana, à imitação dos anjos, do apóstolo São João e do mesmo Jesus Cristo.

“Soberana Rainha dos anjos e dos homens, abismado no meu nada e me reconhecendo inteiramente indigno de aparecer em vossa santa presença, ousou, contudo, apoiado sobre vossas maternais bondades, o assunto habitual de minhas mais doces esperanças, vos consagrar esta obra que só respira vossa honra e vossa glória, unicamente para a glória e honra de Deus, que é a única coisa que desejo e que quero buscar em todas as coisas.

[...]

Minha vida, tanto interior quanto exterior, e geralmente tudo aquilo que é meu, é mais vosso que meu, e mesmo, ó minha divina princesa, nada mais tendo, tudo quanto tenho vos pertence por meu estado e condição de servidão; e quero e desejo, de todo o meu coração hoje (na presença dos anjos e de São João, “um de vossos verdadeiros escravos”) que vós tenhais um poder especial sobre minha alma, sobre meu estado, sobre minha vida, sobre minhas ações, como sobre as coisas todas que vos pertencem novamente por um direito particular, em virtude da escolha que eu renovo, de depender inteiramente de vossa maternidade e soberania, me abandonando a todo o vosso querer, me entregando a todos os vossos poderes e a todos os efeitos de vossa soberania”...

Em suma, a escravidão marial, segundo Boudon, é um estado privilegiado, um “favor”, uma filiação: a passagem da criatura adâmica, que quer

tornar-se divindade, àquela da criatura ao mesmo tempo aniquilada e renovada pelo Cristo e Maria na Encarnação³². Tornar-se escravo de

³⁰ Eu utilizo um exemplar editado em Marseille em 1836, colocado na biblioteca da província de l’Hermitage, em St Genis-Laval.

³¹ Boudon declara se inspirar em um livreto, cujo autor é desconhecido, intitulado: “*Dévotion du Saint Esclavage de la Mère de Dieu*” (cap. III, p. 11, e cap. XXII, p. 426).

³² Curiosamente Boudon não parece pôr em relevo o hino dos Filipenses: “...ele se despojou a si mesmo tomando a condição de escravo”...

Maria é ceder à justiça e à verdade como participante do mistério da salvação. Estamos na tradição de Bérul-

le, e o fim do último capítulo do livro que trata dos “escravos da Augusta Mãe de Deus” termina com este elogio:

“O santo cardeal de Bérulle, professor³³ dos padres do Oratório da França, e um dos primeiros superiores das religiosas Carmelitas desse reino, segundo a reforma de santa Teresa, fez triunfar seu zelo acerca dessa devoção. Ele nada esqueceu para adquirir escravos para a Mãe de Deus. O seu zelo sofreu contradição, como é habitual: Houve várias pessoas que o censuraram; mas o todo, examinado pelos maiores prelados da França, recebeu as justas aprovações que sua rara e sólida devoção merecia”.

Seguiu-se uma elevação “Ao grande São João, o evangelista”, “grande apóstolo da dileção, querido favorecido do adorável Jesus, o filho bem-amado da admirável Mãe de Deus, o querubim da lei nova, o serafim do cristianismo, a maravilha e o prodígio do Evangelho!” No final do livro, uma “oração para se oferecer à Santíssima Virgem na qualidade de escravo” é principalmente um reconhecimento de seu nada diante da Trindade e um abandonar-se a Deus.

O exame dos títulos mariais empregados por Boudon evoca principalmente sua soberania (Rainha, princesa, mestra, patrona, soberana) e, secundariamente, sua maternidade (Mãe de bondade, mãe da bela dileção) e sua virgindade (Virgem amável, Virgem fiel). E, num capítulo especial, Boudon lembra que “somente Deus é o fundamento da escravidão da Virgem santa”.

³³ No século XIX dir-se-á “fundador”.

ANEXO II

SÃO JOÃO E A ESPIRITUALIDADE DE CHAMPAGNAT

Como vimos anteriormente, Boudon concede uma grande importância a São João evangelista³⁴. É talvez sob sua influência que Champagnat considera esse apóstolo como o modelo dos servidores da Mãe e do Filho, como o testemunha uma de suas sentenças, que o Ir. João Batista situa em 1822 (*Vida*, p. 101):

“Foi ao discípulo amado que Cristo confiou sua Mãe, para nos ensinar que

concede amor especial à Virgem Santíssima somente às almas privilegiadas, sobre as quais tem planos especiais de misericórdia”.

No caderno de instruções 307 do Ir. Francisco se encontra um resumo de instrução sobre São João, o evangelista, vindo quase certamente de Champagnat³⁵, que o apresenta como o primeiro marista.

*II. Apóstolo, amor, oráculo. Evangelista da divindade do Verbo encarnado.
Primeiro marista, primogênito, modelo dos filhos de Maria.
Pureza, generosidade, ternura. Discípulo virgem, Virgem Mãe.
Vocação, deixa redes, pai, etc. Renúncia, mundo, bens, prazeres.
Jesus e Maria nos escolheram e chamaram à sua Sociedade.
União a Jesus, seguir instruções, exemplos: Tabor, cenáculo, jardim.
Calvário. Discípulo amado, afetuoso. Testamento de Jesus sobre a cruz.
Caridade, zelo pelo próximo: epístola, evangelho, pregação, conduta.
Amor de Maria, virtude angélica, respeito, devotamento, conduta.
Nós somos os discípulos que Jesus e Maria amaram. Presépio, cruz, Sacramentos, Vida religiosa, etc.
Que retorno!
(Croiset, Année chrétienne, Xbre 26 - Août 3 - Xbre 27 - Mai 6³⁶)*

Esses textos e alguns outros mostram a importância de São João na espiritualidade primitiva do Instituto, que parece não ter sido aceita então.

³⁴ Em 1689 ele publicou um opúsculo sobre a devoção a São João evangelista, reeditado em 1697, 1702, 1716...1834.

³⁵ O estilo telegráfico mostra que se trata de notas tomadas por um Irmão durante uma instrução. Tal documento deve ter sido dado ao Ir. Francisco depois da morte do P. Champagnat.

³⁶ Referência provavelmente tardia.

O CARIMBO DO PADRE COURVEILLE

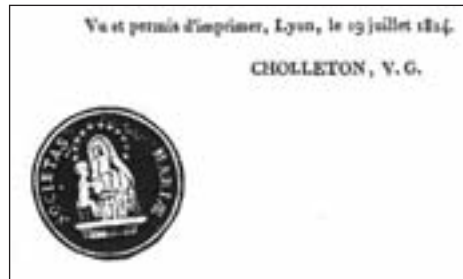
Uma primeira representação iconográfica da Sociedade de Maria



Ir. André Lanfrey

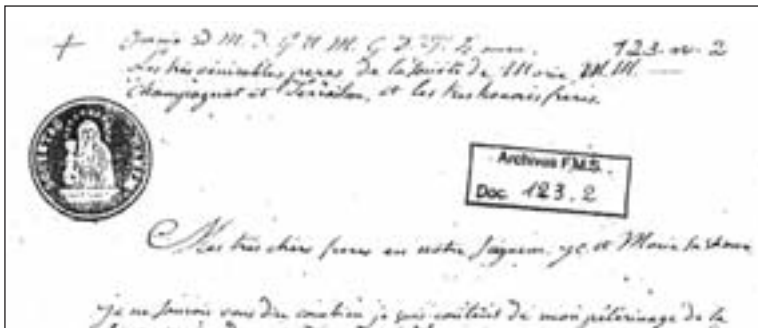
Neste mesmo número de CADERNOS Maristas, evoco as relações entre o pároco Moine e o Padre Courveille, nos anos de 1824-29, quando este tenta, em Charlieu, depois na abadia St Antoine, criar sua própria Sociedade de Maria. Um dos traços notáveis de sua intenção é o uso de um carimbo pessoal, presente em três documentos que nós ainda possuímos. O primeiro serve de cabeçalho à carta que ele escreve de Aiguebelle, em 4 de junho de 1826, depois de partir de l'Hermitage, no fim do mês de maio (OM1/152,). As OM o descrevem assim:

“Carimbo produzido com um tampão muito grosseiramente talhado, representando a Virgem e o menino”, com estas palavras “Societas Mariae”.



Carimbo de M. Courveille

O mesmo carimbo figura num prospecto dos Pequenos Irmãos de Maria conservado nos arquivos diocesanos de Grenoble, mas colocado, desta vez, após o texto. E eu pessoalmente encontrei outro prospecto nos arquivos diocesanos de Chambéry (abaixo) com o tampão colocado como em Grenoble.



Outro carimbo de M. Courveille-Cholleton

Aparentemente, o Padre Courveille não o empregou antes do mês de junho de 1826, e a casa de l'Hermitage não parece ter tido um nessa data. Além disso, o aspecto muito rude do selo de Courveille sugere que ele foi feito às pressas ou por mão muito desajeitada, talvez durante a viagem do Padre Courveille entre l'Hermitage e Aiguebelle, ou mesmo durante sua estada na abadia.

Colocando esse carimbo no começo de sua carta de Aiguebelle e não no fim, o Padre Courveille quer dar a esse documento o caráter oficial e afirmar que ele é sempre, embora afastado, o superior da “verdadeira Sociedade de Maria” (§ 13). Sua carta tem, aliás, o tom de uma exortação pastoral, começando por estas palavras que não estão sem ligação com o carimbo: “Meus Caríssimos irmãos em Nosso Senhor Jesus Cristo e Maria, sua Santa Mãe”. E, quando deixa a trapa de Aiguebelle, em 11 de junho de 1826, o abade lhe entrega uma carta de associação espiritual com um título um pouco surpreendente: “ao Senhor Courveille, superior-geral dos Veneráveis Irmãos Maristas” (OM1/153).

Pouco tempo depois, o Padre Courveille vai a Chambéry onde o arcebispo, Dom Bigex, lhe concede, em 19 de julho de 1826, uma autorização para celebrar “durante o tempo de sua estada na diocese de Chambéry”. E os arquivos diocesanos conservaram o prospecto de l'Hermita-

ge trazido nessa ocasião. Tal documento não era sem importância, pois seu final citava o nome do Padre Courveille como “P.S.G.L”, sigla um pouco misteriosa significando talvez “Patrum Superior Generalis Lugdunensium” (Ver nota em OM1, p. 327). O abade da trapa tinha sem dúvida visto um exemplar desse prospecto, o que explicaria em parte sua carta “ao superior-geral dos veneráveis Irmãos Maristas”. Como em 1822, o Ir. Jean-Marie Granjon havia passado na casa dele algumas semanas, ele devia conhecer os Pequenos Irmãos de Maria com seu nome popular, expresso pela primeira vez em nossas fontes¹. O fato de que ele não concede ao Padre Courveille o título de superior da Sociedade de Maria pode ter duas razões: seja porque viu um prospecto em que o selo de Courveille não constava; seja porque evitou se pronunciar sobre uma sociedade da qual o Padre Courveille teve de lhe falar, mas da qual tudo ignora.

Em todo o caso, o prospecto permitia ao Sr. Courveille de se apresentar como um superior dos Pequenos Irmãos de Maria procurando estabelecer uma sucursal em outras dioceses que não a de Lyon. Se o projeto não teve êxito em Chambéry, ele encontrou um sucesso provisório na diocese de Grenoble, pois que o Padre Courveille poderá lá fundar uma Sociedade de Maria com Irmãos, padres² e Irmãs na antiga abadia Saint Antoine, em 1827-29.

¹ O prospecto intitula-se “Estabelecimento dos Pequenos Irmãos de Maria”.

² Ele procurou atrair o Padre Moine, pároco de Perreux.

Quando ele parte de l'Hermitage, em maio de 1826, o Padre Courveille considera, portanto, l'Hermitage como uma Sociedade de Maria infiel a sua missão. Sua carta de Aiguebelle é, aliás, muito clara a esse respeito. E o fato de ele levar em sua bagagem certo número de exemplares do prospecto mostra que intenciona se servir deles em vista da plena realização de uma Sociedade de Maria sob sua direção. É, portanto, permitido duvidar de sua sinceridade quando, na sua carta de junho de 1826, ele declara querer entrar na trapa. Ele insinuaria antes que se não fosse reintegrado em l'Hermitage, ele se sentiria livre de criar “a verdadeira Sociedade de Maria” segundo um estilo inspirado no convento em que o abade goza de uma autoridade absoluta. E é nesse último sentido que a carta foi interpretada (OM3/819, § 24).

O fato é que o carimbo de Courveille apresenta uma mensagem espiritual de real interesse. No centro, encontramos uma Virgem com o menino, tendo a cabeça coroada por doze estrelas (onze na verdade). Diante dela há uma espécie de mesa eucarística, decorada nas laterais com motivos geométricos dificilmente visíveis, que esconde a parte inferior do corpo. As palavras “Societas Mariae” circundam o motivo.

A priori, esse carimbo é muito diferente do selo

primitivo da S.M., utilizado antes de 1840, de simbologia muito mais rica, mas mais abstrata. O próprio P. Colin a descreveu: “O primeiro selo tinha um *Ave Maria* com uma coroa de estrelas, dois ramos de flores cruzados e *Societas Mariae*”³. Realmente, o selo é um pouco mais complexo. No centro, nós vemos as letras AM entrelaçadas; encimadas por uma espécie de nuvem ou diadema contendo cinco estrelas que não é fácil interpretar como uma coroa. De um e outro lado do MA, estão feixes de lírio (à esquerda) e de rosa (à direita) evocando Maria imaculada e rosa mística. Ao redor de *Societas Mariae* estão associados, na parte inferior, a Lua, tendo em ambos os lados, uma espiga de trigo e um cacho de uvas, símbolos Eucarísticos evidentes.

Esse carimbo e o do Padre Courveille têm fortes convergências, primeiramente por sua forma circular e sua organização geral: nos dois casos, Maria está no centro, e a Sociedade de Maria ao redor. A alusão ao Apocalipse (e à Assunção) é evidente: pela presença da coroa de estrelas, explícita num caso, mais sugerida no segundo que, em compensação, coloca a Lua embaixo do selo. É, portanto, uma sociedade sacerdotal, marial e escatológica.



Escudo antigo da Sociedade de Maria

³ OM3/819, § 140. Ele é representado em OM3, figure 86 entre as páginas 112 e 113.

A casa de N. D. de l'Hermitage muito provavelmente não teve o carimbo antes de 1830. Depois nós encontramos o equivalente no cabeçalho impresso das cartas do Padre Champagnat, sendo que a primeira que conhecemos foi dirigida a um pároco, em 24 de janeiro de 1833⁴.

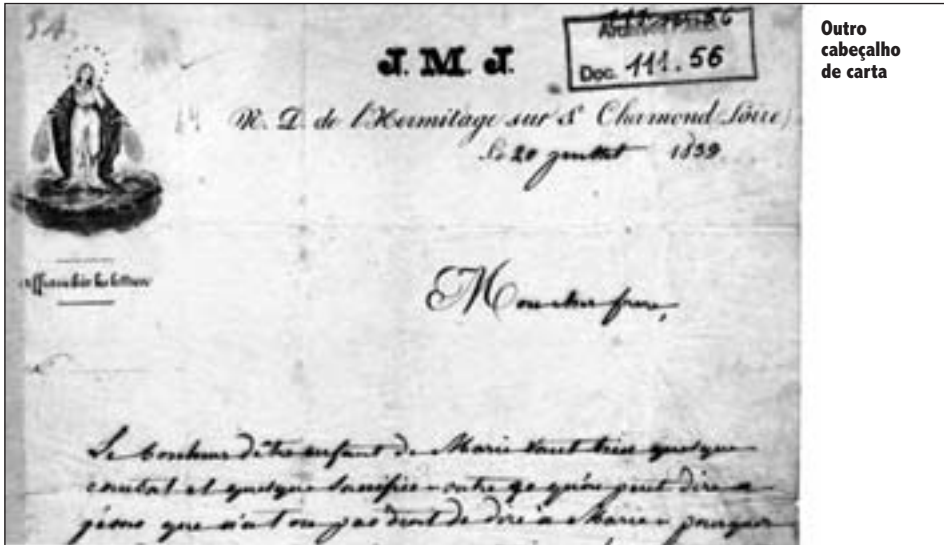
Posto no alto da página, no meio, o motivo representa Maria coroada de estrelas, sentada sobre uma nuvem, tendo no braço esquerdo o menino Jesus, de rosto voltado para o exterior e estendendo um braço em gesto de bênção, ao passo que Ma-

ria, com o braço direito, faz um gesto semelhante. Em arco de círculo acima dos personagens: "Maria foi concebida sem pecado". Debaxo desse motivo estão três nomes: "Jesus, Maria, José". Depois, em negrito, por baixo: "Escola normal dos Irmãos de Maria"; e por fim: N.D. de l'Hermitage, sur St Chamond, em 183... O mesmo motivo se encontra também nas cartas de obediência de Champagnat, como o atesta um exemplar de 25/10/1839, representado abaixo. Encontra-se também na folha de rosto da Regra publicada em 1837.



Cabeçalho de carta

⁴ Outras cartas com esse cabeçalho: 20/11/1834; 29/03/1935; 03/05/1936; 01/01/1837; 12/04/1837; 12/07/1835; 1/08/1838; 21/08/1838; 28/08/1838.

Outro
cabeçalho
de carta

A partir de fevereiro de 1839⁵, as cartas apresentam um motivo completamente diferente: Maria de pé, coroada de estrelas, tendo as mãos voltadas para a terra, os pés sobre a serpente. Em baixo, num arco de círculo em forma de Lua, estão as palavras “Sociedade dos Irmãos de Maria”.

Esses cabeçalhos não são sem importância para a história dos Irmãos Maristas. Aquele dos anos de 1833-38 associa à mensagem explicitamente marial o lado profissional da obra. Mas a lei Guizot (de 28 de junho de 1833) estabelecerá uma distinção entre escola normal (patrocinada pelo Estado) e noviciado (congreganista), e é por isso que o termo “escola normal” vai desaparecer dos ca-

beçalhos em 1839. Pode ser que a mudança do motivo tenha sido inspirada pela medalha milagrosa⁶. Mas há sobretudo a vontade de mostrar N.D. de l’Hermitage sob um novo dia: uma sociedade religiosa debaixo da proteção de Maria imaculada.



Símbolo mariano no altar da Capela del Hermitage

⁵ Ver cartas de 07/02/1839; de 23 de fevereiro; de 23 de março, de 20 e 21 de julho de 1839; de 25 de outubro e de 6 de novembro de 1839.

⁶ Aparições a Catherine Labouré, em 1830.

Convém assinalar também o brasão do novo altar da capela de l'Hermitage, executado em 1836, que tem analogia com o selo da SM. Suas iniciais AM, muito estilizadas, anunciam o AM marista de estilo barroco, encimado pela coroa de estrelas, que será fixada definitivamente entre 1860 e 1870.

Em suma, o Padre Courveille foi o primeiro a dar uma expressão iconográfica à Sociedade de Maria, em 1826. Mas é em l'Hermitage que ele atribui esse título. Somente dez anos mais tarde é que os Padres Maristas

produzem seu próprio selo, certamente sem se inspirar naquele de Courveille, mas chegando a convergências importantes com ele. Desde 1833, l'Hermitage expressou sua própria representação, muito diferente na forma, mas bastante próxima quanto ao significado, sem, contudo, se afirmar como Sociedade de Maria. Não foi antes de 1839 que reivindicou o título de "Sociedade dos Irmãos de Maria". E finalmente, a mais clara ligação entre todas essas representações é a coroa de estrelas, interpretando Maria como a Mulher do Apocalipse e a soberana da Sociedade.

BENOÎT-JOSEPH CHAMPAGNAT, FALECIDO AOS 13 ANOS, EM 1803

Um ponto de ancoragem para
uma reinterpretação
da infância de M. Champagnat



Ir. André Lanfrey

O conhecimento da família Champagnat no momento da publicação da *Vida* de Marcelino era ainda muito fragmentário em 1856, porque o Ir. João Batista atribui seis filhos ao casal J.B. Champagnat-M. Chirat, sendo Marcelino o último (*Vida* cap. 1, p. 2). Foi o Ir. Avit, nos Anais do Instituto, iniciados em 1884, que, tendo consultado os registros da paróquia de Marlihes, nos deu cópia das certidões

de batismo dos dez filhos Champagnat, sendo Marcelino o penúltimo. O Ir. André Bardyn, que permaneceu muito tempo em Marlihes, fez pesquisas sobre a família Champagnat, apresentando o resultado na obra *Marlihes au long des siècles*¹ (p. 191). As informações que ele nos dá completam e corrigem o que nos diz o Ir. Avit. O quadro seguinte foi construído de acordo com essas duas fontes.

Nome	Nascimento	Casamento...	Filhos	Falecimento	Idad
1. Marianne	11/12/1775	5/2/1799 (Benoît Arnaud)	8	29/06/1816 ²	41
2. Jean Barthélemy	12/03/1777	20/10/1811 (Marie Clermondon)	8	20/01/1838	61
3. Anne-Marie	20/02/1779	8/02/1804 (Jean Lachal ou Lachau)	7	28/03/1835	56
4. Jean-Baptiste (mesmo nome que seu pai)	11/09/1780		20 thermidor ano 11	08/08/1803 23	
5. Marguerite-Rose	20/02/1782			de pouca idade	0
6. Marguerite-Rose	01/08/1784	01/03/1813 (Guillaume Cheynet)	6	13/04/1829	45
7. Anne-Marie	25/07/1786			de pouca idade	0
8. Jean-Pierre	26/09/1787	17/02/1813 (Jeanne-Marie Ravel)	9	16/11/1833	46
9. Marcellin-Joseph-Benoît	20/05/1789	Ordenado padre em 22 de julho de 1816		06/06/1840	51
10. Joseph Benoît	27/10/1790			20/12/1803 28 Frimaire ano 13	13

¹ Publicado pela associação dos Amigos de Marlihes (amimarlihes@fr.st) em 2002.

² O Ir. Avit situa o falecimento em 1817 (Anais, § 32, p. 8).

É, portanto, uma família bastante típica de um antigo regime demográfico: dois casos de mortalidade infantil (antes de 1 ano); um falecimento de adolescente; um outro de jovem adulto e um só dos outros filhos chegando a sessenta anos. Fazendo abstração dos dois filhos falecidos com pouca idade, a média de vida é de 42 anos.

Entre esses dados, há um que ainda não foi suficientemente considerado: o falecimento do último da família, Joseph-Benoît, não de pouca idade, como o Instituto acreditou, mas aos treze anos. E o fundamento sobre o qual se apoia o Ir. André Bardyn é sólido: o pároco Alliot no registro das sepulturas notou no ano de 1803: “Benoît Joseph Champagnat, de 13 anos de idade, falecido em Rozet, a 20 de outubro de 1803”.

Na mesma página do registro, nós notamos também dois outros falecimentos da família. O de Jean-Baptiste, o filho, que levanta um problema de data, porque o Ir. André Bardyn, baseando-se no Cartório de Registro civil, que segue ainda o calendário revolucionário, situa o falecimento em 20 thermidor ano 11 (8 de agosto de 1803), ao passo que o pároco parece hesitar entre duas datas: 21 de setembro ou outro dia de setembro: pode ser 3. Essa espantosa distorção entre o Registro civil e o registro paroquial poderia atribuir-se a um certo atraso do pároco na escri-

turação de seus registros. Quanto a Jean-Baptiste, o pai, falecido em 12 de junho de 1804 “com cerca de 50 anos”, o registro apresenta apenas um pequeno problema: o Cartório de Registro civil declara que morreu em 24 prairial ano 13, ou seja, 13 de junho de 1804, às 10h da manhã, ao passo que o pároco Alliot indica 12 de junho, referindo-se sem dúvida a sua intervenção para a extrema-unção, poucas horas antes da morte.

Voltemos ao caso de Benoît-Joseph Champagnat, tentando compreender por que a existência desse filho, mesmo chegado à idade da adolescência, nos ficou quase desconhecida³. O Ir. Avit (Anais § 31, p. 8) pôde, involuntariamente, nos induzir em erro, afirmando que sobre os 10 filhos Champagnat, quatro morreram antes de 1804, o que é exato, mas levou a crer que todos morreram muito jovens. Ele não se preocupou em procurar sua data de falecimento, mas se interessou pelos filhos sobreviventes, detalhando seu *curriculum vitae* (Anais § 32-34, p. 8-9).

O não reconhecimento de Benoît-Joseph Champagnat tem também duas outras causas. A primeira é que sua morte não figura no Cartório de Registro civil de 1803. Se sua data de falecimento dada por Alliot for exata, o Registro civil deveria situá-la em 28 Frimaire ano 13. Eu pessoalmente percorri os registros do Cartório civil a partir de sua primeira

³ Em *Les années obscures de Marcellin Champagnat*, o Ir. Gabriel Michel fala desse falecimento aos 13 anos, sem insistir.

menção de um falecimento, de 30 Brumaire ano 2 (20 de novembro de 1792) até 1812: em nenhum lugar se trata do falecimento de Benoît-Joseph Champagnat.

A segunda razão desse esquecimento aparente, é que a tradição oral e escrita do Instituto nunca mencionou que o Padre Champagnat, durante toda sua infância e uma grande parte de sua adolescência, tenha vivido sob o mesmo teto com um irmão um pouco mais jovem. O P. Champagnat, portanto, teria revelado aos Irmãos poucas coisas de sua família, de sua infância e adolescência. As fontes maristas só puderam reconstituir alguns traços, colecionando lembranças pessoais entregues no decorrer de suas instruções – como a história do professor brutal que tanto o chocou – e pesquisando depois de sua morte. Champagnat, que tanto recomendava o desapego da família, tratava de dar o exemplo da discrição nesse ponto.

Mas essas considerações não explicam que o falecimento de Joseph-Benoît Champagnat não figure no Registro civil. Certamente, a passagem dos registros paroquiais a um Registro civil laico pôde criar esquecimentos, mas isso se passa em 1792-93. Depois, não é impossível que essa criação, nova concorrente da Igreja, tenha tido certa dificuldade para se impor, mas Jean-Baptiste

Champagnat, pai, pelo menos, não parecia se opor ao novo regime. Além disso, não vemos por que o pároco Alliotot teria indicado um falecimento fictício ou tendo ocorrido em data anterior.

Aliás o Ir. Gabriel Michel, em *Les années obscures de Marcellin Champagnat 1789-1800*⁴, nos diz que Lyon, tendo-se revoltado contra a República de maio a outubro de 1793, J.B. Champagnat acompanhou as tropas que sitiavam a cidade. E ele acrescenta, sem citar sua fonte, que ele fazia parte de uma lista de pais de família indenizados por esse serviço. O documento esclarece que ao lado de seu nome figuram estas palavras: “uma mulher, 8 filhos”, o que significa que em 1793 Benoît-Joseph estava ainda vivo.

Certamente, nós vimos que o falecimento de Jean-Baptiste Champagnat (filho) aos 23 anos, apresentava um problema estranho de data. Quanto a Benoît-Joseph, no registro paroquial o Padre Alliotot faz várias rasuras curiosas: primeiramente depois de escrever “Benoît Champagnat” ele acrescenta acima “Joseph”. Sobre tudo, quanto à idade, ele hesitou, escrevendo primeiro “10 anos”. Mas como o “3” que ele sobrepôs ao “0” parecia um “9”, ele colocou um “3” por cima. Essa linha deixa, portanto, a impressão de que o pároco não conhecia esse menino, que estava na idade da primeira comunhão.

⁴ Caderno A4 publicado em Roma por volta de 2000; ver p. 67. Ele salienta que utiliza uma fonte privada.

Sou, portanto, levado a emitir a hipótese de que Benoît-Joseph Champagnat era um menino mentalmente deficiente, nunca saiu da família e nunca participou da vida social. Como o Registro civil ainda não existia quando ele nasceu em 1790, não havia razão para declarar sua morte. Em compensação, esse menino havia sido batizado, competência da Igreja. Daí seu enterro religioso sem declaração civil.

A narrativa da vocação de Champagnat na *Vida*, I (Ch. 2, p. 10-11) pode um pouco sustentar essa hipótese de uma criança com deficiência. Ao padre recrutador de jovens dispostos a estudarem latim, o Padre Alliot indica os rapazes Champagnat “que parecem bastante reservados”. E o padre, entrando na casa de Champagnat, fala com o pai de seus “corajosos rapazes piedosos, muito reservados”. Em seguida, vem o desfile: o mais velho (em princípio Jean-Barthélemy), recusa a oferta de estudar latim. Depois vêm “o mais jovem (Jean-Pierre) e o pequeno Marcelino”. Como não é questão de Jean-Baptiste, filho, falecido em 8 de agosto de 1803, a visita teria sido realizada em data posterior à sua morte. Além disso, o padre certamente aproveitou as férias escolares antes da festa de Todos os Santos, o que significa que, quando da sua passagem, Benoît-Joseph ainda está vivo e tem até a idade de um jovem colegial, visto que só morreu em dezem-

bro. Mas a narrativa não diz nada sobre ele, como se a questão dos estudos não se colocasse para ele.

Certamente precisa tomar a narrativa com prudência, porque o objetivo do Ir. Jean-Baptiste é mais a edificação do que o rigor histórico⁵ e esse texto não é recortado por outras fontes confiáveis. Nada impede que o Ir. Jean-Baptiste só evoque três dos rapazes Champagnat, e que Marcelino seja considerado como o mais jovem, enquanto o seu irmão caçula ainda vive.

Há nessa narrativa outro elemento surpreendente: o envio pelo Padre Alliot, o pároco, de um recrutador do seminário à casa de um dos ardorosos partidários da Revolução. Nos seus Anais (T. 1, p. 9-13, § 36-4), o Ir. Avit relatou as recordações dos veteranos de Marlihes concernentes ao seu longo engajamento político, que o Ir. Gabriel Michel, em *Les années obscures de Marcellin Champagnat 1789-1800*, largamente confirmou.

Em 1803, esse engajamento revolucionário terminou. Champagnat continua a assinar o registro municipal⁶ até 16 floréal ano 8 (8 de maio de 1800). Suas últimas assinaturas no Cartório de Registro civil são:

- Nascimentos: 9 pluviôse ano VIII (28 de janeiro de 1800)
- Casamentos: 10 floréal ano VIII (22 de abril de 1800)

⁵ Há alguma improbabilidade na questão de Jean-Barthélemy, que tem 26 anos.

⁶ Como presidente do conjunto cantonal Marlihes-Jonzieux.

- Falecimentos: 5 fructidor ano VIII (22 de agosto de 1800)

J.B. Courbon é nomeado pelo prefeito, em 4 de setembro de 1800, o responsável pela administração municipal (*maire*) e J.B. Champagnat faz parte desse novo conselho cujas atividades são muito reduzidas⁷ porque o Consulado só pede à sociedade que obedeça e se deixe governar por uma administração vigilante. E, em larga escala, as populações, cansadas da libertinagem política dos tempos revolucionários, vão aceitar esse autoritarismo até por volta de 1810. Em todo o caso, Champagnat não assina o registro das deliberações da comuna em 19 de maio de 1803 sem que nós possamos interpretar essa ausência. Pouco depois é que houve a visita à família Champagnat por um recrutador do seminário de Verrières, no ambiente da aplicação da Concordata solenemente proclamada em 18 de abril de 1802. Estamos então em plena reorganização da Igreja da França e as dúvidas sobre a vontade de paz do primeiro Cônsul, em matéria religiosa, já foram removidas.

Em Marlhês a paz religiosa não é perturbada pela rivalidade, frequente em muitos lugares, dos antigos confratários e constitucionais. Pelo contrário, a autoridade de Alliot saiu re-

forçada da provação revolucionária. Sobre o plano político, a perspectiva de uma restauração real se afastou e não há mais terror branco, como aconteceu em 1795-96. Significará isso que reina uma grande serenidade? É mais do que provável que a Revolução deixou frustrações e ressentimento e que as relações sociais foram bastante complicadas. Ademais, quando o Ir. Avit, algumas décadas mais tarde, pesquisa sobre Jean-Baptiste Champagnat, coletará muitas lembranças que mostram inequivocamente que J.B. Champagnat havia conservado a reputação de um fervoroso jacobino.

A hipótese de um certo ostracismo sofrido pela família Champagnat não parece, portanto, sem fundamentos. Seus membros puderam ressentir certo mal-estar para com um passado bastante comprometedor. Aliás, o projeto de ascensão social de J.B. Champagnat pai, que explica em parte seu engajamento na política, fracassou. Sem ser pobre, a família está numa situação econômica precária. Quando Marcelino recusa de ir ainda à escola, será somente por causa da brutalidade do mestre ou para evitar também as afrontas dos outros meninos? Aliás, não é o desejo de se instruir que lhe falta, já que decidirá bruscamente retomar seus estudos, mas reina um ambiente social no qual se sente à von-

⁷ De 30 de setembro de 1800 a 18 de setembro de 1808, notamos apenas dez reuniões, a maioria de importância muito relativa. E o conjunto dos atos desse período de 8 anos só abrange 9 páginas. O contraste com o período anterior é surpreendente: o registro da municipalidade iniciado em 2 de junho de 1791 e fechado em 16 floréal ano 8 (8 de março de 1800) compreende 359 páginas por um período de menos de 9 anos

tade. Certamente, nesses anos, a Igreja volta a ser um dos grandes meios de ascensão pela educação nos seminários, mas como sonhar com o sacerdócio numa família marcada pelo engajamento político recente do pai e de meios econômicos limitados? Eis por que Marcelino só pensa em se tornar um fazendeiro.

Somente uma autoridade é bastante forte para desfazer a situação: a do pároco Alliot. Ao enviar à casa dos Champagnat um recrutador para o seminário, ele lhe oferece uma chance de reconciliação socioreligiosa e em todo o caso uma possibilidade de restabelecer relações com o desejo de ascensão social pela instrução. Não será apenas o jovem Marcelino que aproveitará essa chance, mas toda a família. E é por isso que, apesar das múltiplas dificuldades pessoais e familiares – como a morte do pai – não vai voltar essa oportunidade. Como muitas vocações dessa época, a de Marcelino, ainda indecisa em 1803, não será somente pessoal, mas paroquial e familiar.

Quando o Padre Alliot pedirá Irmãos a Champagnat em 1818, numa

época em que são bem pouco numerosos, muito jovens e ainda pouco formados, este só lhe poderá enviar dois, como que reconhecendo uma dívida para com o pároco que lhe deu a oportunidade de se libertar, pela instrução, de um destino medíocre. Ao fundar Irmãos, seu desejo era de prestar a outros o mesmo serviço.

O falecimento do último dos Champagnat, não “de pouca idade”, mas em dezembro de 1803, com treze anos, levou-me, portanto, à hipótese de que o último da família Champagnat teria sido um menino deficiente. E esse problema me conduziu a uma interrogação sobre a libertação que foi a vocação de Marcelino, filho de Jacobino, num contexto pós-revolucionário, num ambiente pesado e estreito. Finalmente, a grande compaixão do Padre Champagnat para com os doentes e sua afirmação de que eles são uma bênção para uma casa, encontram talvez sua fonte na sua proximidade com um irmão deficiente. Mas é preciso examinar mais detalhadamente o processo da relação de Champagnat com os doentes e os enfermos.

ANEXO

EXTRATO DO REGISTRO PAROQUIAL DE MARLHES



Extrato do registro paroquial de Marlhes

- Linha 3:** “Jean Baptiste Champagnat, de 23 anos de idade, falecido em Rozet, o 7º”: acrescentado acima da linha: “em 21 set (embro) 1803”; abaixo da linha: “em 3 (?) set(embro) 1803”.
- Linha 14:** “Benoît (acima “joseph”) Champagnat de 10 (corrigido “13”) anos de idade, falecido em Rozet em 20 Xbro 1803”
- Linha 28:** “Jean-Baptiste Champagnat, com cerca de 50 anos, falecido em Rozet, em 12 de junho de 1804”.

A “PROMESSA” DOS IRMÃOS DE 1826

Na verdade,
os estatutos primitivos
do ramo dos Irmãos



Ir. André Lanfrey

Muitas coisas foram ditas recentemente sobre o Formulário de 23 de julho de 1816. Parece-me oportuno agora chamar a atenção sobre um documento similar, saído do ramo dos Irmãos: a “Promessa” da qual nos

restam duas versões. A primeira, com data de 1826 (OMI/168), e a segunda, reportada na *Vida* de 1856 (Cap. 15, p. 145-146): “da mão do piedoso Fundador”, nos diz o Ir. João Baptista.

Promessa de 1826 (OMI/168)	Vida, cap. 15, p. 145
<p>Nós, abaixo assinados, para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria, Mãe de nosso Senhor Jesus Cristo, certificamos e garantimos que nós nos consagramos, por cinco anos, a contar deste dia mil oitocentos e vinte e seis, livremente e muito voluntariamente, à piedosa associação dos que se consagram, sob a proteção da bem-aventurada Virgem Maria, à instrução cristã dos meninos (sic) do meio rural.</p>	<p><i>Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Virgem Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo.</i></p> <p><i>Nós, abaixo assinados, certificamos e atestamos que, a partir de hoje, por livre e espontânea vontade, consagramo-nos a Deus, por cinco anos, na pequena associação dos Pequenos Irmãos de Maria, para trabalhar incansavelmente pela vivência de todas as virtudes, em nossa santificação e na educação das crianças do meio rural.</i></p>
<p>Nós entendemos: em primeiro lugar, não procurar senão a glória de Deus, o bem de sua Igreja Católica, Apostólica e Romana, a honra da augusta Mãe de nosso Senhor J(esus) C(risto).</p>	<p><i>Assim, nos propomos a:</i></p> <p><i>1° – procurar tão somente a glória de Deus, a honra da augusta Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e o bem da Igreja católica, apostólica e romana;</i></p>
<p>Em segundo lugar, nós nos comprometemos a ensinar gratuitamente aos indigentes que o Sr. Cura do lugar nos apresentar: 1° o catecismo, 2° a oração, 3° a leitura, o respeito aos ministros de Jesus Cristo, a obediência aos pais e aos príncipes legítimos.</p>	<p><i>2° – nos comprometemos a ensinar gratuitamente a todos os meninos indigentes, apresentados pelo Pe. Vigário da Paróquia e ensinar-lhes, assim como a todos os demais meninos que nos forem confiados, o catecismo, a oração, a leitura, a escrita e as outros conteúdos do ensino primário, segundo as necessidades deles;</i></p>

Em terceiro lugar, nós queremos nos comprometer a obedecer, sem contestação, a nosso superior e aos que por sua ordem nos serão prepostos.	3º – <i>comprometemo-nos a obedecer, sem contestação, a nosso superior e a todos quantos ele designe para dirigir-nos;</i>
Em quarto lugar, nós nos prometemos a guardar a castidade.	4º – <i>viver a castidade;</i>
Em quinto lugar, nós colocamos tudo em comunidade.	5º – <i>colocar tudo em comunidade.</i>

Um comentário crítico desses documentos já foi feito pelo Ir. Balko¹ que particularmente mostrou que não se trata de uma fórmula de profissão, mas de um contrato coletivo de compromisso numa associação de professores cristãos, segundo o espírito da Sociedade de Maria. A versão de 1826 é certamente a mais antiga, especialmente porque ela não dá ainda à associação o nome de “Pequenos Irmãos de Maria” (ver 1º parágrafo), embora esse título oficial exista desde 1824². A versão do Ir. João Baptista nos garante que em 1826 esse documento está concluído, pois que a versão de 1856 não modifica nada de essencial. Ficam três questões sobre esse documento fundamental: sua ancianidade, as etapas eventuais de sua elaboração e, sobretudo, seu status verdadeiro. Não seria, com efeito, uma primeira constituição do ramo dos Irmãos?

1. “A PROMESSA” COLETIVA E AS PROMESSAS INDIVIDUAIS

A fonte essencial da história dessa promessa é o começo do capítulo 15 da Vida do Fundador (p. 145-146), no qual o Ir. João Batista se interessa sobretudo da instauração dos votos em 1826. De acordo com ele, a promessa “continha em princípio todas as obrigações da vida religiosa” e, portanto, não era senão uma antecipação dos votos. Mas não é tão simples: os votos são compromissos individuais, e a promessa é coletiva: “Nós, abaixo assinados...”.

Entretanto, em outras passagens, o Ir. João Batista evoca claramente promessas individuais primitivas. Assim (cap. 15, p. 145) “desde o começo ele (Champagnat) prescrevera aos Irmãos promessas de fidelidade a Deus e à vocação”. Um pouco além (p. 146) ele esclarece que “cada Irmão

¹ “Promessa dos primeiros Irmãos”, em FMS, 1978, n. 31, p. 412, e n. 32, p. 424.

² O prospecto emprega pela primeira vez a expressão “Petits Frères de Marie”.

assine essa promessa de joelhos e diante da comunidade reunida”. Ele parece, pois, amalgamar duas “promessas” diferentes: uma coletiva, que nos é conhecida; a outra individual “a Deus e à sua vocação” que faria parte do rito de entrada na associação com assinatura e tomada de hábito. Esse rito remontaria ao fim de março de 1817, data da tomada de hábito de J.M. Granjon e J.B. Audras (Ir. Louis).

2. O IR. LOUIS E A ORIGEM DA PROMESSA COLETIVA

Sobre as origens da “promessa” coletiva, nós dispomos, na *Vida* (p. 145) e em *Biographies de quelques Frères* (p. 11), de dois relatos muito próximos narrando a oposição do Ir. Louis a esta aqui. **Vida, cap. 15, p. 146**

Vida, cap. 15, p. 146	Biografia do Ir. Louis
<p>“Cada Irmão assinava essa promessa, de joelhos, perante a comunidade reunida. Vê-se que ela continha, em princípio, todas as obrigações da vida religiosa, e o Pe. Champagnat não deixava de salientar isso aos Irmãos quando os admitia a pronunciá-la”.</p>	<p>“Após dois anos de noviciado, para deter a inconstância humana e fixar a vocação de seus primeiros Irmãos, ele (Champagnat) lhes propunha fazer a Deus uma promessa de fidelidade. Por essa promessa, os Irmãos se obrigavam a trabalhar na sua santificação, a instruir os meninos, particularmente os pobres, a obedecer a seu superior, a guardar a castidade e a colocar tudo em comunidade.</p>
<p>A primeira vez que se tratou de tomar esse compromisso, no fim de 1818, o Irmão Louis, que tinha uma consciência extremamente timorata, e que era com razão escrupuloso observante de tudo o que prometia a Deus, ficou assustado com as obrigações que se tratava de contrair; ele se recusou a assinar, apesar dos conselhos do Padre Champagnat e dos convites amigos dos outros Irmãos”.</p>	<p>A primeira vez que se tratou de tomar esse compromisso, no fim de 1818, o Irmão Louis, que tinha uma consciência extremamente timorata, e que era com razão escrupuloso observante de tudo o que prometia a Deus, ficou assustado com as obrigações que se tratava de contrair; ele se recusou a assinar, apesar dos conselhos do Padre Champagnat e dos convites amigos dos outros Irmãos”.</p>

A biografia do Ir. Louis, certamente anterior à *Vida*³, afirma claramente que a “promessa” coletiva completa foi proposta aos Irmãos desde o fim de 1818, sem dúvida no mo-

mento de um retiro, quando sua associação, nascida em 2 de janeiro de 1817, não tinha dois anos completos de existência e bem poucos membros⁴. Além disso, tratar-se-ia já de

³ Ele morreu em 1847, e o Ir. João Batista explora uma biografia primitiva.

⁴ Mas nossas fontes certamente não guardaram a memória de todos os Irmãos dos começos.

um texto completo de 1826 e não de uma primeira versão breve. Pensei inicialmente que o Ir. João Batista, cuidadoso em mostrar que a prática das virtudes religiosas (obediência...) era original, e ele tinha que pensar numa construção mais progressiva dessa promessa coletiva. Eu concebia sua realização definitiva, não antes do final de 1819: quando o Pe. Champagnat estrutura sua comunidade, fazendo-lhe escolher um diretor e estabelecendo um começo de regulamento religioso, antes de vir morar com os Irmãos (*Vida*, cap. 6, p. 64-67).

Mas dois elementos me levaram a modificar minha interpretação: uma datação claramente afirmada⁵ e sobretudo a coincidência entre essa data da resistência do Ir. Louis e seu envio a Marlihes no fim de 1818 ou começo de 1819, assim como o afastamento de seu irmão (Laurent) no Bessat muito provavelmente no mesmo ano. Em suma, os dois irmãos Audras se retiram do lar da associação.

No entanto, as pontes não são rompidas, como sugere o Ir. João Batista na *Vida* (p. 146) ao apresentar uma conversa entre o Ir. J.M. Granjon e o P. Champagnat. O primeiro se “escandaliza” dessa oposição, enquanto M. Champagnat opta pela paciência: “ele (o Ir. Louis) assinará mais tarde”. Esse diálogo nos informa, ademais, sobre a identidade dos dois promotores dessa promessa coletiva, um mais intransigente, o outro mais flexível.

Em 1818-19, a associação teria vivido, portanto, segundo dois modos de compromisso. E o processo de adesão à promessa coletiva de 1818 se encerra no retiro do fim de 1819, pela nomeação de J.M. Granjon como diretor, seguida da instalação de Champagnat com os Irmãos. Os dois Audras finalmente aceitaram essa alteração, mas outros puderam se retirar. Sob a liderança do conjunto Champagnat-Granjon, a associação primitiva se orientou para a comunidade religiosa após um tempo de crise, mas também de reflexão, de um ano.

3.O DOCUMENTO PRIMITIVO, DE 1817?

A retirada sem ruptura do Ir. Louis, e provavelmente de seu irmão, em 1818-1819, não pode ser compreendida senão como a ligação a um primeiro estatuto da associação que o projeto de 1818 não anulou. Há, portanto, manifestamente continuidade de um a outro, o Ir. Louis não contestando sua pertença à associação por cinco anos, mas as novas obrigações que ela impõe, a saber: as promessas de obediência, castidade e colocação em comum dos bens. É o que diz, aliás, o Ir. João Batista: “o Ir. Louis [...] apavorou-se com as obrigações que isso implicava” porque se deu conta que elas mudavam a natureza da associação.

⁵ Que supõe que o Ir. João Batista recolheu um testemunho preciso, provavelmente do próprio Ir. Louis.

Há, pois, uma primeira etapa dessa promessa coletiva que podemos situar no momento da primeira tomada de hábito, no fim de março de 1817. Com efeito, quando J.M. Granjon e João Batista Audras se reuniram em comunidade, em 2 de janeiro de 1817, é pouco provável que tenha sido escrito um documento de fundação. Mas a tomada de hábito, em março, supunha um documento coletivo servindo de fundamento aos compromissos individuais. Eu suponho, portanto, um contrato moral elaborado entre janeiro e março de 1817, assim formulado:

“Nós, abaixo assinados, para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria, Mãe de nosso Senhor Jesus Cristo, certificamos e asseguramos que nós nos consagramos por cinco anos a contar deste dia [...], livremente e muito voluntariamente, à piedosa associação dos que se consagram, sob a proteção da bem-aventurada Virgem Maria, à instrução cristã dos meninos (sic) do meio rural. Nós entendemos: em primeiro lugar, não procurar senão a glória de Deus, o bem de sua Igreja Católica, Apostólica e Romana, e a honra da augusta Mãe de nosso Senhor J(esus) C(risto); em segundo lugar, nós nos comprometemos a ensinar gratuitamente aos indigentes que o Sr. Pároco do lugar apresentar, 1º o catecismo, 2º a oração, 3º a leitura, o respeito aos ministros de Jesus Cristo, a obediência aos pais e aos príncipes legítimos”.

Há nesse texto uma grande coerência: primeiro uma declaração geral de intenção seguida de dois artigos esclarecendo uma obrigação fundamental: o ensino desinteressado da doutrina cristã. E é bem o que diz o Ir. João Batista: “fidelidade a Deus e à sua vocação”.

É verdade que, nessa data, a associação ainda não exerce ação caritativa e catequética precisa, mas nós sabemos que pouco depois o Ir. J.M. Granjon começa a reunir meninos para os catequizar e alimentar, e que começam as catequeses nos lugarejos. Aliás, o P. Champagnat não reuniu discípulos para uma vida contemplativa, mas para o apostolado. Essa ação se exercerá somente para a glória de Deus, portanto, sem salário. Ela será gratuita para os meninos indigentes⁶, respeitando a autoridade do pároco. Ainda não é um projeto claramente escolar: a aprendizagem da leitura acompanha normalmente a do catecismo. Entretanto, a fronteira entre escola e catecismo é então extremamente tênue. Se a fórmula concernente à glória de Deus e a honra de Maria lembra o Formulário, não é seguro que os dois primeiros Irmãos conheçam com precisão o projeto da S.M.: daí a fórmula bastante inábil na definição da associação que não abrange o termo “Sociedade de Maria” nem mesmo “Irmãos de Maria”.

⁶ O que supõe que os meninos de famílias com alguns recursos pagarão.

4. UMA PROVÁVEL CRONOLOGIA

Tudo isso nos daria uma cronologia bastante restrita do documento coletivo dos Irmãos:

1. A entrada em comunidade de J.M. Granjon e J.B. Audras, em 2 de janeiro de 1817, sem contrato explícito, mas com a ideia de constituir uma comunidade apostólica paroquial sob a direção do P. Champagnat.
2. Redação da primeira parte do contrato coletivo, por volta de março de 1817, seguido de uma aplicação, nos anos de 1817-1818.
3. No fim de 1818, proposição pelo P. Champagnat e J.M. Granjon de promessas de obediência, castidade, pobreza.
4. Do final de 1818 ao fim de 1819, divisão do grupo (La Valla, Marlies, Le Bessat), sendo o Ir. Louis o principal oponente.
5. Final de 1819, acordo sobre a proposição de 1818, dando à associação um caráter mais conventual e menos restrito a um lugar, sob a liderança de Champagnat-Granjon.

Ainda assim, não possuímos texto desses estatutos fundamentais dos Irmãos Maristas anterior a 1826 e que nossa cronologia repousa es-

sencialmente sobre o testemunho do Ir. João Batista. Permanece também a questão da promessa individual dos Irmãos, certamente diferente do contrato coletivo.

5. IMPORTÂNCIA DO MANUSCRITO 302 DO IR. FRANCISCO

As notas do Ir. Francisco permitem resolver parcialmente essas questões. No seu primeiro caderno de “*Pensées-retraites*” [“Pensamentos-retiros”] (A.F.M. 5101. 302), iniciado no retiro da comunidade, em 1819⁷, aquele que vai tomar o hábito e pronunciar um compromisso pessoal, mistura reflexões, resoluções pessoais e alusões precisas à promessa coletiva e àquela que ele deve pronunciar:

“[1] Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.
Ó Santíssima Trindade (S. Francisco Xavier)
Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria. 1º RETIRO de 1819 (P. Champagnat)
1º Lembrar-me-ei da presença de Deus... ao rezar, ao lecionar, ao caminhar, nas minhas recreações, nas minhas refeições e agindo em tudo com uma santa modéstia para a glória de Deus, a honra de Maria e o bem da Religião.
2º Ensinarei aos meninos o respeito, o amor e a obediência que devem **a seus pais e a seus superiores, e principalmente o catecismo e a oração.**”

⁷ No local em que se tornará depois o quarto do P. Champagnat,

[2] Propor-me-ei em tudo o exemplo de Jesus, de Maria e dos Santos (1820).

Depois ensinarei, a exemplo de Jesus, meu mestre e meu modelo. (act. 1) »

Em 1822 ele acrescenta:

“Não cometerei jamais o menor pecado, qualquer que seja, deliberadamente, mas evitá-los-ei todos com cuidado.

Viver como podendo morrer a cada instante, como estando prestes a morrer e como estando já morto, me representando esses diversos estados diante de Deus. Esse pensamento tranquiliza contra todas as surpresas da morte, dá confiança e fervor e enche a alma de consolações e de alegria (Judde, Gde retiro, T.V, p. 179)*

Só procurar a glória de Deus, a honra de Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e o bem da santa Igreja católica, apostólica e romana, segundo os fins da ordem (Judde, Retiro religioso, 4º dia, 1ª medit. T. 38) Obedecer sem contestação a meu Superior e aos que, por sua ORDEM, ME SERÃO PREPOSTOS, COMO SE Jesus Cristo em pessoa me ordenasse...

De dizer-me muitas vezes: ad quid venisti? (para que vieste?)

Falar sempre com densidade, prudência e doçura, tanto aos meninos, como aos Irmãos ou a quem quer que seja, e quando tiver recebido algum descontentamento de alguém, nada dizer, nada fazer, até que a paz não tenha voltado para mim”.

Convergências entre o Ir. Francisco e as “promessas” mais tardias.

Ir. Francisco (Coletânea 302, 1819, 1822)	Promessa de 1826 (OM1/168)	Vida, cap. 15, p. 145
[1] Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Assim seja.		
Ó Santíssima Trindade (São Francisco Xavier)		
Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria.	1 - Nos, abaixo assinados, para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria, Mãe de nosso Senhor Jesus Cristo, [...]	1 - Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Marie, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo. [...]

⁸ Estas referências ao P. Judde foram adicionadas mais tarde.

<p>1º RETIRO de 1819 (P. Champagnat)</p>		
<p>1º Lembrar-me-ei da presença de Deus... ao rezar, ao lecionar, ao caminhar, nas minhas recreações, nas minhas refeições, e agindo em tudo com uma santa modéstia para a glória de Deus, a honra de Maria e o bem da Religião.</p>		
<p>2º Ensinarei aos meninos o respeito, o amor e a obediência que eles devem a seus pais e a seus superiores, e principalmente o catecismo e a oração.</p>	<p>5 - Em segundo lugar, nós nos comprometemos a ensinar gratuitamente aos indigentes que o Senhor cura do lugar apresentar 1º o catecismo, 2º a oração, 3º a leitura, o respeito aos ministros de Jesus Cristo, a obediência aos pais e aos príncipes legítimos.</p>	<p>2 - Nós nos comprometemos a ensinar gratuitamente a todos os meninos indigentes que o Sr. vigário da paróquia nos apresentar, e a lhes ensinar, como também a todos os outros meninos que nos forem confiados, o catecismo, a oração, a leitura, a escrita e as outras partes do ensino primário, conforme as necessidades.</p>
<p>1822</p>		
<p>Só procurar a glória de Deus, a honra de Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e o bem da santa Igreja católica, apostólica e romana, segundo os fins da ordem (Judde, Retiro religioso, 4º dia, 1ª medit., T. 3)</p>	<p>4 - Nós entendemos: em primeiro lugar, só procurar a glória de Deus, o bem de sua Igreja Católica, Apostólica e Romana, e a honra da augusta Mãe de nosso Senhor J(esus) C(risto).</p>	<p>Nós entendemos, portanto: 1. Só procurar a glória de Deus, a honra da augusta Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e o bem da Igreja católica, apostólica e romana.</p>
<p>Obedecer sem contestação a meu Superior e aos que, por sua ordem, me serão prepostos, como se Jesus Cristo em pessoa me ordenasse.</p>	<p>6 - Nós entendemos, em terceiro lugar, nos comprometer a obedecer sem contestação a nosso superior e aos que por sua ordem nos serão prepostos.</p>	<p>3. Nós nos comprometemos a obedecer sem contestação a nosso superior e a todos os que por sua ordem serão prepostos para nos conduzir.</p>

Graças ao Ir. Francisco, nós temos a certeza de que a “promessa” de 1826 existe já em 1819-1822. Isso não é um pequeno resultado. Por certo, existem algumas variantes entre as três versões. É um pouco surpreendente que na de 1826 já se tenha introduzido o termo “Pequenos Irmãos de Maria”, mas trata-se de um texto patrimonial que se deve modificar prudentemente. O Ir. João Batista, nomeia a associação (Pequenos Irmãos de Maria) e suprime a alusão aos príncipes legítimos. E essa supressão sugere que seu texto é datado depois da revolução de 1830. Com efeito, os partidários do regime deposto se consideram como “legitimistas” e veem a dinastia de Orléans como usurpadora. É, pois, provável que a versão de 1856 tenha sido redigida por Champagnat pouco depois de 1830, para evitar interpretações políticas, embaraçadoras e talvez fontes de conflito entre os Irmãos. Essa versão tardia indica também que a instauração dos votos não alterou a constituição fundamental dos Irmãos, que continua a ser válida mediante algumas atualizações.

Ademais, os votos dos primeiros Irmãos, a partir de 1826, são pronunciados “aos superiores da dita Sociedade de Maria⁹, segundo seus estatutos e seus fins”. Qual é o conteúdo desses estatutos e desses fins? Certamente o projeto de Fourvière em 1816, mas também a “pro-

messa” de 1819-26 e, sem nenhuma dúvida, toda uma tradição oral e práticas originais. Já em 1822, o Ir. Francisco havia falado “dos fins da ordem”, fórmula que parecia significar quase a mesma coisa. A partir de 1836, os Irmãos farão seus votos ao P. Colin “segundo as constituições e os fins da ordem”, nas quais eles compreendem, sem dúvida nenhuma, os estatutos de seu ramo, atualizados em 1817-1819. O Testamento espiritual de Champagnat, em 1840, será, no fundo, uma atualização dessas constituições e fins da ordem.

6. A FÓRMULA QUE CADA IRMÃO PRONUNCIOU

A insistência sobre o documento fundador dos Irmãos nos fez perder um pouco de vista o problema de promessas individuais, certamente formuladas em termos de consagração e não de contrato. Aparentemente, nenhum documento dá o texto dessa promessa. Mas, partindo do princípio de que a fórmula dos votos em 1826 se inspirava da promessa, eu penso que o Ir. Francisco, que faz seus votos perpétuos em 1826 (A.F.M. 5101.302), dá uma boa ideia, não somente da fórmula dos votos, mas também da promessa:

⁹ Champagnat é mesmo o superior dos Irmãos, mas os padres de L’Hermitage não têm superior.

“113] No ano de mil oitocentos e vinte e seis, décimo primeiro dia do mês memorável de outubro, no fim do retiro, tive a felicidade de receber meu Deus e de fazer os votos perpétuos de pobreza, de castidade e de obediência pelos quais eu me consagrei inteiramente a Deus, meu Pai, e a Maria, minha Mãe, sob a proteção de todos os anjos e de todos os santos, particularmente de meu bom anjo da guarda, de São João Francisco Régis e de São Francisco Xavier, pelos méritos e a intercessão dos quais espero obter da misericórdia de Deus a graça de os observar fielmente até o último suspiro de minha vida”.

O texto da fórmula dos votos perpétuos da Regra de 1837 (2ª parte, p. 16-17) é próximo:

“Prostrado a vossos pés, santíssima e adorabilíssima Trindade, no ardente desejo de procurar vossa glória, em presença de Maria, minha terna Mãe, de São José e dos outros Patronos da Sociedade, de meu bom anjo da guarda e de meus santos Patronos, faço voluntariamente e livremente os três votos perpétuos de pobreza, de castidade e de obediência ao superior da Sociedade de Maria, segundo as Constituições e os fins da Ordem. Dignai-vos, ó meu Deus, aceitar meus votos e meu devotamento; e vós, Maria, minha terna Mãe, recebei-me no número de vossos caros filhos. Assim seja”.

Nós podemos presumir que a fórmula da promessa pessoal de cada Irmão comportava uma invocação à Trindade, a Maria, aos anjos da guarda e aos santos patronos, seguida de

um compromisso por cinco anos na associação: tudo termina por uma invocação da qual o texto do Ir. Francisco parece próximo:

“obter da misericórdia de Deus a graça de os observar fielmente até o último suspiro de minha vida”.

Essa lista de intercessores se encontra, aliás, no fim do Testamento espiritual do P. Champagnat (*Vida*, p. 222-225):

“Que persevereis no santo exercício da presença de Deus [...] Que uma devoção terna e filial vos anime [...] por nossa Boa Mãe [...] Juntai, à devoção a Maria, a devoção ao glorioso São José [...] um de nossos primeiros patronos. Vós exercéis o papel de anjos da guarda [...] prestai a esses puros espíritos um culto particular”.

Com ou sem razão, eu encontro também uma ligação entre esses dois textos e as primeiras palavras do caderno 302 do Ir. Francisco, já citadas anteriormente, que me parecem um condensado de sua promessa pessoal de 1819. Com efeito, nós aí encontramos a invocação à Trindade e ao santo patrono, assim como a divisa marista:

“[1] Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, Assim seja.
Ó santíssima Trindade (S. Francisco Xavier)
Tudo para a maior glória de Deus e a honra da augusta Maria”.

7. ESTATUTOS FUNDADORES DO RAMO DOS IRMÃOS NÃO UMA PROMESSA

A palavra “promessa” empregada pelo Ir. João Batista recobre duas realidades diferentes e de inegável importância: promessas individuais, cujo conteúdo tentei restituir; e os estatutos fundamentais do ramo dos Irmãos. Estes são estabelecidos desde 1818-1819, sendo as versões de 1826 e 1856 adaptações tardias. Esse manifesto encontrou seu núcleo primitivo em 1817, com o compromisso de formar, por cinco anos, uma associação sob o nome de Maria para a instrução cristã das crianças. Sua

importância ficará considerável visto que os votos temporários ou perpétuos serão pronunciados segundo “os estatutos e os fins”, depois “segundo as constituições e os fins da ordem”. Sobretudo, é preciso ver um laço fundamental entre esses estatutos e o Testamento espiritual de 1840.

Em 1830, esboçando uma história das origens dos Irmãos, o P. Bourdin (OM2/754 § 5), se espantava da “rapidez da obra”. Confesso que senti o mesmo espanto ao constatar que, ao contrário da crença popular sobre o espírito essencialmente prático de Champagnat, ele logo foi capaz de dar à sua obra uma forte identidade no seio da Sociedade de Maria.

GRANDEZA E DECLÍNIO DA PROVÍNCIA DE AUBENAS



Ir. Alain Delorme

AS CARTAS DE PROTESTO DO IR. PHILOGONE, ASSISTENTE DE AUBENAS (1892) E DO CONSELHO PROVINCIAL EM 1921

Apesar de uma tradição muito centralizada, as Províncias do Instituto estavam longe de serem construídas no século XIX segundo um padrão uniforme. Isso foi particularmente verdadeiro para as Províncias do Sul da França, Aubenas e Saint Paul. Se acreditarmos na carta do Ir. Philogone, homem sábio e ponderado, a política da administração-geral, quanto a essas duas Províncias ligadas tardiamente ao Instituto, e situadas de um lado e do outro do rio Rhône, não foi conduzida com a equidade que se podia esperar. A Província de Aubenas finalmente saíria do gueto territorial em que foi mantida!

Ela, com efeito, saíria, mas em condições muito desfavoráveis, a partir de 1903, fundando então o distrito de Pontós e a Província do Brasil Central. Mas a ereção da Província de León, em 1920, comprometeu

todo o renascimento duradouro, como afirmou o Conselho Provincial de então.

Tomando por base dois documentos-chave, evocaremos o destino de uma Província do Instituto inigualável em fecundidade de vocações, mas, tudo somado, considerada muito cedo como um reservatório de pessoal para o desenvolvimento global do Instituto.

1. BREVE CRONOLOGIA DA PROVÍNCIA DE AUBENAS

- Em 15 de abril de 1844: união com os Irmãos de Viviers. Em 3 de maio seguinte: chegada, de N-D de l'Hermitage, do Padre Besson, capelão, e do Irmão Louis-Bernardin, Diretor Provincial.
- Os Irmãos de Viviers, de 1810 a 1844, tiveram um desenvolvimento difícil. Quando da fusão, eram 60, incluídos 7 postulantes. O Padre Vernet, Vigário-geral, era seu fundador.

- Labégude foi Casa Provincial até 1878. Mal situada, à margem de uma estrada importante, tornou-se bem depressa pequena demais e foi substituída por uma vasta casa construída em Aubenas, cidade situada a 4 km, em 1878.
- O Irmão João Batista Furet foi Assistente de Saint-Paul e de Aubenas até 1860. A Província de Aubenas foi então confiada ao Irmão Pascal que só ficou um ano, sendo substituído pelo Irmão Philogone que a dirigiu durante 34 anos (cf. Maravilhosos Companheiros, p. 131-150).
- O Irmão Malachie (cf. Maravilhosos Companheiros, p.151-163) substituiu o Irmão Bernardin em Labégude em 1848. Ele afirmou muitas vezes que o Irmão João Batista, administrador das duas Províncias, levava todos os anos, de Labégude a Saint-Paul, um certo número de candidatos dos mais capazes, para assentar sobre boas bases essa última Província. Na data de 1861, sobre os 92 Estabelecimentos de Saint-Paul, 45 eram dirigidos por Irmãos “descendentes” de Labégude. Alguns Irmãos foram encaminhados também a Beaucamps. Mais de 300 jovens foram também afastados de sua Ardèche natal, alguns para as missões longínquas: China...
- 1874 a 1878: construção da Casa Provincial em Aubenas. As plantas são obra do Irmão Philogone. O Irmão Louis-Marie, apesar das dificuldades econômicas que o Instituto conhecia então, muito trabalhou para bem conduzir essa construção julgada prioritária. Ele escrevia numa carta de 8 de dezembro de 1873: *“Impossível retardar o noviciado de Aubenas. Dentro em breve teremos 300 Irmãos nos Retiros de Labégude, e a casa mal pode alojar convenientemente uma centena. A metade dorme no chão, num sótão sem luz e sem teto, sobre colchões de palha que se tocam e aonde só podem chegar deslizando”*.
- Em setembro de 1878, o noviciado de Labégude foi transferido para Aubenas.
- Em 1890, abertura do juvenato de Labégude. Até essa época só se admitiam candidatos de 15 anos, na maioria vindos diretamente das escolas. O 1º juvenato foi aberto em 1868 em Notre-Dame de l’Hermitage. A abertura dos juvenatos correspondia a uma mudança de mentalidade na opinião e industrialização da França que oferecia aos jovens possibilidades de emprego, especialmente nas ferrovias. Era preciso, portanto, “cultivar” as jovens vocações, entre doze e quinze anos.
- Em maio de 1891, foi fundado o Distrito da Argélia que contará até 18 escolas. Os jovens Irmãos iam lá fazer o serviço militar (mais curto na Argélia que na França).

Mas por trás dessa aparente prosperidade, o Ir. Philogone vai discernir problemas de fundo que punham em perigo sua existência.

2. CARTA DE 8 DE ABRIL DE 1892, DO IR. PHILOGONE, ASSISTENTE, AO IR. THÉOPHANE, SUPERIOR GERAL

Aubenas (Ardèche), 8 de abril
(totalmente confidencial)

Meu Reverendíssimo Irmão:

A correspondência de março terminou ontem. Eu aproveito o primeiro momento que ela me oferece para lhe submeter algumas reflexões a respeito da resposta que teve a bondade de me dirigir sobre um dos três meios propostos para o sustento do juvenato da Província. Fá-lo-ei tanto mais livremente, quanto mais vejo chegar o fim do meu mandato e, em consequência, estou pessoalmente mais desinteressado. Somente o bem geral me move a isso.

Eu lhe expus ultimamente a situação do juvenato e da Província tal como a vejo. Ao senhor, meu Reverendíssimo Irmão, de julgar se estou certo. Nós reconhecemos que já faz muito pelo juvenato e não saberíamos como ser mais gratos. Entretanto, sem mais recursos, impossível continuar. Quanto à proposta que lhe fiz de completar a Província, ele (sic) foram sugeridas outras, acompanhadas de objeções. Primeiramente falamos de completá-la parcialmente acrescentando as posições de Vigan e de outras casas de Gard, à medida que tenhamos Irmãos disponíveis para dispensar os de St Paul. Em verdade, uma estranha combinação, que já me fez, muitas vezes, o C. Ir. Bérillus! Mas será que estamos fazendo negócios entre nós? Será que ele pensa que nós vamos importunar os Irmãos, ano a ano, escola por escola? Será que alguma vez se procedeu dessa forma para formar as três Províncias do Centro?

“Não se poderia, dizem logo (o C. Ir. Bérillus) proceder a um desmembramento, sem produzir entre os Irmãos um efeito moral, oposições e protestos”. Desmembramento! Mas será um desmembramento colocar as coisas numa situação normal? Isso será, no máximo, devolver a Aubenas alguns dos cento e tantos Irmãos que aqui fizeram seu noviciado e sua educação. Essa interpretação de desmembramento é o fato, seja dito entre nós, do único Assistente atual de St Paul. Seu predecessor, o C. Ir. Nestor, julgava tudo isso de maneira diferente e propunha seriamente, faz doze anos, de ceder a Aubenas todas as escolas de Gard e de Hérault. Antes dele, o C. Ir. João Batista repetiu, muitas vezes, inclusive no Conselho do Regime, em sua presença, Meu Reverendíssimo Irmão: “O Rhône é o limite natural das duas Províncias, e a Casa Provincial estaria mais bem situada em Alais ou em Sommières, por ser mais central”. O R. Ir. Louis-Marie era totalmente do mesmo parecer, e a casa de Aubenas foi construída com a extensão que tem com a finalidade de realizar esse projeto. Dois anos depois, ele mesmo anunciou, em pleno retiro, que uma vez a casa terminada, a Província se completaria com a agregação das Escolas da margem direita do Rhône.

Quem, portanto, poderia, razoavelmente, ver um desmembramento na instauração do equilíbrio em duas Províncias, sendo que uma tem em excesso, nove departamentos, e a outra tem em falta, 2/3 de um departamento e ¼ de outro? "Mas, acrescenta-se (Ir. Bérillus), isso produziria uma crise moral, oposições e protestos". Por quê?

Segundo meu modesto parecer, isso seria julgar muito desfavoravelmente o espírito dos Irmãos. Será que os Irmãos não são todos membros do mesmo Instituto? Será que por passar oito dias de retiro numa Casa Provincial em vez de em outra, deixariam de ter o mesmo Superior-Geral e de seguir as mesmas Regras e os mesmos costumes? Estariam de tal modo vinculados a um Assistente, que já não poderiam suportar um outro? Tão fortemente apegados a uma região, que já não se acostuariam a outra? Mas, amanhã, esse Assistente já não estará mais nesse cargo, ou será designado para Aubenas. E então?... Se estiverem vinculados à sua escola, sentir-se-ão mais seguros ficando aí, do que se verem substituídos sucessivamente para não mais voltar. Por favor, que não nos tratem como crianças com as quais se brinca! Não tenho nenhuma dúvida de que as oposições e os protestos têm seu nascimento em outro lugar, e não no espírito dos próprios Irmãos.

O que há de profundamente deplorável nisso é que o Assistente de St Paul previna os Irmãos contra essa medida, como é deplorável que se propague e se acredite, sem nenhum fundamento (não consegui ler bem a palavra), que importune e guie o Superior. A autoridade não tem nada a ganhar, nem tampouco o espírito dos Irmãos com essas coisas, que se tornariam um germe de perturbação. Que podem pensar, por exemplo, das recomendações que lhes são feitas de evitar os Irmãos de Aubenas, e de se alojar de preferência em casa de estranhos do que em nossa casa? Isso não é fomentar a desordem entre duas Províncias, perfeitamente unidas no passado? Daí à desunião entre os membros do Regime, falta pouco.

Um pouco de susceptibilidade ou de estreiteza de espírito seria suficiente.

Deus me guarde de incriminar aqui as intenções, mesmo um excesso de zelo. Mas o que emerge dos fatos, é o tudo para si, que o acentua. Não se olha isso de perto; e, para acomodar-se, prescinde-se da ordem e das conveniências, contanto que haja juvenistas, postulantes, escolas e recursos. Faz vários anos que tive de assinalar, e não sou o único, essa tendência ao isolamento das Províncias. Se isso se acentuar ainda mais, quem vai centralizar depois todas as coisas para devolver ao Instituto a força moral, religiosa e administrativa, que tão bem estabeleceram nossos predecessores? Essa digressão à parte, de duas coisas em uma: ou se quer conservar a Província de Aubenas, ou extingui-la. Para extingui-la, basta deixá-la nos limites restritos em que se encontra, tanto no território quanto nos recursos, e deixar que St Paul continue a açambarcar as pessoas.

Para conservá-la e fortificá-la, são necessários fundos para a manutenção do juvenato, ou melhor, completar a Província agregando-lhe, uma vez por todas, todas as escolas da margem direita do Rhône até o Mediterrâneo. Então se terá não mais um desmembramento, mas duas Províncias idênticas, bem constituídas, com possibilidade de manter juvenato e noviciado, de se mover sem contrariedade e de colocar os Irmãos convenientemente, sem estar na embaraçante necessidade de submetê-los constantemente à atenção de seus pais e de seus conhecidos.

Esta é a exposição que julguei de meu dever submeter-lhe. Faça dela, com sua sabedoria, o que julgar bom. Desejo que somente o senhor tenha conhecimento desta carta, podendo utilizar o conteúdo dela como julgar conveniente. Que Deus o ilumine e Maria sempre o ajude. De minha parte, renovo-lhe o profundo respeito e a inteira submissão com que fui e continuo sendo, Meu Reverendíssimo Irmão, seu muito humilde e muito obediente servidor.

Irmão Philogone.

3. COMENTÁRIO

Essa carta foi escrita três anos antes do final do longo mandato de Assistente do Irmão Philogone, começado em 1861. Possuímos o rascunho dela, mas não a resposta do Irmão Théophile, ainda que o “Resumo histórico da Província de Aubenas, 1844-1920” (cf. Anexo) faça alusão a ela. Um elemento de resposta se encontra na breve nota da circular de 2 de julho de 1893, sob o título “SECCIONAMENTO”:

“Os Irmãos dos Estabelecimentos de Saint-Marcel (Ardèche), de Saint-Quentin, de la Roque, de Goudargue, de Notre-Dame de la Rouvière, de Saint-Hippolyte-du-Fort (Gard), de Saint-Bauzille-de-Putois, de Ganges (Hérault), irão fazer seu retiro em Aubenas e estarão doravante vinculados a essa Província” (cf. CSG, vol. VIII, p. 331).

“Seccionamento”, esse termo, que evoca a cirurgia, será que faz eco

ao termo “desmembramento”, empregado pelo Irmão Bérillus, Assistente da Província de Saint-Paul-Trois-Châteaux? Essa palavra foi vigorosamente recusada: pelo Irmão Philogone, que recordava o projeto do Irmão Nestor, Assistente de Saint-Paul de “ceder a Aubenas todos os postos (escolas) do Gard e de Hérault”; pelas palavras do C. Ir. João Batista sobre o Rhône, “limite natural das duas Províncias”, assim como as promessas do R. Ir. Louis-Marie.

O Irmão Bérillus, Assistente de Saint-Paul-Trois-Châteaux, agia em benefício de sua Província, mas esquecendo que Labégude, antes de Aubenas, enviou mais de uma centena de excelentes Irmãos à sua vizinha da margem esquerda do Rhône da qual estava agora encarregado. Sem dúvida, o temperamento desse Superior aparece através da carta do Irmão Philogone, como também nas notas do Irmão Victus (Céas Paulin)¹, que escrevia:

¹ Juvenista em Serres, em Hautes-Alpes, em 1890, e falecido em Saint-Paul em 23 de março de 1967.

“dizia-se dele (Bérillus), que teria sido um bom capitão de dragões”
(cf. Arquivos de Saint-Paul-Trois-Châteaux, B 85, p. 8).

As palavras do Ir. Philogone apontavam, portanto, diretamente o Ir. Bérillus falando de desmembramento de sua Província, quando St Paul ocupava nove departamentos, e Aubenas “os 2/3 de um departamento (*Ardèche*) e 1/4 de um outro (*Gard*)”. Referindo-se sempre particularmente ao Ir. Bérillus, este não hesita em escrever:

“O que emerge dos fatos é o tudo para si, que o acentua. Não olhamos isso (Ir. Bérillus) bem de perto; e, para nos acomodar, nos libertamos da ordem e das conveniências, contanto que tenhamos juvenistas, postulantes, escolas e recursos”.

Mas o Ir. Philogone leva mais longe sua reflexão, ao denunciar uma “*tendência ao isolamento das Províncias*”, que enfraquece no Instituto “*a força moral, religiosa e administrativa, tão bem estabelecida por nossos predecessores*”. É, portanto, a crítica implícita de um número significativo de Assistentes e mesmo do Ir. Théophane. Para ele, o tempo dos pequenos negócios² passou: Aubenas precisa de um território bordeando o Rhône “*até o Mediterrâneo*”.

O Irmão Philogone morreu em 1895, após trinta e quatro anos de serviço, sem ver realizadas as pro-

messas feitas com relação à Província da qual fora o Superior amado e prudente, embora sem os meios para uma expansão internacional. Em 1903, a introdução das novas Constituições consagrará até uma descentralização em Províncias, sempre controladas bem de perto por Assistentes, mesmo após a nomeação de Provinciais (cf. Anexo 2). Sobre tudo a secularização e o exílio foram catastróficos para uma Província sem distrito estrangeiro.

É verdade que, na falta de território metropolitano, a Província encontrou um território de expansão numa Argélia considerada então como um prolongamento da França, pois Marselha estava mais perto de Argel que de Lille. Mas as 17 escolas abertas entre 1891-1903 nos três departamentos e dioceses de Argel, Oran e Constantina, submetidas à secularização, desaparecerão em alguns meses, exceto duas escolas em Argel.

4. ESBOÇO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA APÓS 1892

O Resumo histórico da Província de Aubenas, 1844-1920 (ver Anexo) dá um apanhado da situação após 1903 com a difícil implantação em Pontós, na Catalunha espanhola, realizada às pressas e uma grande pobreza. A Província teve que devolver

² A anexação de algumas escolas do Gard (5), do Ardèche (1) e do Hérault (2), escolas nomeadas na Circular de 2 de julho de 1893, sob o título “Seccionamento”.

às suas famílias oitenta e quatro jovens por falta de espaço para acolhê-los. Ademais,

“Quarenta e dois Irmãos, em geral bem formados, dos quais 33 portadores do Brevê Elemental e 5 do Brevê Superior, foram incorporados ao Distrito do Cabo (África do Sul), sem outra compensação para a Província de Aubenas que o pagamento do vestuário e da viagem. Um mesmo número partiu para o Brasil Norte. Foi esse grupo que formou a Província desse nome”.

Essa última fundação, feita com urgência, tornou-se para a Província uma causa de preocupação devido ao recrutamento local que devia ser intensificado para enviar jovens da França. Não é sintomático que, em 1919, o juvenato Saint-Louis, de Ferrières-sous-Aubenas, se abra para enviar jovens do Ardèche ao Brasil, em detrimento das escolas da França mantidas pelos Irmãos secularizados?

Entretanto, pelo trabalho obstinado dos Irmãos, Pontós, em alguns anos, se tornou um centro de formação onde os jovens franceses foram logo substituídos pelos jovens espanhóis. Mas a situação econômica da Província permanecia precária, apesar das fundações no Oeste da Espanha, na região de León e na Galícia. Na França, as escolas vegetavam por falta de revezamento de recursos, apesar do devotamento e da abnegação dos Irmãos. A correspondência dos Superiores Provinciais com o Superior-geral e seus Assistentes que residiam em Grugliasco, perto de Turim, desde 1903, revela

as dificuldades que deviam afrontar, especialmente em relação ao recrutamento do pessoal e aos recursos econômicos. O fim do primeiro conflito mundial (1914-1918) não modificaria a situação.

Em 1920, a Província conheceu uma nova provação, vinda do interior e completamente imprevista. Tratava-se da decisão, tomada pelos Superiores, de criar a Província de León, na Espanha, desligando o distrito de Pontós. Essa maneira de governar era “normal” até o Concílio Vaticano II, que pôs em andamento a responsabilidade e a subsidiariedade no governo. Ainda em 1959, a decisão de dividir a Espanha marista em sete Províncias foi tomada, ao que parece, sem consulta prévia aos responsáveis locais, provocando uma tempestade nessa mesma Província de León.

No livro dos Anais da Província de Aubenas, na data de 22 de junho de 1920, lê-se:

“Numa conversa com a comunidade de Ruoms (então casa provincial), o C. Ir. Bassianus, Provincial, dá alguns pormenores sobre os novos Superiores e os principais trabalhos do Capítulo Geral. O Conselho-geral erigiu em Província o distrito de Pontós. O Ir. Bertuald é o Provincial da nova Província. Por motivos de administração, León foi escolhido como centro dessa Província, e todo o pessoal se concentra no Oeste espanhol. Conversações privadas entre o C. Ir. Flamien e Euphrosin, assim como o Ir. Bertuald, resultaram na venda de nossa casa de Pontós, que passa para o México. Essa nova combinação frustra a Província de Aubenas que, desde 1903, acumulou aí todas as economias e todo seu

recrutamento na esperança de encontrar preciosos recursos para nossas obras da França tão lamentavelmente comprometidas, e nos deixa sem noviciado e sem recursos para o futuro”.

Uma carta do Conselho Provincial de Aubenas ao Irmão Bertuald, nomeado Provincial da nova Província, com data de 4 setembro de 1920, esclarece a situação (ver Anexo). Ela exprime a ansiedade dos Irmãos que descobrem uma decisão de graves consequências para o futuro da Província de que são encarregados e que são postos diante do fato consumado. Em novembro de 1920, o Conselho Provincial interveio junto ao Conselho-geral para obter recursos com a finalidade de manter as obras da França. Nova intervenção em novembro de 1921. O novo Provincial, Irmão Joseph Ovide, numa carta detalhada descreve a situação da Província (Anexo). A exposição da situação se prolonga como um verdadeiro SOS, “cuja gravidade fará perder a extensão”, escreve ao terminar.

O Irmão Diogène, Superior-geral, lhe responde em 21 de dezembro, com algumas linhas de “conselhos e de consolações de um pai que se encontra na impossibilidade de socorrer um de seus filhos em necessidade”, como escreve o Ir. Joseph-Ovide, na carta em que acusa o recebimento, em 27 de dezembro. Em 22 de março de 1922, o R. Ir. Diogène visita a casa provincial, em Ruoms. O Ir. Provincial, numa moção em tom patético, declara:

“O senhor me encarregou de uma Província que tem direito a um reconhecimento especial porque é a Província das vocações religiosas. Somente para nosso Instituto, contamos 1.600 pessoas oferecidas por Ardèche. O senhor me confiou esses gloriosos escombros. Eu lhe grito, meu R. Ir.: ‘Salve-nos, perecemos!’”.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a França marista viu florir uma primavera de vocações. Isso valeu também para o Aubenas. Mas a calma não durou. Em 1949, uma nova Província do Sudeste nascia da fusão das duas Províncias do Sul: cada qual perdeu seu nome de origem. A nova Província reagrupava 173 Irmãos (87 de Aubenas e 86 de St Paul).

Que resta hoje do que foi a Província de Aubenas? A casa e a propriedade de Labégude, berço da Província, foram vendidas. Somente o panteão dos 135 Irmãos falecidos nesse local, de 1844 a 1878, recorda sua lembrança no cemitério municipal. Quanto à vasta casa provincial de Aubenas, construída conforme as plantas do Irmão Philogone, de 1874 a 1878, é um centro escolar cuja gestão depende hoje do ensino católico da diocese de Viviers. Ela tem o nome de “Conjunto Escolar São Francisco de Assis”. É sem dúvida um excelente patrono. Mas não poderá fazer esquecer o nome de “Pensionato da Imaculada Conceição”, o “PIC” ou “O IMMAC” para os numerosos alunos que o frequentaram sob a supervisão do Instituto Marista. Dois Irmãos aposentados garan-

tem ainda a catequese. Fazem parte da comunidade marista que reside em Ferrières, nos locais do antigo juvenato Saint Louis. É nossa última comunidade em Ardèche, com a do Cheylard que consta de três Irmãos, também aposentados.

Esperamos que essas comunidades continuem ainda presentes

por muito tempo em terras do Ardèche.

N.B.: O Irmão Alain Delorme foi interno do Internato Imaculada Conceição, em Aubenas, de 1940 a 1945. Artigo redigido em Saint-Paul-Trois-Châteaux, em 1º de agosto de 2015.

ANEXO 1

RESUMO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DE AUBENAS (1844-1920) (EXTRATOS)

...“Quando o caro Ir. Philogone, Assistente, foi enviado pelo Rd. Irmão Louis-Marie para tomar a direção da Província de Aubenas, em 1861, não encontrou nenhuma pessoa disponível para ser enviada aos estabelecimentos, situação que ele apresentou ao Reverendo Irmão! Foi-lhe dito que quando houvesse necessidade de pessoas, ser-lhe-iam enviadas de St Paul, pedido que foi obrigado a fazer no decorrer desse mesmo ano. O Ir. Ladislas, então Diretor Provincial, tendo perguntado a St Genis se precisava realmente fazer vir um Irmão, só recebeu uma resposta evasiva. Sabemos como depois ele voltou atrás”.

[...]

“Sob o R. Ir. Théophane, e na data de 8 de abril de 1892, o caro Ir. Philogone, Assistente da Província de Aubenas, sofrendo por ver sua Província sempre limitada aos 2/3 do departamento do Ardèche e ao distrito de Alais, no Gard, se queixava vivamente dessa situação ao R. Ir. Théophane e lhe dirigiu uma carta, conservada nos Arquivos, cujos termos surpreendem um pouco, tão evidente era a justiça da causa que ele defendia.

Como consequência de suas legítimas reivindicações, conforme uma decisão tomada no Conselho do Go-

verno geral, oito estabelecimentos, dos quais 6 situados no Gard e 2 no Hérault, passaram com seu Pessoal, à Província de Aubenas. Estava longe de responder ao que se esperava. Ademais, guardar-se-á por muito tempo a lembrança da maneira como se procedeu nessa circunstância em relação às pessoas que estavam nesses estabelecimentos. Todo aquele que tinha algum valor foi precipitadamente retirado e substituído por certos Irmãos de uma mediocridade bem conhecida ou que estavam em situação irregular com seu respectivo superior.

Assim, de acordo com o que precede, quatro causas principais explicam o pouco desenvolvimento da Província de Aubenas durante o período que transcorreu de 1844 a 1903, isto é, durante meio século:

1ª Certo número de pessoas formadas fornecidas à Província de St Paul e também a outras.

2ª Demasiado limitada em sua circunscrição.

3ª Poucos estabelecimentos importantes. Daí recursos muito restritos.

4ª Região pobre onde as coletas são desconhecidas porque impossíveis.

Apesar dessas causas de enfraquecimento, a Província de Aubenas possuía em 1903 93 casas na França e 17 na Argélia, com 575 Irmãos, 50 postulantes e 110 juvenistas.

A dispersão foi um golpe terrível para a Província, que não tinha casas no estrangeiro para onde se retirar. Desse fato, 80 jovens, dos quais não se sabia o que fazer, foram devolvidos às suas famílias. Quarenta e dois Irmãos, em geral bem formados, dos quais 33 possuidores do Brevê Elemental e 5 do Brevê Superior, foram incorporados ao Distrito do Cabo, sem outra compensação para a Província de Aubenas que o pagamento do vestuário e da viagem. Um número igual partiu para o Brasil Norte. Foi esse grupo que constituiu a Pro-

víncia do mesmo nome. A Argélia, Distrito florescente que contava 17 casas com um total de 120 Irmãos, se secularizou no próprio lugar. Foi uma grande desgraça. Porque era formada sobretudo de jovens Irmãos de 20 a 30 anos que, entregues a si mesmos pela nova situação, não tiveram a força moral de resistir às correntes de perdição.

O Noviciado de Aubenas e o juvenato de Labégude foram transferidos para Pont s. Mas, sempre pela mesma causa, a falta de recursos, essa casa de formação não se desenvolveu como se desejava. Atualmente, janeiro de 1920, o Distrito conta 20 casas, 160 Irmãos ocupados com aulas – 40 noviços, 40 postulantes e 50 juvenistas”.

ANEXO 2

EXTRATOS DOS ARQUIVOS DA PROVÍNCIA DE AUBENAS

O Conselho Provincial de Aubenas ao Ir. Bertuald, Provincial de León

J.M.J. Ruoms, 4 de setembro de 1920.

Meu Caro Irmão Provincial:

A notícia da ereção em Província de León, do antigo Distrito de Pontós, foi uma verdadeira surpresa para os Irmãos da Província de Aubenas. Todos ficaram penosamente impressionados. [...]

Os membros do Conselho Provincial de Aubenas, unanimemente, rejeitam a divisão de nossa Província em duas novas partes autônomas como sendo contrária às tradições do passado e sobretudo aos interesses gerais e particulares das duas novas Províncias. Parece-nos que seria oportuno diligenciar junto ao Conselho-geral para reverter a decisão tomada, a fim de conservar intacta nossa florescente Província de outrora. Será fácil, numa entrevista particular entre um representante plenipotenciário de Aubenas e o senhor, Caro Irmão Provincial, conciliar os interesses de cada um, colocando-se sempre e com sinceridade sobre o terreno do bem geral.

Não precisamos lhe assinalar a situação do pessoal da parte da França. É mais que lamentável. Um socorro urgente é necessário se não quisermos morrer dentro em breve. Mas em face de tão belas obras a manter, assinar nossa sentença de morte seria criminoso. Não poderia, desde agora, reatar nossa antiga união por uma ajuda imediata, embora seja um pouco tarde, estando seus envios já feitos? [...]

Os Membros do Conselho.

Nos Anais da Província de Aubenas (1901-1941)

Novembro de 1921: Nova intervenção do Conselho Provincial junto ao Conselho geral a fim de obter ajudas para manter nossas obras da França.

“O Conselho Provincial de Aubenas acredita ser de seu dever fazer conhecer ao R. Ir. S.-geral e aos membros de seu Conselho, por uma deliberação especial, a triste e inquietante situação na qual se encontra a Província relativamente ao pessoal de suas escolas, ao recrutamento das vocações e, para um futuro talvez próximo, à manutenção e ao desenvolvimento de certas missões nas Províncias distantes. Em consequência, vem respeitosamente expor o seguinte aos membros do Conselho-geral.

A Província de Aubenas contava, em 1903, mais de 600 Irmãos, todos originários do Ardèche, salvo algumas raras exceções. Como consequência da dispersão, um 1º grupo de 54 Irmãos, 40 dos quais com Brevê Elemental ou Superior, partiu para a África do Sul, cujo Distrito, nessa época, vegetava por falta de candidatos. Esse apoio considerável deu depressa um novo impulso a seus colégios. E, se nossas informações forem exatas, a África do Sul só teve que se felicitar pela boa gestão financeira dos Irmãos de Aubenas.

Um 2º grupo, ainda mais numeroso e de igual valor intelectual e profissional, embarcou para o Brasil. Por essa mesma época, de um geral “salve-se quem puder”, certo número de jovens – de 70 a 80 – foram forçadamente devolvidos à família porque não se sabia aonde enviá-los, pois a Província de Aubenas não tinha alojamento fora da França. Enfim, após essas três sangrias sofridas pela Província, o que restava de seu Noviciado tão mutilado foi refugiar-se em Pontós. Alguns raros professores e uma dezena de Irmãos empregados em trabalhos manuais seguiram o noviciado.

Entretanto, ficaram na França mais de 300 pessoas que continuaram a obra na secularização. Era um belo número. Infelizmente, não tardou em diminuir a cada ano, pois os jovens recrutados e formados na Espanha já não vinham a preencher os vazios produzidos pela morte nas fileiras dos Antigos. Tal era a situação de rápida progressão descendente para a Província Mãe, em 1920, com um pessoal reduzido a 115 Irmãos, na maioria idosos, quando Pontós foi separado definitivamente de Aubenas, cada um guardando suas posições respectivas. Produziu-se então o fato inaudito de que a Mãe, depois de consagrar todos os seus recursos em sustentar sua filha durante 17 anos e de lhe ter enviado, nesse mesmo tempo, todos os seus recrutados, achou-se despojada de tudo sem que nunca se lhe dissesse por quê. Ela não tem nem casa de Noviciado, nem pessoas para substituir as que tombam, menos ainda os quinhentos ou seiscentos mil francos tão penosamente recolhidos e que ela enviou aos poucos para Pontós, seja para a construção, seja para a manutenção dos jovens, independentemente daquilo que a Caixa Geral pôde fornecer nesse mesmo tempo.

Depois de mais um ano, os abaixo assinados, representantes da Província, não puderam compreender um tal gesto. E eles vivamente esperam que nunca haverá prescrição quanto às suas legítimas reivindicações e que a justiça seja feita.

Enquanto isso, eles sofrem as deploráveis consequências de uma tal medida pela falta de pessoal num departamento que, entretanto, forneceu, a diferentes Províncias, mais de 1.400 elementos para nosso Instituto. Desde então, cada ano, escolas são fechadas. É assim que três estabelecimentos tiveram de ser fechados em setembro passado, dois dos quais em capitais de cantão e o 3º numa paróquia religiosa que forneceu seis membros à Congregação, com três outros em perspectiva, mas que o fechamento forçado encaminhou para outro lugar.

A autoridade diocesana, dessa vez, ficou vivamente emocionada com a situação. Ela nos suplicou e com argumentos muito convincentes de não abandonar essas escolas. Diante de nossa impossibilidade de tê-las, por falta de pessoal, o Bispo apelou para outras Congregações. Os Irmãos das Escolas Cristãs acabam de abrir em St Martial com 4 professores. Os Marianistas, aos quais o Bispo se dirigiu, também estão para assumir algumas posições na diocese em vista do recrutamento de vocações. E é assim que outros recolhem o que nós não podemos mais conservar nesse domínio que, entretanto, era bem o nosso.

É profundamente lastimável para o presente e mais ainda para o futuro. Ademais, o Bispo de Viviers, que até agora se havia mostrado muito benévolo e simpático a nosso respeito, agora nos testemunha mais que frieza. Ultimamente, ao lhe pedirmos um capelão para Ferrières, tivemos esta resposta: “Vocês me pedem um capelão para seu juvenato de Ferrières... Não tenho outra resposta que aquela que que vocês dão a todos os meus pedidos de professores para minhas escolas. Ela é, no meu caso, mais sincera e mais justificada”.

O que não se pode compreender aqui, e o Bispo por primeiro, é que se abandonem as escolas, sobretudo as que fornecem vocações, para enviá-las depois ao estrangeiro.

Infelizmente — e o caso poderá se reproduzir ainda — muitos Irmãos vindos das Províncias distantes, este ano e originários do Ardèche, ficaram algum tempo nas suas famílias antes ou depois do Segundo Noviciado. Quando os vigários, de suas paróquias respectivas, os veem repartir para suas missões, quando na diocese as escolas fecham umas após as outras, eles não (mais) se contêm e empregam todos os meios para retê-los. Mas, como nunca conseguem, embora esses Irmãos pertençam a outras Províncias, é a de Aubenas, muito naturalmente, que sofre as consequências. “Não somente cometeis uma grosseira tolice, mas vos tornais culpáveis da mais gritante injustiça...”, nos bradava recentemente, com furor, um prelado cheio de zelo, se não de caridade. Nosso recrutador ouviu muitas vezes amenidades semelhantes a esta: “O Bispo nos disse no Retiro de não ceder nenhum candidato às Congregações que recusam mestres para nossas escolas. Nada para você aqui, siga seu caminho”.

Eis a verdadeira situação em que nos encontramos. O senhor vê, meu Revdo. Irmão, mais que penosa, ela chega a ser inquietante. Porque temos ainda essa triste perspectiva de sermos talvez forçados a abandonar, em breve, outras escolas cujos titulares não podem ir mais longe. Em todo o caso, e é aqui que chamamos particularmente a atenção do Conselho-geral, a Província de Aubenas não será infelizmente a única atingida. Quantos Irmãos originários do Ardèche estão empregados em outras Províncias? Não durarão sempre. E como serão substituídos, se a fonte que os forneceu estancou ou foi captada por outros? É fácil entrever em breve prazo um grande prejuízo para nosso Instituto. Será possível encontrar alhures outros centros de vocações que compensem tais perdas?

Queira Deus! Entretanto as de nossas regiões deram provas de sua valia. Sem querer exagerar, pode-se dizer que foram concludentes. Quanto a nós que, aqui, vemos o desenrolar dos fatos, não hesitamos em proclamar que há um sério perigo para nossas obras regionais em particular, como para aquelas do Instituto em geral e achamos ser de nosso dever assinalar sua iminência para os que presidem aos destinos do Instituto.

Este é o único motivo da exposição anterior cuja gravidade desculpa a sua extensão. Os membros do Conselho de Aubenas sentem-se felizes em aproveitar da ocasião para oferecer ao Revdo. Irmão e ao Conselho inteiro a homenagem de seu profundo respeito e de sua inteira submissão.

*Assinam: Irmão Joseph Ovide, Provincial,
e os Irs. Bassianus, Clarence, Garnier, Bernon.*

AS DÍVIDAS DE BARTHÉLEMY CHAMPAGNAT



Ir. Lucien Brosse e Ir. André Lanfrey

O Ir. Lucien Brosse, da comunidade de Marlhes, teve a oportunidade de fazer uma cópia de um documento em papel de 14,5 X 9,6 cm, escrito frente e verso, referente a Barthélemy Champagnat, irmão mais velho de Marcelino. Esse documento foi comunicado a ele em outubro de 2015 pela Senhora Michèle Cheynet (cujo sobrenome de solteira é Margot) residente em Rosey, em frente à capela. O selo que o adorna não é decorativo: trata-se de um papel timbrado, que dá valor jurídico oficial aos atos nele escritos quanto às dívidas inferiores a 500 F. Só pode ser obtido mediante o pagamento de uma taxa de 25 centavos. Esse tipo de documento era guardado preciosamente pelos cre-

dores que poderiam fazê-lo valer em caso de litígio entre credores e devedores. Isso explica por que, conservado na família Margot, ele chegou até nós. Esse escrito compreende, portanto, uma sequência de atos financeiros de 1835 a 1841 referentes às dívidas de Barthélemy, irmão mais velho de Marcelino Champagnat. Mas Barthélemy, tendo morrido em 20 de janeiro de 1838, deixou a seus herdeiros o cuidado de regrear uma sucessão no mínimo difícil.

Copiamos o documento sem o cuidado de manter a ortografia original um pouco aproximada e adicionando a pontuação. O documento comporta cinco recibos diferentes.

1. RECIBO BEM ESCRITO, DE JEAN BARTHÉLEMY CHAMPAGNAT

“Eu, abaixo assinado, Barthélemy Jean Champagnat, de Rosey, comuna de Marlhes, declaro ter recebido de Jean Montmartin, de Rosey, comuna de Marlhes, a soma de duzentos francos, em nove de outubro de mil oitocentos e trinta e cinco, e a soma de quatrocentos francos, em primeiro de maio de mil oitocentos e trinta e cinco¹. Os juros segundo as taxas da lei².

Champagnat”

¹ A primeira data indicava 1836 e um cinco foi depois colocado a mais.

² Provavelmente 5%.

2. RECIBO BEM ESCRITO, MUITO PROVAVELMENTE DE JEAN MONTMARTIN

“Eu, Jean Montmartin, de Rosey, Comuna de Marlies, reconheço ter recebido todos os juros do Sr. Barthelemi Champagnat até o ano de mil oitocentos e trinta e sete.

Eu, Jean Montmartin, de Rosey, comuna de Marlies, reconheço ter recebido a soma de trinta francos de Juros, de Jean Margo, do mesmo lugar, an³ 1838, em 4 de novembro”.

3. RECIBO MUITO MALFEITO, PROVAVELMENTE DE JEAN MARGOT

“Eu, Jean Montmartin, reconheço ter recebido de Jean Margo a soma de trinta francos de juros do presente bilhete, em seis de outubro de mil oitocentos e trinta e nove”.

Eu, Jean Montmartin, reconheço ter recebido de Jean Margot a soma de trinta francos de juro do presente bilhete, em três (ou seis) de outubro de mil oitocentos (quarenta?)”.

Jean Montmartin⁴

4. NOVO RECIBO, DE QUALIDADE MEDIANA

“Eu, abaixo assinado, Jean Montmartin, reconheço ter recebido de Jean Margot a soma de 185 F. pelos juros de 1841”.

³ Ano

⁴ Assinatura do recibo de Jean Montmartin.

5. RECIBO NOVO, DE UM HOMEM HABITUADO A ESCREVER, TALVEZ UM ESCRIVÃO

“Eu recebi de Jean Montmartin a soma de doze francos dos juros de 1841 de Jb Champagnat”.

Resumamos o conteúdo:

Data	Credor	Devedor	Soma
9/10/1835 01/05/1835	Jean Montmartin	B. Champagnat	200 F (empréstimo) 400 F (empréstimo)
1837	Jean Montmartin	B. Champagnat	juros 1836-37 pagos
04/11/1838	Jean Montmartin	Jean Margot	30 F de juros pagos
06/10/1839	Jean Montmartin	Jean Margot	30 F de juros pagos
06/10/1840	Jean Montmartin	Jean Margot	30 F de juros pagos
1841	Jean Montmartin	Jean Margot	185 F. de juros de 1841
1841	Inconnu.	J. Montmartin/ J.B. Champagnat	12 F pour juros de 1841

Nós podemos deduzir desse documento que em 1835 Jean-Barthélemy Champagnat pediu emprestada a enorme soma de 600 F, equivalente a dois anos de trabalho de um operário não especializado. Então, deve pagar anualmente 30 F de juros (5 % do empréstimo). Após sua morte, em 1838-40, é Jean Margot quem paga essa quantia. Em 1841, ele não paga apenas juros, mas reembolsa uma parcela do empréstimo, daí uma redução no custo de 12 F de juros que supõem uma dívida no montante de 240 F.

Antes, nos *Annales de l'Institut* (T. 1, § 33 p. 8), o Ir. Avit havia evocado essa falência. O Ir. Gabriel Michel, no artigo “Grandeza e decadência dos Champagnat”⁵, nos esclarece muito sobre a sucessão de Barthélemy, cuja filha Anne-Marie desposou, em 31 de maio de 1837, Jean Margot, natural de St Victor-Malescours. O contrato de casamento previu para Anne-Marie a dotação de um quarto da propriedade de Rozey, cuja avaliação não é conhecida. A mãe fez doação da quarta parte de seus direitos, ou seja, 4.000 F.

⁵ Publicado em *Cadernos Maristas*, nº 25, abril de 2002, p. 89-107.

Mas as dívidas paternas se elevavam a 7.540 F.

Numa carta de condolências, de 16 de março de 1838, a Marie Clermondon, sua cunhada⁶, Marcelino Champagnat, que então estava em Paris, reconhecerá: “ele não vos deixou grandes bens”. E acrescenta: “Dizei a Margot que serei bem feliz de conhecê-lo, que me alegro que ele seja vosso amparo na velhice; aos dois sobrinhos, que os receberei em L’Hermitage quando quiserem ir”.

A família, portanto, enfrentou a situação para salvar o que pôde e colocar os sobreviventes: a mãe na

casa da sua filha, e as crianças com o tio. E entendemos por que é Jean Margot quem paga os juros das dívidas. O Ir. Avit (Anais § 33, p. 8) esclarece que Jean-Barthélemy “foi obrigado a vender a casa do seu pai ao Sr. Courbon”⁷. Essa venda certamente não ocorreu enquanto Barthélemy vivia; mas quando vemos a dificuldade da família para pagar uma única dívida, a situação não podia melhorar sem sacrificar uma parte da propriedade. Embora muito parcial, esse documento, portanto, levanta um canto do véu sobre o colapso econômico do irmão mais velho de Marcelino do qual conhecemos apenas as grandes linhas.

⁶ CHAMPAGNAT, Marcelino. Trad. Ir. Sulpício José, Ir. Ireneu Martin. **Cartas**. São Paulo: SIMAR, 1997, p.378, n° 180.

⁷ Mas ele confunde as dívidas do pai e as dos dois filhos: Barthélemy e Jean-Pierre.

O PADRINHO DE MARCELINO CHAMPAGNAT



Ir. Lucien Brosse e Ir. André Lanfrey

Nos *Annales de l'Institut* (T. 1, § 28, p. 3), o Ir. Avit copiou a ata de batismo de Marcelino Champagnat:

“No ano de 1789 e no 20º de maio, nasceu e foi batizado, no dia seguinte, Marcellin-Joseph-Benoît Champagnat, filho legítimo de Jean-Baptiste Champagnat, lavrador de Rozey, paróquia de Marlihes, e de Marie-Thérèse Chirat. Seu padrinho, Marcellin Chirat, seu tio; e sua madrinha, honesta¹ Marguerite Chatelard, sua prima por casamento”.

Assinaturas:
“Chirat, Chatelard,
Allirot pároco”

Esse documento nos diz, portanto, que o menino recebeu o nome de seu padrinho, o qual sabia assinar o nome.

O Ir. Lucien Brosse, da comunidade de Marlihes, reencontrou o monumento funerário da família Chirat-Courbon onde figura o nome de Marcellin Chirat. E um túmulo-capela situado no cemitério da comuna de St Régis-du-Coin², que anteriormente fazia parte da paróquia de Marlihes. Não é certamente a primeira sepul-

tura de Marcellin Chirat, mas um monumento mais comemorativo que funerário, como procurarei mostrar mais adiante.

Eis a cópia, pelo Ir. Lucien Brosse, das inscrições gravadas sobre uma placa no interior desse monumento no topo da qual encontramos uma cruz com a invocação “Jesus, Maria, José”, depois a inscrição funerária clássica: “Pie Jesu, dona eis requiem sempiternam” (Compassivo Jesus, dai-lhes o repouso eterno). Em seguida, vêm os nomes das pessoas cujos corpos não se tem certeza de que repousam nesse lugar³:

“Marcellin Chirat 1747-1799.
Esposo de⁴: Catherine Frappa (1750-1810).
Marcellin Courbon (1763-1830).
Esposo de: Marie Chirat (1782-1845)
Augustin Sauvignet (1801-1870).
Esposo de: Marguerite Courbon (1807-1875)
Tio, padrinho, primos do venerável
Marcellin Champagnat, filho de Jn.Bte e
de Marie-Thérèse Chirat (1789-1840)”.
“RECORDAÇÃO, HONRA, RECONHECIMENTO”

¹ Título dado a pessoas honradas, mas não nobres.

² No canto, à esquerda de quem entra.

³ O cemitério foi criado mais tarde, depois da criação da comuna, durante o século XIX.

⁴ Ver a foto para a disposição exata das inscrições.

Quais os conhecimentos complementares que esse monumento nos traz? Inicialmente, que foi realizado depois de 1896, visto que é o ano em que Marcelino Champagnat recebeu o título de venerável⁵. E como as inscrições não mencionam outros falecidos a não ser os parentes mais próximos do venerável, é mais uma homenagem da família Chirat-Courbon a um de seus membros de prestígio, e àqueles que o conheceram, do que um catálogo de falecidos.

Esse monumento é também um meio de venerar um santo que ainda não chegou à canonização. Se lhe fosse dado um culto público, sua causa de beatificação poderia ficar comprometida⁶. Um monumento familiar e funerário permite, portanto, uma discreta veneração.

Quanto a Marcellin Chirat, irmão de Marie-Thérèse, sabemos que, como ela, é natural da aldeia de Malcognière (*Annales* t. 1, § 12, p. 13), a leste da paróquia como Rozey. Quando se tornou padrinho de Marcellin Champagnat, já era um homem idoso (42 anos) e morreu dez anos mais tarde. Marcelino, durante a infância, teve tempo de conhecê-lo. Sua esposa, Catherine Frappa, que morreu em 1810, com 60 anos, conheceu o jovem Marcelino.

O estudo desse túmulo-capela nos permite, portanto, alargar um pouco nosso conhecimento sobre a família de Marcelino Champagnat sobre a qual nossos conhecimentos são muito fragmentários; e também encontrar fora do Instituto uma demonstração monumental da boa memória sobre um santo que é visto não como fundador, mas como um parente de prestígio.

⁵ A inscrição evocando Champagnat poderia ter sido gravada muito depois dos nomes, mas o conjunto parece ter uma grande unidade que deixa pouco lugar para essa hipótese.

⁶ No processo há uma pesquisa de “non cultu”.

A INFORMATIZAÇÃO DE NOSSOS ARQUIVOS



Ir. Paul Sester

O cuidado com nossos arquivos remonta ao início do Instituto, quando um dia o Padre Champagnat, dirigindo-se ao Ir. João Batista, lhe disse:

“Você, meu caro Irmão, que tem uma memória fiel, você deverá escrever aquilo que nós fazemos e o que dizemos hoje; eu o encarrego de tomar nota de tudo o que pode edificar os Irmãos ou lhes servir de regra mais tarde”
(Biographies de quelques Frères, Préface XIX).

E o Padre Fundador parece manter sua ideia, visto que a submete ainda aos fundadores de estabelecimentos com estas palavras:

“Desejaríamos ter um relato histórico da fundação do seu estabelecimento de nossos Irmãos na sua comuna... Ficariamos encantados de receber de sua parte essas diversas informações para as conservar nos arquivos da casa principal...”
(O.F.M., vol. 2, n. 275).

Mas não foi imediatamente que constatamos o efeito desse pedido. É possível que o Irmão João Batista tenha aproveitado as informações, conservando-as apenas sob a forma que lhes deu nas conferências e instruções aos Irmãos. Seja como for, a história dos anos seguintes só conservou poucos documentos, à parte as cartas do Fundador e as pesqui-

sas feitas pelo Irmão Avit sobre o desenvolvimento dos estabelecimentos. De fato, em nenhum lugar ele menciona documentos nas instruções aos jovens Irmãos no decorrer dos anos de formação para lhes assegurar o conhecimento do Fundador.

É a partir de 1955 que, por parte dos Padres Maristas, o Padre Jean Coste, pela publicação das “*Anti-quiores textus Constitutionum Societatis Mariae*”, como também, por parte dos Irmãos Maristas, o Irmão Louis-Laurent, por seus artigos no *Bulletin de l’Institut*, “*Contribuição a uma retomada dos trabalhos sobre as origens dos Pequenos Irmãos de Maria*”, vão revelar a existência dos arquivos para certificar as afirmações na evocação da história.

Quando fui designado a realizar os nove meses de reciclagem espiritual em Roma, em 1966, foi para mim uma verdadeira descoberta conhecer a existência de manuscritos do Padre Champagnat. E aproveitava momentos livres para ir consultar as cartas e os outros documentos referentes às origens de nossa congregação. Logo me pus a copiar as cartas no intuito de torná-las conhecidas pelos meus coirmãos da Província.

Nomeado Provincial no final desse curso, aproveitei de minha autoridade para publicar essas cartas. Meu secretário provincial, o Irmão Léonce Plaisance, com ufania as informatizou sob forma de volume, e o Irmão Crétallaz, diretor da impressão da revista “Voyages et Mission” [“Viagens e Missões”], não hesitou de imprimi-las em offset.

Durante esse período, o Irmão Joseph Gantelet, de bom grado se encarregou dos anais das casas da Província de Saint-Genis-Laval, cujas cópias eu havia trazido de Roma. Com muita coragem, ajudado por um leitor fornecido pela Província, ele digitou os textos de todas as escolas da Província.

Em 1971, chamado a Roma como Conselheiro-geral, eu não podia deixar de me interessar mais de perto pelos arquivos, o que me valeu, no fim de seis anos, ser nomeado Secretário-geral, recebendo com isso, conforme as prescrições da Regra, os arquivos sob minha autoridade. Uma religiosa, irmã de sangue do abade da comunidade da basílica “São Paulo fora dos muros”, foi contratada, durante um ano, para ajudar na secretaria, que lhe confiou a tarefa de começar a informatizar os anais do Irmãos Avit, confrontando com as cartas do Padre Champagnat. Ademais, nessa época, com a ajuda do Irmão Joseph Belagny, designado para essa função, coloquei ordem na grande quantidade de documentos, o que nos fez descobrir todos aqueles que remontam direta-

mente ao Fundador, como também aqueles do Irmão Francisco, do Irmão João Batista, do Irmão Avit e outros, a fim de pô-los em ordem cuidadosamente e poder informatizá-los mais tarde.

Na Secretaria-geral, um secretário adjunto, na ocasião o Irmão Robert Tremblay, se ocupava especialmente dos escritos do Conselho-geral. Mas durante seus momentos de folga, ele aceitava informatizar os textos do Fundador que eu lhe apresentava.

Além disso, durante essa época se encontrava em Bourg-de-Péage o Irmão Jean Escallier, totalmente disposto a aproveitar de sua aposentadoria para trabalhos de datilografia nos quais era perito. Aceitava de bom grado copiar os *Analles* do Irmão Avit, os que restavam das Províncias de Saint-Genis, depois de N.D. de l’Hermitage, e de todas as outras Províncias: Varennes, Aubenas, Lacabane, Saint-Paul-Trois-Châteaux. Na sua comunidade, o Irmão Jean-Marie Girard, interessado pela história do Instituto, queria ler todas essas reportagens históricas e, de repente, fez-se corretor do trabalho datilografado. Assim, eu mobilizava Irmãos voluntários e capazes para efetuar cópias, como o Irmão Jean-Pierre Cotnoir, muito hábil datilógrafo, ao qual pedia, durante os momentos livres de seus seis meses de reciclagem, para copiar sob meu ditado o “Resumo dos Anais” do Irmão Avit.

Por ocasião de uma conferência ministrada aos Irmãos do Segundo Noviciado sobre as atividades da Secretaria-geral, concluí convidando fraternalmente os Irmãos a dedicarem alguns momentos de sua vida de aposentado para copiar documentos dos arquivos. Aconteceu que no grupo havia um quase para se aposentar, o Irmão Louis Richard, de Marselha, que aceitou de bom grado o convite. Desde então, munido dos aparelhos necessários para informatizar, copiar, corrigir, escanear, comprometeu-se num trabalho que ele continua até hoje: informatizar documentos para torná-los conhecidos pelos Irmãos do Instituto. Nós lhe devemos, em primeiro lugar, as *Cartas do Padre Champagnat* postas em francês moderno, as Circulares do Irmão Francisco e seus 23 Cadernos, os três grandes volumes das “Origines Maristes”, de J. Coste e G. Lessard, as 17 coletâneas de cartas administrativas dos Superiores Maiores depois do Irmão Francisco até o Irmão Léonida, e outros documentos menos volumosos.

Por outro lado, eu conheci, em Lagny, o Irmão Jean Rousson, professor aposentado que ocupava seu tempo em notáveis trabalhos de estatística referentes ao colégio. Ele aceitou de bom coração, mesmo depois de sua transferência para a casa de repouso de Saint-Paul-Trois-Châteaux, continuar esse tipo de atividade de secretário, garantindo diversas informatizações mais específicas: *Avis*, *Leçons*, *Sentences*; *Vida* do M. Duplay; correspondência dos Irmãos da China e “numerosos esquemas de trabalhos”.

Na Secretaria-geral, durante todos esses anos, depois de arrumar os arquivos, a grande preocupação foi a impressão definitiva das *Cartas do Padre Champagnat*, mas para um trabalho historicamente válido era preciso acompanhar cada carta de explicações necessárias para lhe compreender o sentido, o conteúdo e situá-la. Nesse objetivo, foi preciso fazer pesquisa sobre as pessoas e os lugares referidos. Foi o Irmão Raymond Borne, nomeado arquivista, que se encarregou de fazer essas pesquisas percorrendo, durante as férias escolares de três anos, cidades e aldeias onde estavam essas escolas e visitando as autoridades e prefeituras que poderiam dar-lhe informações.

Isso possibilitou a impressão das “*Lettres*”[*Cartas*] em dois volumes: primeiro os textos, em 1985, depois os repertórios, em 1987. Mas o plano ia muito além, isto é, a impressão integral de todos os textos do Fundador. Isso foi realizado em três volumes, no ano de 2011, graças à ajuda, sob diversas formas, dos Irmãos André Lanfrey, Henri Réocreux, Jean Rousson e outros. Assim se constituiu em torno do Ir. Paul Sester uma equipe bastante restrita, mas extremamente ativa que permite hoje ao Instituto dispor de fontes muito abundantes, não só sobre as origens, mas ainda até hoje.

No Instituto, outros centros de estudos trouxeram contribuições também muito importantes: em particular o CEPAM do Ir. Aureliano Brambila. No Brasil, o Ir. Ivo Strobino

publicou *Cartas recebidas*. Os centros de difusão e de tradução das nossas fontes também não ficaram inativos no mundo anglófono e em outros países, mas é difícil estar a par das múltiplas realizações.

Na verdade, o problema da disponibilidade das fontes está satisfatoriamente resolvido no Instituto, mas três questões me parecem se colocar:

1. A maioria dessas fontes estão sobre suportes frágeis (DVD, cadernos A4...) e, portanto, ameaçadas de obsolescência rápida. Enquanto uma obra não for impressa, ela deve ser considerada como ameaçada de desaparecer.
2. Esse trabalho de transcrição, muitas vezes não foi verificado, e muito raros são os documentos beneficiados por um aparato crítico e de índice, garantindo alta confiabilidade.
3. Essas fontes são insuficientemente exploradas: há bem poucos pesquisadores competentes. Mas também, pelo fato de o francês ter perdido seu status de maior língua internacional, o acesso a muitos documentos maristas torna-se problemático de uma outra maneira. Nem tudo pode ser traduzido, e as traduções apresentam problemas delicados.

“AS RODAS DO CORAÇÃO DE DEUS”



Ir. André Lanfrey

É sob este título um pouco estranho que o Ir. Michel Rampelberg, atualmente na casa de repouso de Beaucamps, relata a história dos 415 comboios de ajuda humanitária na Polônia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia e Bósnia, organizados pela Associação da qual ele era o líder durante os anos 1985-2006.



Ir. Michel Rampelberg

Professor no estabelecimento de Beaucamps, bem perto de Lille, no Norte da França, o Ir. Michel fundou, em 1977, uma associação de recreação, destinada a organizar acampamentos de férias para adolescentes. Em 1985, a ajuda humanitária vai se juntar a essas primeiras atividades educativas. Daí o nome da associação: ADAJ, isto é, “Ajuda aos países em Dificuldade e Animação da Juventude”.

O Ir. Michel divide a vida de ajuda humanitária em dois períodos: inicialmente, a “era do ônibus”. Esse veículo, comprado em 1983 para transportar os jovens durante as férias, levou, a partir de 1985, uns trin-

ta jovens à Polônia, para participar da peregrinação de Czestochowa, que era então uma das principais formas de protesto contra a ditadura comunista. Uma parte do ônibus serve para transportar ajuda humanitária. A associação participará de 10 peregrinações, das quais 5 sob regime comunista, de 1985-89. Às vezes o ônibus permite aos colegiais de Wrocław (Polônia), de Lviv (Ucrânia) ... ou aos adultos de visitar o Oeste.

Pouco a pouco a ajuda humanitária se torna mais sistemática e diversificada. De 1985 a 1999, haverá 176 comboios, sendo 173 em ônibus e três em caminhão. Desses, 79 serão destinados à Polônia, 8 à Bielorrússia, 4 à Bósnia e 85 à Ucrânia. A partir de 1999, as dificuldades com as aduanas dos países atravessados exigem o uso de caminhões de dez toneladas, limitando drasticamente, portanto, o número de passageiros. Até 2006 haverá 239 comboios.

Após 1995, os comboios para a Polônia diminuiram, enquanto que a Ucrânia, devido à dramática situação econômica, recebia a destinação principal. Em 2006, a associação contava com 500 contribuintes. Os donativos em dinheiro e em material

provinham do Norte da França, da Normandia, da Bélgica... Voluntários recolhiam roupas, sapatos, brinquedos, baixela, produtos de manutenção, medicamentos, equipamentos hospitalares, material escolar..., verificavam, separavam, empacotavam, carregavam. Entre 30 a 35 comboios (2 a 3 por mês) partiam para a Ucrânia e a Moldávia. O custo médio de uma viagem era de 2.500 euros para uma distância média de 4.235 km. Após uma visita prévia para avaliação das necessidades, seus destinatários eram os hospitais, as escolas, os orfanatos, casas de repouso, Caritas, Cruz Vermelha, associações de deficientes.

O livro de 460 páginas, impresso em 2007, em Moukatchevo, na Ucrânia, por um editor chamado Karpatska Veja, apresenta, a partir do Boletim da associação, uma crônica das múltiplas viagens na Europa Oriental, entre 1993 e 2006, realizadas pelo Ir. Michel que, ensinando até 1998, devia dividir seu tempo entre sua tarefa profissional e a ação humanitária. Foi necessário ao Ir. Michel e a outros motoristas da Associação resistência e paciência a toda a prova devido às estradas deterioradas, às longas demoras nas fronteiras, à

corrupção e ao assédio administrativo, correndo o risco de fracasso...

Mas também o Ir. Michel soube tomar altura, porque esta série de narrativas de viagens cheias de detalhes concretos sobre as estradas, as cidades, os estabelecimentos hospitalares e as escolares, sobre as populações encontradas, é um testemunho de valor excepcional sobre o despertar difícil, mas real, de uma Europa Oriental longamente esmagada sob o jugo comunista.

O Ir. Michel teve o cuidado de incluir em seu relato duas poesias de tom muito pessoal, escritas em 2000, que recordam o quanto seu agir estava enraizado no evangelho:

“Muitas vezes recordo o fato em que Jesus
Envia seus amigos, mortos de cansaço,
A descansar um pouco; mas diz, comovido:
Não posso abandonar toda esta gente aqui.
Superando o bom-senso de parar um pouco,
De todos se ocupava, a todos escutava”.

Atualmente a associação continua sua obra, e o Ir. Michel aí participa na medida de suas forças.

N.B. : Ir. Michel Rampelberg faleceu no dia 23 de fevereiro de 2017 em Beaucamps-Ligny.

HERMITAGE MARISTA

Curso de Formação para o laicato marista



**Ir. Ivo Antônio
Strobino**

Uma experiência bem sucedida de formação para leigos e colaboradores, na área do nosso patrimônio espiritual, está sendo o Curso HERMITAGE MARISTA, da Província Brasil Centro-Sul (PMBCS). Trata-se de um Curso acadêmico, presencial, de extensão universitária, reconhecido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Está subordinado à coordenação do Setor de Vida Consagrada e Laicato da mesma PMBCS. Neste ano de 2017 o Curso completa 10 anos de funcionamento.

Cada ano são admitidos 35 alunos em média, leigos e leigas maristas, colaboradores nossos que trabalham nas unidades de Pastoral, de Educação e de Administração da Província; também fraternos do Movimento Champagnat da Família Marista. O Curso funciona em três módulos ao longo do ano, cada módulo com duração de quatro dias úteis completos. Nos intervalos entre um módulo e outro o aluno é convidado a leituras de temas correlatos e, para ter direito ao certificado, ele deve completar a carga horária mediante a produção de um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), sob orientação de algum professor.

A procura pelo Curso por parte dos alunos tem sido constante. Várias vezes foi preciso fazer a seleção dos inscritos, deixando os excedentes em lista de espera, ou agendados para o ano seguinte. Durante as aulas fica patente o interesse e a empolgação de muitos deles pela figura, carisma e história de Champagnat. Alguns, talvez pelo fato de estarem tendo a primeira ocasião de uma abordagem mais específica sobre o tema, deixam transparecer “brilho nos olhos”, sinal de comunhão e vibração com o espírito marista. É como se acontecesse a descoberta, na própria casa, de algo precioso e não percebido até então. Os alunos do HERMITAGE MARISTA são os leigos que mais se entusiasma para participar das Peregrinações aos lugares fundacionais maristas na França, quando tais Peregrinações são organizadas pela Província.

O Curso HERMITAGE MARISTA teve início em 2007 quando, sentindo-me impulsionado a difundir a riqueza do nosso patrimônio espiritual, fiz a estruturação do mesmo num formato inicial mais simples, e ele aconteceu pela primeira vez. Logo a seguir, o Setor de Vida Consagrada e

Laicato assumiu o Curso, reformulando-o num esquema mais completo e acadêmico, com chancela da nossa Universidade (PUCPR) e, assim, bem estruturado, ele está completando agora 10 anos de funcionamento!

Entre as disciplinas fundamentais do Curso estão as seguintes: Marcelino Champagnat/vida; Marcelino Champagnat/cartas; Sociedade de Maria; Primeiros Irmãos; Contexto político e social da época; Contexto religioso e educacional da época; Estrutura, legislação e desenvolvimento do Instituto; Pedagogia Marista; Espiritualidade e Carisma. Entre os professores, eis alguns que atuam ou que já atuaram no HERMITAGE MARISTA: Ir. Afonso Murad, Ir. Rafael Ferreira Júnior, Ir. Afonso Levis, Ir. Pedro J. Wolter, eu mesmo, Ir. Ivo, e Ir. Antonio Martínez Estaún, atualmente na comunidade da Casa Geral, em Roma. Também, desde o início, como docente, ajudou-nos na criação e execução do Curso a professora He-loisa Afonso de Almeida Sousa, atualmente na comunidade da casa de I Hermitage (França), e a professora Adalgisa de Oliveira, atualmente diretora do Curso Carisma e Princípios

Educativos Maristas. Por duas vezes, o Irmão André Lanfrey, de passagem pelo Brasil, proferiu aulas especiais para os alunos.

O Curso HERMITAGE MARISTA extrapolou e, com o nome de Curso PEM (Espiritualidade e Patrimônio Marista), está sendo realizado na Província Brasil Sul-Amazonas, onde funciona há cinco anos. Na cidade de Brasília, capital federal da nação, território de atuação conjunta das três Províncias Maristas brasileiras, temos obras importantes com número significativo de colaboradores leigos, o Curso também está sendo dado, localmente, num formato reduzido, com o título Mini-Hermitage Marista.

O trabalho de difundir nossa espiritualidade, nossa história e carisma, trabalho que existe certamente em outras Províncias e regiões do Instituto, é iniciativa que o Espírito suscita com força nos tempos atuais. Temos uma preciosidade dentro de casa que é preciso descortinar também para os leigos que nos auxiliam na missão e que desejam sentar-se à mesma mesa, sob a grande tenda da família marista de Champagnat.

finito di stampare nel mese di maggio 2017
presso la CSC Grafica (Roma)
www.cscgrafica.it

